BANCO DE PORTUGAL

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE 1961

REVISTA ECONÓMICA E FINANCEIRA,

BALANÇO, CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL

LISBOA
Tipografia do Banco de Portugal
1962

BANCO DE PORTUGAL

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE 1961

REVISTA ECONÓMICA E FINANCEIRA,

BALANÇO, CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL

LISBOA
Tipografia do Banco de Portugal
1962

I. — REVISTA ECONÓMICA E FINANCEIRA

SENHORES ACCIONISTAS:

Antes de apresentar os elementos relativos à situação do Banco de Portugal, o Conselho de Administração julgou dever formular algumas considerações acerca da economia mundial e da situação económica e financeira do País em 1961.

1. — Economia mundial

1. Introdução

A conjuntura internacional caracterizou-se em 1961 por movimentos díspares entre os grandes blocos político-económicos. Mesmo em relação a cada um destes agrupamentos, os comportamentos das diversas economias nacionais não obedeceram a análogos padrões, o que, aliás, é perfeitamente compreensível, dadas, além de outras causas, as diferenças de estrutura e de estado de desenvolvimento dessas economias.

Na Europa Ocidental foi sensível o afrouxamento do ritmo geral de expansão da produção global de bens e serviços, em virtude especialmente da escassez relativa de mão-de-obra especializada, que não da falta de recursos naturais exploráveis ou da carência de capitais disponíveis. Em todo o caso, alguns países puderam aumentar a cadência do seu desenvolvimento sendo de notar que houve sectores de actividade cujo progresso contrastou de maneira singular com as situações de crise reveladas noutros sectores.

A escassez de mão-de-obra veio favorecer um aumento apreciável nas remunerações de trabalho. Esta alta dos salários, elevando os custos da produção e reforçando a procura geral de bens e serviços, influenciou os níveis dos preços internos. Aumentaram assim os preços no consumidor mais do que os preços por grosso, mas sem chegar a absorver as variações positivas das remunerações dos trabalhadores.

Em conjugação com estes movimentos, prosseguia a expansão do crédito bancário e dos meios de pagamento. Isto é: acentuavam-se as pressões de carácter inflacionista, o que dificultou a redução das políticas restritivas adoptadas em conjunturas precedentes ou a execução de providências adequadas a fomentar a actividade económica. Entretanto, as operações de capitais privados a curto prazo atingiam volumes consideráveis, afectando fortemente, por vezes, os resultados das balanças de pagamentos e obrigando a frequentes oscilações das taxas de juro nos mercados monetários.

Pelo que se refere às trocas, o ritmo de acréscimo em 1961 foi inferior ao de 1960, verificando-se um maior *deficit* comercial entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos. De novo, porém, o aumento de valor nas trocas intereuropeias foi maior do que o revelado pelas operações com o resto do mundo, consequência sem dúvida, entre outros factores, da política de liberalização seguida pelos países participantes na E. F. T. A. e no Mercado Comum.

Na maioria dos mercados financeiros, as cotações dos títulos tenderam para a baixa, mais por motivo de crises políticas do que por causas económicas.

Quanto à América do Norte, os Estados Unidos conseguiam em 1961 uma recuperação económica apreciável, mercê fundamentalmente dos efeitos da política de despesas do sector público e da reconstituição de *stocks*. Apesar disto, a existência de

elevado nível de desemprego, a grandeza relativa da capacidade de produção por utilizar e as repercussões gerais do *deficit* da balança de pagamentos constituíram factores da estabilidade de preços e salários.

Adoptou-se uma política monetária mais liberal e as operações de *open market* levadas a cabo pelo Sistema de Reserva Federal permitiram elevar as taxas de juro a curto prazo e reduzir as de longo prazo. Contudo, não se poderia considerar resolvida no fim de 1961 a questão do desequilíbrio nos pagamentos internacionais, nem a recuperação económica se mostrou de molde a compensar a crise dos anos anteriores.

A economia canadiana, por seu turno, manifestou também sintomas nítidos de regresso a um novo período de expansão, devido não só às providências adoptadas pelo sector público mas também às repercussões favoráveis da recuperação americana.

No resto do mundo, a diversidade das conjunturas nacionais foi em 1961 ainda mais sensível do que a dos dois anteriores grupos de países, mormente se excluirmos o caso particular do bloco das «economias de direcção central». De um modo geral, será lícito dizer que, da África à América Latina e à Ásia, a conjuntura económica mostrou a persistência dos problemas relativos à intensidade das pressões inflacionistas, à necessidade de acelerar o processo de crescimento económico e à diminuição das reservas de ouro e divisas, problemas que se agravaram em 1961 pela quebra dos preços de matérias-primas e produtos alimentares nos grandes mercados internacionais.

Algumas questões basilares constituíram no entanto em 1961 verdadeiros pontos de incidência das atenções internacionais, significando como que o termo comum de confronto de políticas económicas ou factor de harmonização mais ou menos próximo dessas políticas.

Em primeiro lugar, e para além do problema da definição de um *modus vivendi* razoável entre o bloco ocidental e o bloco oriental, cabe, sobretudo, referir a extensão do movimento de integração económica. Na Europa Ocidental, não só os países da E.F.T.A. e da Comunidade Económica Europeia prosseguiam na realização dos princípios instituídos nos Tratados de Estocolmo e de Roma, mas também se acentuavam diligências de países da E.F.T.A. para a sua acessão ao Mercado Comum. Na Europa Oriental, os esquemas de articulação entre os planos económicos nacionais eram aperfeiçoados e desenvolvidos. Na América Latina entravam em execução os princípios consignados no Tratado de Associação Económica da América Central e no Tratado de Montevideu sobre a Associação Latino-Americana de Comércio Livre, enquanto um plano de cooperação económica interamericana era aprovado em Agosto de 1961 na «Carta de Punta del Este». Na Ásia, voltava-se a falar com insistência nas vantagens de uniões aduaneiras e de sistemas multilaterais de pagamentos e na África os novos Estados, em múltiplas conferências, tentavam assentar bases de cooperação económica.

Outro campo de acção onde se congregam esforços em escala internacional é o da liberalização das trocas de bens e serviços e das transferências, objectivo que as organizações económicas prosseguem de maneira insistente e com o qual se relaciona por forma directa e imediata o já referido movimento de integração económica. Em 1961, na O.C.D.E., os países membros adoptaram o Código de Liberalização dos Invisíveis Correntes e o Código de Liberalização dos Movimentos de Capitais, aceitando o princípio de extensão das respectivas regras de liberalização aos participantes no Fundo Monetário Internacional. O G.A.T.T., por seu turno, viu o seu campo de aplicação alargado com a entrada de novas partes contratantes, ao mesmo tempo que se iniciavam as negociações tarifárias do chamado *Dillon round*. E das várias comissões económicas da O.N.U. à Câmara de Comércio Internacional e à F.A.O., os problemas da liberalização das trocas de mercadorias suscitam constantemente as atenções gerais.

Finalmente, cabe destacar o complexo das questões do desenvolvimento económico e da ajuda às economias subdesenvolvidas, nas quais o factor político está implícito e é muitas vezes dominante. Durante o ano findo, o problema do desenvolvimento esteve na ordem do dia de numerosas conferências realizadas, desde as reuniões do D.A.G. em Londres, Washington e Tóquio à dos Conselheiros Económicos na Comissão Económica para a Europa, dos Conselhos de Ministros da O.C.D.E. ao Conselho das Partes Contratantes no G.A.T.T., das reuniões de comissões especializadas da O.N.U. às de outros organismos económicos internacionais, da Conferência de Punta del Este às reuniões de delegados dos países afro-asiáticos.

Ora, não parece que essas três ordens de questões — integração económica, liberalização das trocas de bens e serviços, crescimento das economias atrasadas — possam perder a curto prazo a importância relativa que adquiriram. Pelo contrário, tudo leva a admitir que nelas se concentrem cada vez mais as atenções, até porque são domínios onde a concorrência política e económica Leste-Oeste tende a acentuar-se.

Sendo assim, importará seguir atentamente a conjuntura internacional, tomando estas questões fundamentais como pontos de referência. Acresce que, para uma economia como a portuguesa — agregado nacional contendo em si estruturas geogràficamente distanciadas e econòmicamente «em vias de desenvolvimento» — não poderão ser indiferentes as soluções que se adoptarem para tais questões, a forma por que essas soluções se articularem entre si, as fases sucessivas que elas comportarem ou o período de tempo que vier a marcar-se para a sua completa realização.

2. Produção

1. Na Europa Ocidental, o abrandamento do ritmo de acréscimo da actividade produtiva, verificado em 1960, acentuou-se no ano findo, como resultado da persistência e, em alguns casos, da mais pronunciada acção de factores limitativos da expansão económica. Assim, a produção industrial do conjunto dos países europeus membros da O.C.D.E., que no primeiro trimestre do ano passado manifestava ainda sensível aumento em relação à dos últimos três meses de 1960, pouco progrediu do primeiro para o segundo trimestre, tendo permanecido em seguida pràticamente estável.

Como principais razões desta evolução, podem apontar-se o elevado grau de utilização da capacidade produtiva, observado já em 1960 na maior parte dos países participantes, e, de modo particular, a escassez cada vez mais generalizada de mão-de-obra, sobretudo no que se refere a pessoal especializado.

Da análise da evolução, durante o ano de 1961, da produção industrial dos países europeus da O.C.D.E., deduz-se que, nos três primeiros trimestres do ano findo, o respectivo índice revelou um aumento de 4,7 por cento em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa sensível quebra de ritmo em confronto com a subida de 9,2 por cento observada de 1959 para 1960.

Por sectores, há que destacar o considerável aumento de produção registado nas indústrias químicas, em prosseguimento da tendência verificada nos últimos anos, enquanto na generalidade dos outros ramos fabris se notaram acréscimos mais modestos. Na construção naval e na produção de hulha, manifestou-se tendência para a baixa, reflectindo situações de crise já reveladas anteriormente.

O comportamento da indústria não se mostrou uniforme em todos os países membros. Com efeito, se na maior parte destes pôde ser mantida a curva ascendente da produção, embora a ritmo mais reduzido, noutros chegou a verificar-se decréscimo mais ou menos acentuado.

Deste último grupo de países faz parte a Alemanha Ocidental, cujo índice de produção industrial atingiu o seu máximo no primeiro trimestre do ano findo, manifestando declínio no segundo e terceiro trimestres, devido não só à pronunciada carência de mão-de-obra mas também à baixa observada nas novas encomendas, sobretudo as relativas à exportação, sob a influência da revalorização da moeda alemã, verificada em Março. Note-se, no entanto, que o índice de produção industrial se manteve em nível superior ao do ano precedente, tendo acusado, nos dez primeiros meses de 1961, um aumento de 6,6 por cento relativamente ao mesmo período de 1960.

A produção industrial do Reino Unido subiu ligeiramente durante o ano de 1961, tendo mostrado estabilidade durante o ano anterior. Também neste país a escassez de mão-de-obra, aliada às medidas restritivas adoptadas pelo Governo, teve

influência preponderante. No conjunto dos três primeiros trimestres, o aumento do índice de produção industrial cifrou-se em 1,2 por cento, em relação a análogo período do ano anterior.

Em França, a firmeza da procura interna e externa e o elevado volume de investimentos privados e públicos determinaram o prosseguimento da tendência ascendente da produção industrial, interrompida apenas por breve recuo no primeiro trimestre de 1961. Nos dez primeiros meses do mesmo ano o respectivo índice excedeu em 5,5 por cento o do período correspondente do ano anterior, ao mesmo tempo que o desemprego continuava a baixar.

Nos restantes países europeus membros da O.C.D.E. registaram-se, de 1960 para 1961, subidas mais ou menos sensíveis da produção industrial, merecendo destaque a Itália, com um aumento de 8,3 por cento nos três primeiros trimestres. O menor acréscimo registou-se na Holanda (1,6 por cento de Janeiro a Outubro), onde a revalorização do florim, ocorrida em Março, provocou contracção da procura externa, de que resultou a baixa da produção industrial a partir do segundo trimestre, à semelhança do que aconteceu na Alemanha Ocidental.

Quanto à produção agrícola, os elementos provisórios relativos à campanha de 1961 indicam, para as colheitas de cereais da maior parte dos países europeus da O.C.D.E., resultados inferiores aos do ano anterior, sobretudo em relação ao trigo. Uma excepção importante há que apontar, no entanto: a Itália, onde a produção de trigo excedeu largamente a de 1960. Relativamente aos restantes produtos agrícolas, parece não se ter registado, de 1960 para 1961, alteração sensível no conjunto da produção.

Analisando agora a evolução da produção industrial na Jugoslávia e na Finlândia — países da Europa Ocidental não participantes na O.C.D.E. — verifica-se que, nos três primeiros trimestres de 1961, os respectivos índices revelaram, em ambos os casos, aumentos acentuados em relação ao mesmo período do ano antecedente.

Quanto aos países da Europa Oriental, os elementos disponíveis indicam o prosseguimento, em 1961, do elevado ritmo de acréscimo da produção fabril, que no primeiro semestre excedeu geralmente as previsões constantes dos respectivos planos, embora as percentagens de aumento não tivessem atingido, na maior parte dos casos, o nível registado no mesmo período do ano anterior.

2. Nos Estados Unidos da América, à recessão de 1960 sucedeu a rápida recuperação da economia, estimulada sobretudo pelo aumento das despesas do sector público e pelo movimento de reconstituição dos *stocks*. O índice da produção industrial acusou o seu valor mais baixo em Janeiro e Fevereiro de 1961, depois do que subiu acentuadamente, tendo ganho 13 pontos até Dezembro e superando assim, nìtidamente, o nível anterior à recessão. O produto nacional bruto seguiu a mesma evolução, pas-

sando do nível anual de 500 milhares de milhões de dólares, no primeiro trimestre, para 516 no segundo trimestre e 526 no terceiro. O desemprego, no entanto, manteve-se durante quase todo o ano acima do verificado em 1960, pois só a partir de Novembro o número de trabalhadores sem ocupação foi menor do que em igual mês do ano antecedente.

Também no Canadá se notou em 1961 sensível recuperação da actividade produtiva, influenciada pela política de expansão adoptada pelo Governo e pela evolução favorável da conjuntura nos Estados Unidos. O índice da produção industrial, depois do declínio de 1960, registou nítida subida a partir do segundo trimestre do ano findo, baixando sensìvelmente o número de desempregados.

3. Na Ásia, a produção industrial do Japão, da China Insular, de Israel e da Índia mostrou no ano findo apreciável aumento relativamente à do ano anterior, sobretudo quanto ao primeiro destes países, onde o respectivo índice subiu mais de 21 por cento nos três primeiros trimestres. No Paquistão, a produção industrial no primeiro semestre de 1961 excedeu ligeiramente a do mesmo período de 1960.

Dentre os países latino-americanos, a Argentina é o único de que se conhece o índice da produção industrial relativo aos sete primeiros meses de 1961, o qual se situa em nível consideràvelmente superior ao do período correspondente de 1960.

3. Comércio internacional

1. Em contraste com a elevada taxa de progressão registada nos últimos anos, o aumento do comércio mundial revelou-se pouco sensível de 1960 para 1961, a julgar pelos números referentes aos três primeiros trimestres de cada ano. Para esta evolução teria concorrido sobretudo a recessão da economia ocidental, que já durante o ano de 1960 dera origem ao abrandamento do ritmo de acréscimo das trocas comerciais.

Como reflexo da quebra da expansão nos países do Oeste europeu e não obstante a recuperação verificada na América do Norte, o nível geral da cotação das matérias-primas e produtos alimentares baixou no segundo semestre do ano findo, depois de uma subida nos primeiros meses, determinada por factores acidentais. O problema das balanças comerciais dos países de produção primária e em particular o das suas receitas de exportação continuaram assim a situar-se entre as principais preocupações no domínio das relações económicas internacionais, provocando várias diligências tendentes a promover a estabilização dos preços de alguns minérios e produtos alimentares.

2. Os valores do comércio externo do conjunto dos países europeus da O.C.D.E., relativos aos três primeiros trimestres de 1961, manifestaram aumento pouco acentuado em relação ao mesmo período do ano anterior, o que pode considerar-se resultado da influência exercida pela relativa estagnação da actividade produtiva nos mesmos países, temperada pela acção estimulante do movimento de liberalização comercial, que continuou a verificar-se na Europa Ocidental.

Nas trocas comerciais dos países europeus da O.C.D.E. com o resto do mundo, o aumento verificado no mesmo período foi diminuto. O acréscimo das importações excedeu, no entanto, ligeiramente o das exportações, daí resultando pequena subida do respectivo *deficit*, que passou de 3 796 para 3 924 milhões de dólares.

Esta evolução resultou do considerável alargamento do saldo negativo apurado no comércio com os Estados Unidos (de 1 976 para 2 337 milhões de dólares), determinado pela acentuada baixa das exportações, acompanhada do aumento das importações. Verificou-se, por outro lado, a contracção do *deficit* com o Canadá, Europa Oriental, América Latina e outras regiões, em regra devido ao acréscimo das vendas a esses países aliado à fraca oscilação das importações provenientes dos mesmos.

As trocas comerciais entre os países membros europeus da O.C.D.E. aumentaram mais do que as realizadas com o resto do mundo, o que reflecte os efeitos da redução progressiva dos obstáculos ao comércio por parte daqueles países, sobretudo no interior da Comunidade Económica Europeia e da Associação Europeia de Comércio Livre.

3. À parte as facilidades comerciais concedidas entre os participantes nos dois blocos europeus, alguns países adoptaram providências no sentido da liberalização do seu comércio externo.

Assim, a França baixou de 5 por cento em 1 de Abril os direitos aduaneiros sobre as importações de produtos industriais provenientes não só da C.E.E. como de outros países, sob condição de ser respeitada a tarifa exterior comum dos Seis. Posteriormente, em 15 de Setembro, a referida percentagem subiu para 10 por cento.

A Itália, a Áustria, a Dinamarca, a Espanha, a Noruega e a Finlândia concederam igualmente facilidades à importação de vários produtos.

4. Em 1 de Janeiro de 1961 entrou em vigor a terceira redução de 10 por cento dos direitos aduaneiros aplicados às importações de produtos industriais entre os países da C.E.E. Esta redução, que o Tratado de Roma previa para 1 de Janeiro de 1962, foi antecipada devido à resolução adoptada nesse sentido pelo Conselho da Comunidade, no ano anterior. No fim de 1961, com nova baixa ficou em 40 por cento o total das reduções sobre os direitos de base.

Em 31 de Dezembro de 1961 completavam-se quatro anos de funcionamento da Comunidade Económica Europeia, pelo que teve de ser encarada a hipótese da passagem à segunda fase do período transitório. Nesse sentido realizaram-se várias reuniões onde foram discutidos os assuntos a resolver para a consecução de tal objectivo. Vencidas algumas dificuldades, continuava todavia sem solução, no fim do ano, o problema da política agrícola comum a adoptar pelos Seis, aguardando-se um acordo que tornasse possível mais este passo para a constituição do Mercado Comum.

Na Associação Europeia de Comércio Livre, a baixa dos direitos aduaneiros sobre a generalidade dos produtos industriais atingiu o nível de 30 por cento em 1 de Julho do ano findo, por antecipação de seis meses, resolvida na Conferência dos Ministros dos Sete, em Fevereiro de 1961. Em Novembro, de novo o Conselho de Ministros da Associação decidiu antecipar a baixa dos direitos prevista originàriamente para 1 de Julho de 1963. Assim, com o objectivo de acompanhar idêntico movimento na C.E.E., resolveu-se efectuar aquela redução de 10 por cento em 1 de Março de 1962, concedendo-se à Áustria e à Noruega a possibilidade de a executar até 1 de Setembro do mesmo ano.

5. Um dos problemas mais importantes levantados pela constituição dos dois blocos europeus é o da discriminação resultante das facilidades comerciais concedidas apenas aos respectivos membros. Nas reuniões do G.A.T.T. têm sido discutidos alguns aspectos da questão, insistindo-se principalmente na necessidade de se reduzir a tarifa exterior comum da C.E.E.

No ano findo registaram-se acentuados progressos no sentido da resolução do problema ao nível europeu, em consequência da associação da Grécia e da Finlândia, respectivamente, à C.E.E. e à A.E.C.L. e, sobretudo, como resultado da modificação da atitude do Reino Unido perante os Seis, que abriu novas possibilidades de entendimento entre os mencionados agrupamentos europeus.

Como consequência de várias negociações que se estenderam por cerca de dois anos, foi assinado em Julho de 1961 um acordo para a criação de uma união aduaneira entre a Grécia e a C.E.E. Neste acordo prevê-se um período transitório no fim do qual os progressos realizados na economia daquele país lhe permitirão tornar-se membro de pleno direito da Comunidade.

Por outro lado, a Finlândia associou-se à A.E.C.L., pelo tratado assinado em Março do ano findo que criou, para vigorar a partir de 1 de Julho de 1961, uma associação de comércio livre entre as duas partes signatárias. Por esse motivo, a Finlândia reduziu, naquela data, em 30 por cento os direitos de importação da maior parte dos produtos industriais provenientes dos membros da A.E.C.L., que estenderam àquele país os benefícios tarifários já em vigor no interior deste agrupamento.

Este movimento de associação aos agrupamentos europeus apresenta-se como consequência natural das estreitas relações comerciais existentes entre os países do Oeste da Europa. De facto, dada essa interdependência, nenhum destes países se poderá alhear dos graves inconvenientes que para a sua economia resultariam da não inclusão em qualquer dos blocos.

6. Depois de várias negociações com os membros da C.E.E., da A.E.C.L. e da Comunidade Britânica, o Reino Unido solicitou, em 10 de Agosto de 1961, a sua entrada para a Comunidade Económica Europeia como membro de pleno direito. Nas reuniões que se seguiram para apreciação do pedido, os representantes ingleses tiveram ocasião de expor a posição do seu país perante os vários problemas levantados pela adesão à C.E.E., em particular no que se refere aos interesses dos agricultores britânicos, do *Commonwealth* e dos países da A.E.C.L., que o Reino Unido desejaria salvaguardar. No fim do ano as negociações não haviam ainda terminado.

O pedido britânico provocou idêntica decisão por parte da Dinamarca e da Irlanda, que solicitaram igualmente a sua adesão à Comunidade Económica Europeia, tendo sido iniciadas negociações nesse sentido.

Por sua vez, os membros neutros da A.E.C.L. (Áustria, Suécia e Suíça) chegaram à conclusão, depois de várias reuniões, de que não se afigurava possível a sua adesão à Comunidade como membros de pleno direito, tendo resolvido solicitar em Dezembro a participação na C.E.E. como membros associados.

Estes acontecimentos revestem-se da maior importância para o futuro da cooperação económica europeia, mostrando-se, por outro lado, susceptíveis de influir poderosamente na distribuição das trocas comerciais não só entre os países da Europa Ocidental como entre esses países e o resto do mundo.

7. Depositados os instrumentos de ratificação por parte de um número suficiente de países signatários, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (O.C.D.E.) entrou em vigor em 30 de Setembro de 1961.

O novo organismo substitui a O.E.C.E., divergindo desta pelo facto de passar a abranger, além dos países europeus, os Estados Unidos e o Canadá, e ainda pelo alargamento dos seus objectivos, nos quais se inclui o de contribuir para a expansão dos países em vias de desenvolvimento.

A primeira reunião da O.C.D.E. realizou-se em Novembro, na qual se fixaram os vários aspectos da orientação a imprimir à actividade desta organização, do que foi dado conhecimento público no respectivo comunicado final.

8. Nos Estados Unidos da América, tanto as importações como as exportações inverteram, ao longo dos três primeiros trimestres de 1961, o sentido de variação

observado no ano anterior. Com efeito, as primeiras baixaram ligeiramente durante o ano de 1960 para atingirem o seu mínimo no primeiro trimestre de 1961, iniciando em seguida um movimento de viva progressão, estimulado pela recuperação da economia do país. As exportações, depois de terem aumentado sensìvelmente no decurso de 1960, começaram a baixar nos primeiros meses de 1961 e mantiveram a tendência descendente até ao terceiro trimestre, pelo menos, apesar das medidas adoptadas pelo Governo com o objectivo de favorecer as vendas ao estrangeiro. Por esse motivo, o excedente da balança comercial atingiu o seu maior valor no último trimestre de 1960, decaindo em seguida sensìvelmente. Note-se, no entanto, que o saldo positivo apurado de Janeiro a Setembro de 1961 excedeu o do mesmo período do ano anterior.

No Canadá, onde também o Governo seguiu uma política de apoio às exportações, estas atingiram, nos três primeiros trimestres de 1961, valor superior ao de igual período de 1960, ao passo que as importações diminuíram. Em consequência desta evolução, o saldo da balança comercial passou de negativo a ligeiramente positivo.

No Japão as importações aumentaram mais do que as exportações, daí resultando sensível aumento do *deficit* comercial com o estrangeiro, no período de Janeiro a Setembro.

Dentre os países da zona esterlina não participante, e de acordo com os elementos de informação relativos aos três primeiros trimestres do ano, a União Sul-Africana, a Índia e a Austrália aumentaram as exportações e baixaram as importações, pelo que os saldos negativos do seu comércio externo diminuíram quanto aos dois primeiros países e transformaram-se num *superavit* quanto ao último. Por sua vez, o Paquistão registou evolução inversa da observada naqueles países, o que determinou o agravamento do *deficit* das suas trocas externas.

Quanto aos países da América Latina, merece destaque a quebra verificada tanto nas importações como nas exportações efectuadas pela Venezuela no primeiro semestre do ano findo, em relação ao mesmo período do ano anterior, observando-se acentuada expansão do excedente da balança comercial. O Brasil e o Peru aumentaram as suas trocas externas em ambos os sentidos, tendo-se verificado, no primeiro destes países, acréscimo do *deficit* no período de Janeiro a Junho e, no segundo, contracção do *superavit* nos três primeiros trimestres do ano. De Janeiro a Setembro de 1961, as exportações efectuadas pelo México subiram de valor, relativamente às do mesmo período do ano anterior, o que, aliado à diminuição das importações, determinou a baixa do seu *deficit* comercial com o estrangeiro.

4. Preços e salários

1. Nos países europeus da O. C. D. E., a intensificação do emprego da mão-de-obra permitiu a continuação, durante o ano de 1961, do movimento de viva progressão dos salários, contrariado embora pelas limitações impostas em vários países, sobretudo naqueles em que o aumento se efectuava a ritmo superior ao da produtividade.

Esta evolução provocou a subida dos custos de produção e o reforço da procura, estimulada também pela subida persistente da liquidez interna, o que, aliado à quebra do ritmo de crescimento da actividade produtiva, determinou o prosseguimento da tendência ascendente dos preços, se bem que limitada por vários factores, entre os quais a crescente liberalização do comércio internacional e certas medidas adoptadas em alguns países. Destas, merecem referência especial as revalorizações do marco alemão e do florim que tiveram, entre outros, o efeito de tornar as importações menos onerosas, evitando assim a subida excessiva dos preços internos.

Analisando separadamente a evolução dos preços no consumidor e dos preços por grosso, verifica-se que, na generalidade dos casos, os primeiros apresentaram taxas de acréscimo sensìvelmente mais elevadas, embora inferiores às dos salários, que aumentaram consideràvelmente em quase todos os países de que se conhecem elementos de informação.

Na Finlândia e na Jugoslávia, os preços mantiveram-se, nos três primeiros trimestres de 1961, em nível superior ao do ano antecedente, destacando-se acentuado aumento dos preços no consumidor no último destes países. Os salários, por seu turno, cresceram mais ràpidamente do que os preços, acompanhando assim a tendência geral observada no Oeste da Europa.

2. Os elementos de informação disponíveis relativos aos países da Europa Oriental permitem concluir que, de acordo com a orientação seguida nos respectivos planos económicos, o nível geral dos preços no consumidor revelou, no primeiro semestre de 1961, estabilidade ou ligeira baixa relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Nos salários e outros rendimentos notaram-se acréscimos mais ou menos sensíveis, destacando-se, quanto aos rendimentos não agrícolas, a taxa de progressão observada na Bulgária, ao passo que na Hungria parece ter-se registado apenas ligeiro aumento.

3. Nos Estados Unidos da América, a recuperação da actividade produtiva deu-se com notável estabilidade dos preços e dos salários, tornada possível em virtude da ausência de pressões por parte de certos elementos especialmente activos na Europa Ocidental. Com efeito, o elevado nível do desemprego, em contraste flagrante com a escassez de mão-de-obra observada no Oeste europeu, mostrou-se pouco favorável à

elevação dos salários. Este facto, aliado à existência de considerável capacidade de produção por utilizar e ainda aos efeitos restritivos do persistente *deficit* da balança de pagamentos sobre o nível de liquidez do mercado monetário, impediu a subida acentuada dos preços por grosso e no consumidor, tendo-se registado mesmo, nos dez primeiros meses de 1961, ligeiro decréscimo dos primeiros, enquanto os segundos se situaram em nível pouco superior ao dos últimos meses de 1960.

No Canadá, os preços no consumidor mantiveram-se pràticamente estáveis, ao passo que os preços por grosso mostraram ligeiro acréscimo. O desemprego diminuiu, continuando todavia em nível elevado, o que explica, em grande parte, a fraca percentagem de aumento dos salários.

4. Continuaram a observar-se, no ano findo, fortes pressões inflacionistas em vários países da América Latina, como o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e, em menor escala, a Argentina, a Colômbia e o Chile. Os elementos de informação relativos ao México, ao Peru e a Porto Rico indicam, relativamente aos nove ou dez primeiros meses de 1961, estabilidade ou variação muito ligeira dos preços por grosso, a par de aumento pouco acentuado dos preços no consumidor. Na Venezuela, os preços por grosso mantiveram-se, no primeiro semestre de 1961, em nível idêntico ao do ano antecedente, enquanto os preços de consumo em vigor na capital do país revelaram certo declínio no mesmo período. Também no Salvador os preços no consumidor manifestaram tendência decrescente nos dez primeiros meses do ano findo, em relação ao mesmo período de 1960.

Quanto ao continente africano, assinala-se o prosseguimento da evolução anterior no Egipto e na União Sul-Africana, onde os preços não apresentaram oscilações dignas de nota. No Sudão e na Tunísia, pelo contrário, verificaram-se aumentos consideráveis, sobretudo dos preços no consumidor.

Nos países asiáticos de que se conhecem elementos de informação (Japão, Israel, Formosa, Coreia do Sul, Índia e Irão), a evolução geral dos preços efectuou-se no sentido de alta mais ou menos sensível.

Finalmente, pelo que respeita à Oceânia, há que referir o aumento moderado do nível de preços na Austrália e na Nova Zelândia.

5. Mercados monetários

1. A política monetária adoptada na Europa Ocidental foi influenciada em 1961 por diversos factores de efeitos muitas vezes contraditórios e que determinaram orientação diferente de país para país.

Se, por um lado, o abrandamento do ritmo de desenvolvimento da actividade produtiva aconselhava a revogação total ou parcial das restrições ao crédito e o estabe-

lecimento de outras condições favoráveis à expansão, por outro lado, a persistência de certas pressões inflacionistas, apoiadas pela constante subida do volume dos meios de pagamento internos e do crédito distribuído pelo sistema bancário, não permitia, na generalidade dos casos, a adopção de uma política inteiramente liberal neste domínio.

Além disso, os movimentos intensos de capitais a curto prazo, observados no ano findo, levaram por vezes à necessidade de se utilizarem, para os debelar, certos instrumentos monetários — muito especialmente a variação das taxas oficiais de desconto — não obstante os inconvenientes que em alguns casos essa utilização acarretou para a economia interna.

Um exemplo típico de alteração da taxa de desconto devida aos movimentos de *hot money* verificou-se no Reino Unido, onde aquela taxa foi aumentada de 5 para 7 por cento, em 25 de Julho, baixando para 6,5 por cento em 5 de Outubro e para 6 por cento em 2 de Novembro. Vários países fizeram variar a sua taxa de desconto apenas no sentido da baixa: a Alemanha Ocidental (de 4 para 3,5 por cento em 20 de Janeiro e para 3 por cento em 5 de Maio), a Bélgica (de 5 para 4,75 por cento em 24 de Agosto e para 4,5 por cento em 28 de Dezembro), a Espanha (de 5,75 para 5 por cento em 9 de Junho) e a Turquia (de 9 para 7,5 por cento em 1 de Julho). Por outro lado, na Dinamarca a taxa de desconto foi aumentada de 5,5 para 6,5 por cento em 23 de Maio e na Irlanda registaram-se várias alterações, de sentido predominantemente ascendente, que levaram a taxa de 4,62 por cento no princípio do ano para 5,56 por cento no fim de Dezembro. Em alguns países, como a França, a Itália, a Holanda, a Noruega, a Suécia e a Suíça, a taxa de desconto não sofreu qualquer alteração no decurso do ano.

Estas e outras medidas documentam a variedade das políticas adoptadas, justificando deste modo a análise sucinta da situação em cada um dos principais países.

No Reino Unido, os indícios de recessão da actividade produtiva determinaram, no começo do ano, a adopção de algumas providências favoráveis ao crescimento económico, entre as quais a atenuação, em Janeiro, das restrições impostas no ano anterior às vendas a crédito. A partir do segundo trimestre, porém, a posição externa da libra foi gravemente afectada pelas saídas de fundos da praça de Londres, provocadas sobretudo pela revalorização do marco alemão e do florim, pelo que foram tomadas, em Julho, várias disposições de carácter restritivo, das quais se destacam, no plano monetário, a subida da taxa de desconto e o aumento do valor dos depósitos obrigatórios dos bancos comerciais no Banco de Inglaterra, de 2 para 3 por cento das suas reservas líquidas. Posto em execução o programa de austeridade, a situação melhorou ràpidamente, observando-se inversão da tendência no que diz respeito aos movimentos de capitais a curto prazo, que voltaram a afluir em quantidades consideradas excessivas, motivando as baixas da taxa de desconto verificadas em Outubro e Novembro.

Na Alemanha Ocidental assistiu-se desde Novembro de 1960, em virtude de razões de ordem externa, à progressiva revogação das restrições impostas a partir do Outono de 1959. Nesta linha de orientação se enquadraram as descidas da taxa de desconto, já referidas, bem como as sucessivas reduções da percentagem das reservas mínimas obrigatórias dos bancos comerciais, que no fim do ano se encontrava em nível inferior ao registado no início do período de restrição. Simultâneamente, foi elevado o limite máximo do redesconto dos estabelecimentos de crédito no banco central, que sofrera redução no ano anterior. Da adopção destas providências resultou o aumento sensível da liquidez bancária e a baixa geral das taxas de juro, não se tendo registado, no entanto, uma correspondente aceleração no acréscimo do volume de crédito concedido pelos bancos.

Com a entrada em vigor em 1 de Fevereiro de 1961 do *coefficient de Trésorerie* instituído em Outubro de 1960, os bancos comerciais franceses passaram a manter obrigatòriamente uma relação mínima de 30 por cento entre o valor de certos elementos do activo líquido ou mobilizável e do passivo exigível. Prevenida deste modo a possibilidade de uma subida excessiva da liquidez bancária, manteve-se em França a orientação liberal da política do crédito, já verificada no ano anterior e tendente a favorecer o desenvolvimento da actividade económica. Dentro dessa orientação, as disponibilidades mínimas dos bancos em bilhetes do Tesouro foram reduzidas de 25 para 20 por cento dos respectivos depósitos, no mesmo dia 1 de Fevereiro, tendo sofrido nova baixa para 17,5 por cento em 1 de Julho. O volume do crédito distribuído pelo sistema bancário aumentou acentuadamente em 1961, motivando apreensões por parte das autoridades monetárias do país. Assim, na sua reunião de Novembro, o Conselho Nacional do Crédito chamou a atenção para os perigos que poderiam resultar da continuação deste ritmo, tendo reputado necessária certa moderação, «a fim de se evitar o recurso ulterior a medidas restritivas».

Entre os países cuja política de crédito se orientou no sentido da restrição, com o fim de impedir os desequilíbrios que ameaçavam as respectivas economias, figuram a Suíça, a Suécia, a Noruega e a Dinamarca. A Holanda adoptou igualmente certas medidas destinadas a combater o excesso de liquidez; no segundo semestre, porém, algumas delas foram revogadas por efeito da alteração das condições monetárias internas.

Por outro lado, as baixas da taxa de desconto registadas na Bélgica, na Espanha e na Turquia reflectem a melhoria da situação monetária nesses países. Na Itália mantiveram-se as anteriores facilidades de crédito tendentes a fomentar o desenvolvimento económico e a evitar o afluxo de capitais a curto prazo.

2. No decurso do ano de 1961, a política monetária dos Estados Unidos da América continuou a caracterizar-se pela sua orientação liberal, destinada a estabelecer

condições favoráveis à expansão da economia. Não se registaram, no entanto, novas baixas da taxa de desconto, consideradas inconvenientes em virtude da situação da balança de pagamentos do país. A partir de Fevereiro de 1961, o *Federal Reserve System* pôs em prática uma nova política destinada a desenvolver os investimentos e a impedir a saída excessiva de fundos. Para isso modificou as operações de *open market*, de modo a favorecer a baixa das taxas de juro dos créditos a longo prazo e o aumento das taxas a curto prazo, objectivo que foi inteiramente atingido. Com efeito, as primeiras baixaram até Maio, tendo acusado lenta recuperação nos meses seguintes, e as segundas subiram nìtidamente, depois de algumas flutuações de pequena amplitude, tendo permanecido sempre em nível muito superior aos mínimos registados nas anteriores recessões.

O Canadá adoptou igualmente várias providências tendentes a favorecer o desenvolvimento económico, dentre as quais se destaca a decisão de reduzir a taxa de câmbio da moeda, com o fim de estimular as exportações e limitar as importações. Esta política reflectiu-se na tendência decrescente das taxas de juro e, consequentemente, da taxa oficial de desconto, que de 3,5 por cento no fim de Dezembro de 1960 baixou até 2,51 por cento no fim de Agosto de 1961, mantendo-se nos meses seguintes em nível ligeiramente superior a este último.

3. Em continuação da política liberal de crédito, justificada pela evolução favorável da balança de pagamentos, o Japão reduziu a sua taxa de desconto de 6,94 para 6,57 por cento em Janeiro de 1961. A situação modificou-se completamente, porém, a partir do segundo trimestre, dado que as reservas cambiais registaram acentuada diminuição, derivada provàvelmente do exagerado desenvolvimento da actividade económica, de que resultou o rápido acréscimo das importações. Para contrariar esta tendência, várias providências foram adoptadas, dentre as quais a subida da taxa de desconto para 6,94 por cento em Julho e para 7,3 por cento em Setembro.

Em diversos países da América Latina continuaram a verificar-se pressões inflacionistas, sobretudo no Brasil, onde por esse motivo foi adoptada uma política de restrição do crédito.

Na Nova Zelândia, a taxa oficial de desconto subiu de 6 para 7 por cento, em Março, tendo sido postas em vigor no decurso do ano outras disposições restritivas destinadas a combater a baixa das reservas cambiais. Pelo mesmo motivo, a União Sul-Africana aumentou de 4,5 para 5 por cento em Maio a sua taxa de desconto que, no entanto, regressou ao nível anterior em Dezembro, após a inversão da tendência no que diz respeito ao sentido de variação das reservas de ouro e divisas. A Austrália, por seu turno, registou nítida melhoria da sua situação monetário-cambial, o que lhe permitiu revogar, no segundo semestre do ano findo, a política restritiva adoptada em Novembro de 1960.

6. Mercados financeiros

1. A divergente evolução das economias dos vários países ocidentais e a influência considerável exercida por certos acontecimentos de ordem política verificados em alguns desses países determinaram comportamentos desiguais dos respectivos mercados financeiros durante o ano de 1961.

Nas bolsas de títulos, a evolução das cotações revelou certa uniformidade na primeira metade do ano, orientando-se quase sempre no sentido ascendente. No segundo semestre, porém, enquanto na América do Norte prosseguia o movimento de alta, a situação alterou-se na Europa, não só por efeito da pronunciada quebra da expansão da actividade produtiva e de algumas perturbações no domínio cambial, mas também devido a causas extra-económicas, entre as quais se destaca a crise de Berlim. Assim, a partir de Julho, as cotações baixaram na maioria das bolsas, sobretudo durante o Verão, tendo-se registado certa recuperação no fim do ano.

2. Na Bolsa de Londres, à tendência de baixa das acções industriais, observada em 1960, sucedeu um movimento de nítida progressão nos primeiros meses do ano findo, numa altura em que a política do Governo se orientava ainda no sentido da expansão.

Atingido o nível máximo nos meados de Maio, a deterioração da balança de pagamentos do país e, mais tarde, a adopção do severo programa de austeridade provocaram a inversão do sentido de variação das cotações, que baixaram sensìvelmente até meio de Outubro, exceptuando pequena recuperação na segunda metade de Julho.

Seguidamente a evolução manifestou-se mais no sentido da alta, se bem que pouco firme, motivada provàvelmente pela melhoria da situação cambial. No fim do ano, o índice geral das cotações das acções industriais tinha baixado 0,2 por cento em relação ao início de 1961.

Os títulos relativos às minas de ouro acusaram uma descida de 22 por cento, provocada, na maior parte, pelos acontecimentos políticos sul-africanos.

Na Alemanha Ocidental as cotações de bolsa subiram, com algumas hesitações, no primeiro semestre do ano findo. Nos meados de Junho, porém, iniciou-se rápido movimento de baixa, motivado sobretudo pela crise de Berlim, a que se teriam associado a proximidade das eleições legislativas e a estagnação da actividade produtiva do país. Com a atenuação das pressões políticas, produziu-se apreciável recuperação a partir de Setembro, mas o nível do princípio do ano não voltou a ser atingido. Na Bolsa de Francfort, o índice geral das acções baixou 9 por cento no decurso de 1961.

Na Suíça, o alto grau de liquidez do mercado favoreceu a emissão de acções e obrigações, que em 1961 atingiu valores extraordinàriamente elevados, muito supe-

riores aos do ano antecedente, destacando-se o aumento registado nos empréstimos estrangeiros. Nas bolsas, o volume de transacções subiu acentuadamente e o nível geral das cotações revelou rápido crescimento, com excepção dos meses de Verão, em que evoluiu no sentido da baixa. O índice médio das cotações das acções suíças mostrava no fim de Dezembro um aumento de 42 por cento em relação ao princípio do ano.

Embora menos pronunciada, a subida dos preços dos títulos também se revelou sensível nas bolsas francesas e belgas, não obstante algumas hesitações provocadas nas primeiras pelos acontecimentos da Argélia e nas segundas pela perspectiva da reforma fiscal do país, não falando nas repercussões desfavoráveis produzidas em todas elas pela crise de Berlim.

Na Itália a expansão da economia não foi acompanhada de correspondente evolução nas bolsas, onde as cotações tiveram ligeiro aumento, sob a influência restritiva das perturbações da política interna.

O mercado holandês foi aberto no ano findo às emissões estrangeiras, o que provocou aumento das exportações de capitais do país. O carácter deflacionista desta e doutras medidas impediu uma alta acentuada dos preços dos títulos nas bolsas, embora o índice geral das cotações da Bolsa de Amesterdão se tenha revelado, no fim de 1961, ligeiramente superior ao de um ano antes.

3. Nos Estados Unidos da América, as perspectivas inflacionistas provocadas pela política de expansão do Governo, aliadas à rápida recuperação da actividade económica, determinaram a subida persistente das cotações na Bolsa de Nova Iorque. O índice *Dow Jones* das acções industriais revelou durante o ano de 1961 tendência crescente, interrompida apenas por dois movimentos descendentes de relativa importância, tendo atingido novo máximo absoluto de 734,91 em 13 de Dezembro e terminando o ano a um nível superior em 19 por cento ao do fim de 1960.

No Canadá assistiu-se igualmente à subida acentuada das cotações nas bolsas de títulos.

4. Durante o ano de 1961, a liberalização dos movimentos de capitais continuou a merecer as atenções de diversos países e organizações internacionais.

No quadro da O.E.C.E., o Código da Liberalização dos Movimentos de Capitais, aprovado em Dezembro de 1959, foi objecto de revisão destinada a adaptá-lo às novas condições resultantes da substituição daquele organismo pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos. As alterações propostas foram aprovadas na sessão do Conselho da O.C.D.E. realizada em 12 de Dezembro de 1961, merecendo destaque a introdução de uma nova alínea em que se recomenda a extensão a todos os membros do F.M.I. das medidas de liberalização adoptadas entre os países participantes.

No domínio da assistência aos países em via de desenvolvimento, a entrada em vigor da O.C.D.E. constituiu um acontecimento de grande importância. Com efeito, entre as tarefas da nova organização figura a de estudar as formas e os meios de coordenar e fomentar o auxílio às economias subdesenvolvidas, tendo sido criados, para esse efeito, o Comité de Auxílio ao Desenvolvimento, o Comité de Exame das Situações Económicas e dos Problemas de Desenvolvimento e o Comité de Assistência Técnica. As funções do primeiro destes Comités correspondem às do antigo Grupo de Assistência ao Desenvolvimento *(Development Assistance Group)*, que se integrou na O.C.D.E. sob aquela designação.

No capítulo da assistência aos países mais atrasados, há que referir ainda o novo programa de desenvolvimento da América Latina, adoptado na Conferência Económica Interamericana realizada em Punta del Este, em Agosto do ano findo. A «Carta de Punta del Este», nome pelo qual ficou a ser conhecido o plano aprovado, prevê a mobilização de capitais no valor de, pelo menos, 20 000 milhões de dólares, provenientes na sua maior parte dos Estados Unidos e destinados a promover, entre outros objectivos, um aumento mínimo anual de 2,5 por cento na produção de cada uma das nações latino-americanas.

5. No período financeiro findo em 30 de Junho de 1961, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento concedeu empréstimos no valor total de 610 milhões de dólares, o que representa uma baixa de 49 milhões em relação ao quantitativo do ano anterior. Como principais países beneficiários figuraram o Japão e o Paquistão, seguidos da Índia. As emissões do B.I.R.D., colocadas na sua totalidade fora dos Estados Unidos (sobretudo na Alemanha Ocidental) também decresceram de valor, tendo atingido 321 milhões de dólares, contra 375 milhões no ano antecedente. Em consequência do menor custo destas emissões, o Banco pôde baixar de 6 para 5,75 por cento o juro dos empréstimos aos países membros, tendo sido aplicada esta última taxa durante todo o exercício financeiro.

No mesmo período, a Sociedade Financeira Internacional efectuou dez investimentos em sete países, no valor total de 6,2 milhões de dólares, com taxas de juro oscilando entre 6 e 8 por cento. No ano anterior, haviam sido efectuados treze investimentos, no total de 21,7 milhões de dólares. Por sua vez, a Associação Internacional de Desenvolvimento, em funcionamento desde Setembro de 1960, concedeu a quatro países, até Junho do ano findo, empréstimos sem juro, no valor total de 101 milhões de dólares.

7. Câmbios

1. À semelhança do que acontecera nos dois primeiros anos de funcionamento do Acordo Monetário Europeu, o mercado livre de câmbios voltou a constituir, em 1961, a via normalmente utilizada pelos países da Europa Ocidental para a liquidação das suas transacções externas. Com efeito, nas compensações mensais do Sistema Multilateral de Liquidações, previsto no A.M.E., apenas figuraram os saldos dos acordos bilaterais de pagamentos entre países membros, dos quais só dois (Grécia-Noruega e Grécia-Turquia) se mantinham em vigor no fim de 1961, visto que deixaram de vigorar durante o ano os acordos Áustria-Grécia, Áustria-Turquia e Noruega-Turquia. Verifica-se, por conseguinte, que a utilização do Sistema Multilateral vai sendo cada vez mais restrita, à medida que se acentuam os progressos no sentido do multilateralismo integral, que constitui um dos objectivos do Acordo.

A convertibilidade externa da peseta, anunciada em Julho, veio constituir por sua vez, mais um factor para a consecução das finalidades do A.M.E., ao mesmo tempo que se apresenta como o resultado da sensível melhoria observada na situação cambial da Espanha.

Quanto às taxas de câmbio das moedas dos países membros, há que registar três alterações notificadas ao Agente pela Alemanha Ocidental, pela Holanda e pela Islândia, as duas primeiras correspondentes, respectivamente, à valorização do marco alemão e do florim, verificada em Março, e a terceira à desvalorização da coroa islandesa, ocorrida em Agosto.

Durante o ano de 1961 não foi concedido qualquer crédito por intermédio do Fundo Europeu, tendo sido cancelado, a pedido da Espanha, o empréstimo de 100 milhões de unidades de conta, que lhe havia sido atribuído em 1959. Por outro lado, verificaram-se três saques da Turquia sobre importâncias postas anteriormente à sua disposição: o primeiro de 22 milhões de unidades de conta, em Fevereiro, o segundo de 13 milhões, em Junho, e o terceiro de 15 milhões, em Julho.

Como se verifica, o funcionamento do Acordo Monetário Europeu foi perfeitamente normal, sendo de destacar a menor utilização tanto do Sistema Multilateral de Liquidações como do Fundo Europeu, relativamente aos exercícios anteriores.

2. Não obstante os progressos mais uma vez verificados na situação cambial da generalidade dos países do Oeste europeu, algumas dificuldades se fizeram sentir no ano findo, em consequência de certos acontecimentos que se relatam a seguir resumidamente.

No início de 1961 persistia ainda como problema fundamental, embora bastante atenuado, a excessiva acumulação de reservas cambiais por parte da Alemanha Ocidental, em prejuízo sobretudo dos Estados Unidos da América, o que deu origem ao

primeiro facto importante do ano, neste domínio: a valorização do marco alemão, em Março, seguida imediatamente da do florim, ambas de 5 por cento. Com efeito, o aumento do valor externo da moeda alemã, a par do objectivo de estabilização dos preços internos, teve também como finalidade reduzir o *superavit* da balança de pagamentos do país, actuando para isso como estimulante das importações e travão das exportações.

Estas medidas provocaram, porém, fortes movimentos de capitais a curto prazo, provenientes sobretudo da praça de Londres e dirigidos principalmente à Suíça e à Alemanha Ocidental. Alguns destes capitais buscavam a segurança que os últimos acontecimentos parecia não garantirem e outros especulavam com a possibilidade de novas alterações paritárias.

Dada a gravidade da situação no que se referia à posição da libra, os representantes de oito bancos centrais europeus decidiram, numa reunião em Basileia, auxiliar o Reino Unido a resolver o problema, tendo para o efeito sido concedidos a este país, créditos que atingiram, na sua totalidade, cerca de 325 milhões de libras. Simultâneamente, foi publicada uma declaração conjunta desmentindo os boatos de novos ajustamentos de taxas de câmbio.

As reservas cambiais inglesas continuaram, no entanto, a baixar ràpidamente, o que provocou a adopção de um severo programa de austeridade, em Julho, incluindo, como principais providências, o aumento da taxa de desconto de 5 para 7 por cento, o acréscimo da percentagem dos depósitos dos bancos comerciais no banco central, a suspensão do aumento de salários no sector público e o estabelecimento de sobretaxas de 10 por cento sobre o imposto de consumo de algumas mercadorias e sobre os direitos alfandegários. Em Agosto foi obtido um crédito do F.M.I. de 2 000 milhões de dólares, dos quais 1 500 milhões foram sacados imediatamente. Nos meses seguintes registou-se nítida melhoria da situação, de tal maneira que o Reino Unido pôde reembolsar a maior parte dos créditos que lhe foram concedidos ao abrigo do «acordo de Basileia». Como se referiu, o problema passou a residir na excessiva quantidade de capitais a curto prazo que voltaram a afluir a Londres, originando as baixas da taxa de desconto do Banco de Inglaterra. A balança de pagamentos do país, que registara volumoso *deficit* no período de Janeiro a Julho, terminou o ano com um saldo nìtidamente positivo.

Quanto à Alemanha Ocidental, a valorização do marco parece não ter produzido os efeitos desejados, razão por que se adoptaram durante o ano as facilidades de crédito já referidas em capítulo anterior. Para o substancial decréscimo verificado nas reservas cambiais concorreram sobretudo as importantes exportações de capitais e, em especial, o reembolso antecipado de dívidas aos Estados Unidos, ao Reino Unido e à França.

3. No fim do primeiro semestre de 1961 a balança de pagamentos dos Estados Unidos acusava um *deficit* de 424 milhões de dólares, o que representava acentuada melhoria em relação ao saldo negativo de 1 465 milhões, verificado no mesmo período do ano anterior. O acréscimo de 1 142 milhões de dólares no excedente da balança comercial, que foi motivado sobretudo pelo decréscimo das importações, constituiu o factor de maior influência nesta evolução. Merece ainda referência o reembolso antecipado de 650 milhões de dólares de dívidas, no segundo trimestre, por parte da Alemanha Ocidental (590 milhões), da Holanda e das Filipinas, o qual pràticamente anulou o agravamento registado nas operações de capitais privados, sobretudo nas saídas de fundos a curto prazo que, embora tivessem diminuído sensìvelmente em relação ao segundo semestre de 1960, se mantiveram em nível superior ao da primeira metade do ano.

No segundo semestre de 1961, a balança de pagamentos acusou acentuada deterioração, derivada principalmente do acréscimo das importações e do auxílio ao estrangeiro. Embora não se conheçam ainda números definitivos, calcula-se que o *deficit* tenha excedido a cadência anual de 3 000 milhões de dólares no terceiro trimestre, atingindo cerca de 5 000 milhões anuais nos últimos três meses do ano findo.

Como se verifica, o problema da balança de pagamentos dos Estados Unidos está longe de se poder considerar resolvido. Na verdade, a melhoria verificada no primeiro semestre ficou a dever-se a factores acidentais e, sobretudo, à cooperação por parte de alguns países europeus, que adoptaram várias providências destinadas a travar o afluxo de capitais provenientes da América do Norte. Quanto às perdas de ouro, que constituíram o principal motivo de preocupações nos últimos meses de 1960, a situação melhorou sensìvelmente logo no início de 1961. Para o conjunto do ano, a diminuição das reservas de ouro norte-americanas cifrou-se em cerca de 900 milhões de dólares, contra 1 700 milhões no ano anterior.

4. Na redistribuição internacional das reservas de ouro e divisas, operada nos três primeiros trimestres do ano findo, a França figura em primeiro lugar entre os países beneficiários, com um aumento equivalente a cerca de 750 milhões de dólares, resultante da evolução favorável verificada tanto na balança de operações correntes como na de capitais. A Austrália, a Suíça, o Reino Unido, a Itália e a Espanha registaram também considerável aumento das suas reservas cambiais. Por outro lado, a Alemanha Ocidental foi o país que sofreu perdas mais avultadas no mesmo período pelas razões já apontadas, seguindo-se-lhe os Estados Unidos e o Japão.

Em valores globais, a Europa Ocidental voltou a beneficiar de sensível aumento das suas reservas de ouro e divisas, enquanto o conjunto dos países de produção primária (exceptuando a Austrália) sofreu nova e importante perda.

5. Como já houve ocasião de acentuar, os países do Ocidente da Europa continuaram em 1961 a registar progressos, duma maneira geral, em todos os sectores do domínio cambial, pelo que não constituiu surpresa a decisão adoptada em 15 de Fevereiro por nove países europeus (Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Irlanda e Suécia) que, juntamente com o Peru, aceitaram as obrigações consignadas no Artigo VIII do Acordo do Fundo Monetário Internacional, comprometendo-se assim a não manter nem voltar a estabelecer restrições a pagamentos e transferências relativos a transacções internacionais correntes, sem autorização do Fundo. Em Março, a Arábia Saudita tomou idêntico compromisso.

Embora estas decisões não tenham introduzido, pràticamente, qualquer alteração no panorama dos pagamentos internacionais, a verdade é que se revestiram de certa importância por constituírem uma garantia contra a adopção, nos respectivos países, de políticas monetário-cambiais contrárias aos princípios estabelecidos no Acordo do F.M.I. Como os Estados Unidos, o Canadá e mais oito países já anteriormente se haviam submetido às disposições do Artigo VIII, aquele condicionalismo passou a abranger as principais moedas do mundo.

Entre as consequências importantes deste movimento conta-se ainda a do desaparecimento da proibição de efectuar reembolsos ao Fundo nas moedas declaradas formalmente convertíveis, o que certamente facilitará a sua utilização nas transacções daquele organismo com os países membros e destes entre si ou com terceiros países.

6. Certas perturbações observadas ùltimamente no domínio dos pagamentos mundiais, como o enfraquecimento da posição do dólar, a crise da libra e os movimentos de capitais a curto prazo, têm posto em foco certas deficiências do sistema monetário internacional, tornando cada vez mais premente a necessidade de elevar o nível da liquidez. Por esse motivo, várias negociações foram efectuadas no ano findo com vista ao aumento dos recursos do F.M.I.

Com base numa proposta apresentada pelo Director do Fundo na reunião anual deste organismo, realizada em Setembro, em Viena, os Ministros das Finanças de dez países industriais (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda, Suécia, Canadá e Japão) chegaram a acordo, em 13 de Dezembro de 1961, sobre um plano para elevar de 6 000 milhões de dólares o capital do F.M.I. No fim do ano, o plano não tinha ainda entrado em vigor, aguardando-se para isso o preenchimento de várias formalidades.

É evidente a importância de que se revestirá a adopção deste projecto, que representa mais um exemplo dos esforços efectuados ùltimamente no sentido da normalização das relações cambiais, esforços baseados numa renovada cooperação monetária internacional.

7. Dentre as principais alterações observadas no ano findo nas taxas médias de câmbio em Nova Iorque, merecem destaque as subidas bruscas do marco alemão e do florim, devidas à valorização destas moedas, e a baixa do dólar canadiano, verificada sobretudo em Junho e Julho, na sequência da política para esse fim adoptada pelas autoridades monetárias do Canadá (venda de dólares canadianos pelo respectivo «Fundo de Estabilização dos Câmbios»).

As outras moedas da Europa Ocidental revelaram estabilidade ou oscilações pouco importantes, em qualquer dos sentidos. As unidades monetárias dos países da zona esterlina não participante acusaram geralmente pequenas variações no sentido da alta, enquanto o *yen* japonês e o dólar da Malásia apresentaram tendências ligeiramente decrescentes.

2. — Economia nacional

1. Introdução

Segundo os elementos de informação disponíveis, a produção nacional de bens e serviços deve ter aumentado em 1961 bem mais ràpidamente do que em 1960 ou em 1959, embora o sector agrário não se haja ressarcido ainda dos efeitos da quebra de colheitas, particularmente de cereais primários, registada nos últimos anos. Essa progressão do produto global adveio fundamentalmente dos sectores da indústria manufactureira e de alguns serviços, como os da electricidade, transportes e comunicações.

Contudo, não obstante a melhoria do ritmo de crescimento económico, observou-se em 1961 uma impressionante subida das importações, não tendo as exportações acusado variação positiva apreciável. Terá sido, pois, a procura interna de bens e serviços o factor primacial de impulso para a economia portuguesa, ao contrário do que se registou em precedentes conjunturas. Para tal elevação da procura interna concorreu não só o acréscimo dos investimentos públicos e privados, mas também, e talvez principalmente, a subida das despesas dos consumidores e, com particular relevo, as despesas correntes do Estado em bens e serviços. Ao mesmo tempo verificou-se uma acentuada variação positiva no valor de *stocks*, parte importante da qual contribuiu certamente para o referido incremento das importações.

A produção e a distribuição de maior volume de bens e serviços exigiriam só por si, em condições normais, um quantitativo mais elevado de créditos. Mas a esse factor estrutural vieram juntar-se as necessidades de financiamentos vários relacionadas com o progresso das importações, embora possa ter melhorado em 1961 o saldo da balança de créditos comerciais e *apports de capital en nature* entre a Metrópole e o estrangeiro. Simultâneamente, as dificuldades com que se debateu a actividade agrária (reflexo do fraco rendimento das explorações agrícolas) não podiam deixar de fazer-se sentir no domínio do crédito. Isto é: vários factores se conjugaram em 1961, somando-se à tendência gerada em conjunturas anteriores para manter ou mesmo alargar a extensão da procura de crédito bancário.

Entretanto, do desnível substancialmente acrescido entre os valores de importações e exportações metropolitanas proveio um *deficit* da balança comercial com o estrangeiro muito maior do que o dos anos precedentes. Por outro lado, a evolução das transferências relativas aos «invisíveis correntes» foi-nos desfavorável, mostrando-se o excedente das liquidações de comércio externo entre as províncias ultramarinas e o estrangeiro pouco mais importante do que em 1960. E como na balança dos movimentos de capitais as entradas não devem, provàvelmente, ter chegado para compensar os efeitos da participação no capital do Fundo Monetário Internacional e no do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a balança geral de pagamentos da zona do escudo apresentou em 1961 um saldo negativo de considerável amplitude.

As imediatas repercussões desta evolução nas reservas centrais de ouro e divisas projectaram-se naturalmente no mercado monetário, reduzindo-lhe o grau de liquidez e contraindo, portanto, o potencial de crédito do sistema bancário. E se o abaixamento de liquidez efectiva na banca comercial se não tornou mais sensível do que seria de esperar por virtude daquele comportamento das liquidações cambiais, o facto deveu-se à política de crédito adoptada pelo Banco de Portugal orientada por princípios de prudência que a própria conjuntura aconselhava e em conformidade com o critério selectivo que continua a ser exigido pelas condições do processo de crescimento económico em curso.

Da oposição entre a procura intensiva de fundos no mercado monetário (para o qual, aliás, continua a transferir-se uma fracção importante da procura de capitais a médio prazo) e a situação criada no domínio da oferta, derivou um estado de tensão relativa nesse mercado, justificativo de moderação do movimento expansionista do crédito bancário e de aplicação mais frequente e generalizada dos limites máximos legalmente estabelecidos para as taxas de juro. Além disso, notou-se em 1961, por causas meramente subjectivas, recrudescimento da preferência pela liquidez pura em diversas classes de rendimentos, revelado, nomeadamente, pelo contraste da subida considerável da circulação de notas com a forte contracção dos saldos de depósitos bancários à ordem.

É de admitir que o alargamento das operações de crédito a médio e longo prazo pelo Banco de Fomento Nacional e pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência tenha atenuado, de algum modo, a pressão inerente ao mencionado comportamento da procura de fundos. Mas, porque a maior fracção dos capitais mutuados proveio directamente de depósitos e da colocação de promissórias, a referida expansão dos financiamentos pelas duas instituições constituiu mais um aproveitamento da potencialidade prestamista do sistema bancário do que mobilização efectiva e directa de poupanças formadas e em busca de aplicação reprodutiva. Aliás, certos movimentos do mercado financeiro nacional denunciaram um relativo retraimento de determinadas classes de poupança, senão até maior propensão para as operações orientadas pelo «princípio da segurança». E, no entanto, nem a evolução dos índices de preços foi de molde a afectar a estabilidade financeira interna (visto não se ter produzido qualquer alteração significativa no poder de compra interno da moeda), nem o *deficit* da balança de transacções internacionais, apesar da sua grandeza relativa, pôs em risco o valor externo do escudo.

Em todo o caso, importa ponderar atentamente o complexo de circunstâncias em que se desenvolveu a conjuntura económica portuguesa no ano findo e, bem assim, os diversos aspectos, nem sempre harmónicos, que a caracterizaram.

A imperiosa necessidade da defesa dos territórios nacionais e o objectivo de aceleração do processo de desenvolvimento económico; a tendência revelada no quadro das transacções externas e facilitada pela liberalização crescente das trocas de mercadorias; a acentuação de pressões sobre o mercado monetário e as grandes oscilações observadas nas bolsas de valores; o relativo retraimento de poupanças e a insuficiência do mercado nacional de capitais; a evolução das despesas públicas e a procura por parte do Estado de capitais a médio e longo prazo são factos que recìprocamente se influenciam e que merecem a mais cuidada e continuada atenção.

Demais, assumem singular importância na presente conjuntura as perspectivas que se abrem com a orientação seguida pela política económica internacional de que o País não pode alhear-se.

Realmente, se a acessão de Portugal ao G. A. T. T. implicará certamente modificações apreciáveis na definição e condução da nossa política comercial, na linha de uma progressiva liberalização das trocas, mais profundas e vastas serão sem dúvida as consequências da adesão ao Mercado Comum. Não se afigura, porém, que o País possa deixar de seguir o movimento de aproximação entre a E. F. T. A. e a Comunidade Económica Europeia, quando o poder de atracção da Comunidade se vai generalizando aos próprios países da Europa Ocidental que até agora se haviam mantido à margem desses blocos.

Se considerarmos os dois conjuntos de circunstâncias — o de carácter interno constituído pela evolução recente da economia portuguesa, pelo imperativo de defesa da integridade nacional, pelas necessidades de crescimento económico mais rápido e pelo objectivo de unificação dos mercados nacionais, e o de natureza externa derivado da necessidade de acompanhar o movimento de integração europeia — teremos de concluir que o nosso País enfrenta uma situação particularmente delicada e de importância excepcional, exigindo não só a adopção, em tempo oportuno, de adequadas providências, mas também uma colaboração intensiva dos sectores público e privado.

Para o Banco de Portugal todas as circunstâncias invocadas se revestem de especial interesse, dado que nenhuma delas deixa de interferir, directa ou indirectamente, no domínio monetário-cambial que lhe cabe como banco emissor da Metrópole e como banco central e de reserva da zona do escudo. A evolução dessas circunstâncias, em particular daquelas que mais de perto se prendem com o comportamento dos vários mercados do dinheiro, constitui uma das suas principais preocupações e o objecto de estudo atento, certo como o Banco está de que só a ponderada observação da conjuntura permitirá prevenir a eclosão de situações desfavoráveis.

2. Mercado monetário

1. Por efeito de um complexo de causas em que avulta o *deficit* da balança de pagamentos devido sobretudo ao acentuado agravamento do tradicional desequilíbrio da balança comercial da Metrópole, o ano de 1961 foi de forte tensão para o mercado monetário que, todavia, a suportou sem grandes perturbações graças à apreciável situação de liquidez do sistema bancário e do Tesouro que permitiu enfrentar uma conjuntura que se caracterizou especìficamente por intensa procura de dinheiro líquido, como adiante se relata.

2. Ao movimento de contínua expansão monetária, impulsionada pelos excedentes da balança de pagamentos e pelos substanciais acréscimos do crédito bancário, sucedeu em 1961 outro de retracção originado predominantemente pelo elevado *deficit* da mesma balança, dado que o nível de crédito bancário não deixou de subir.

Meios de pagamento e seus factores

Discriminação	31/XII/1959		31/XII/1960		30/XII/1961	
	Milhões de escudos	%	Milhões de escudos	%	Milhões de escudos	%
Meios de pagamento						
Por classes de meios de pagamento						
Circulação monetária	12 488	28	13 161	27,3	15 280	31,8
Depósitos à ordem	32 191	72	35 024	72,7	32 747	68,2
Total	44 679	100	48 185	100	48 027	100
Por fontes de emissão						
Casa da Moeda	389	0,9	401	0,8	407	0,9
Banco de Portugal	23 884	53,4	24 735	51,4	24 362	50,7
Outras instituições de crédito	20 406	45,7	23 049	47,8	23 258	48,4
Total	44 679	100	48 185	100	48 027	100
Factores monetários						
Reserva de ouro e divisas	21 740	48,6	21 547	44,7	n. d.	n. d.
Crédito bancário	31 178	69,8	34 521	71,6	38 134	79,4
Depósitos a prazo	— 4 912	— 11	— 6 044	— 12,5	— 6 973	— 14,5
Outros factores	— 3 327	— 7,4	— 1 839	— 3,8	n. d.	n. d.
Total	44 679	100	48 185	100	48 027	100

Origem: Elementos calculados pelos serviços do Banco de Portugal sobre dados do «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Como se deduz do quadro anterior, a contracção dos meios de pagamento, constituídos pela soma da circulação monetária (notas e moedas existentes fora das caixas das instituições de crédito) com os depósitos à ordem nas mesmas instituições, foi de 158 milhões de escudos. Comparando as variações dos meios de pagamento e do crédito subsistente distribuído pelo sistema bancário, temos:

Variações dos meios de pagamento e do crédito bancário

Discriminação	1960	1961	Diferenças
	Em milhões de escudos		
Circulação monetária	+ 673	+ 2 119	+ 1 446
Depósitos à ordem	+ 2 833	− 2 277	− 5 110
Soma dos meios de pagamento . . .	+ 3 506	− 158	− 3 664
Crédito distribuído pelo sistema bancário . . .	+ 3 343	+ 3 613	+ 270

É de notar a discrepância entre a expansão de 2 119 milhões de escudos da circulação monetária e a contracção de 2 277 milhões nos depósitos à ordem. Se considerarmos, por um lado, que a média anual do aumento da circulação no decénio de 1951/1960 foi de 516 milhões (com os desvios de + 164 milhões, em 1960, e de − 370 milhões, em 1952) e, por outro lado, que em 1961 não houve causas económicas que solicitassem tão importante acréscimo de circulação, podemos concluir que foi o entesouramento particular o factor principal — factor psicológico e injustificado, mas que não deixou de concorrer subsidiàriamente para a tensão do mercado, visto que assim se desviou do circuito bancário uma soma apreciável de disponibilidades. A propósito, importa lembrar que nos anos de 1947 a 1950, de forte deflação de meios de pagamento, aquela causa não interveio visto que a circulação monetária também foi abrangida pela deflação.

O principal factor de contracção dos meios de pagamento foi, como já referimos, o *deficit* da balança de pagamentos, o qual implicou uma avultada venda de divisas e a correspondente diminuição de depósitos à ordem. Em sentido contrário interveio o factor crédito bancário com a expansão de 3 613 milhões de escudos. Das variações divergentes destes dois factores monetários (entre os quais existe muitas vezes uma certa correlação inversa) resultou terem-se acentuado as tendências reveladas nos últimos anos, a saber: aumento da proporcionalidade do factor crédito a qual, de 71,6 por cento em 1960, passou para 79,4 por cento em 1961; diminuição da do factor reserva de ouro e divisas a qual desceu de 44,7 por cento para um número que não

pode ainda ser calculado com precisão porquanto, para o ano completo de 1961, só se dispõe por ora dos valores referentes à reserva de ouro e divisas do Banco, cuja redução foi de 2 939 milhões de escudos, não tendo em conta, para este efeito, o valor do ouro entregue ao Fundo Monetário Internacional em pagamento da parte-ouro da quota de Portugal como seu associado.

3. Nas variações dos meios de pagamento e do crédito ocorridas durante o ano de 1961, distinguem-se três períodos. O primeiro trimestre, durante o qual os meios de pagamento subiram 638 milhões de escudos, cabendo 444 aos depósitos à ordem e 194 à circulação monetária. O crédito bancário, por sua vez, depois de uma descida de 447 milhões em Janeiro, elevou-se de 1 829 milhões em Fevereiro e Março.

Foi a partir de Abril que se iniciou o período de maior tensão monetária o qual se prolongou até Agosto. Logo em Abril os depósitos à ordem diminuíram de 1 100 milhões de escudos, aproximadamente, elevando-se a circulação monetária de cerca de 900 milhões; até Agosto a redução daqueles atingiu 3 800 milhões e a expansão desta 1 800 milhões, resultando destes dois movimentos contrários uma contracção de 2 000 milhões no total dos meios de pagamento. Neste mesmo período, o nível do crédito bancário elevou-se ainda em 470 milhões.

No terceiro período — o último quadrimestre do ano — a tensão afrouxou sensìvelmente. À forte contracção de meios de pagamento ocorrida no período anterior seguiu-se uma expansão de 1 202 milhões de escudos, cabendo aos depósitos à ordem 1 089 milhões e à circulação 113 milhões. O nível de crédito bancário — neste período influenciado também pelo factor sazonal de fim de ano — subiu mais 1 761 milhões.

4. Analisemos agora a situação de cada uma das categorias componentes do sistema bancário, começando, como de costume, pelo Banco de Portugal. Como é natural, a tensão do mercado reflectiu-se significativamente na fonte central de moeda, crédito e reservas de câmbio.

A emissão monetária do Banco, composta pela soma das notas em circulação com as outras responsabilidades-escudos à vista, diminuiu em 1961 de 373 milhões de escudos, importância resultante do aumento de 2 328 milhões das notas em circulação e da diminuição de 2 701 milhões das outras responsabilidades. Por efeito destas variações, a proporcionalidade representativa da circulação subiu de 59,8 por cento em 1960 para 70,2 em 1961, descendo a das outras responsabilidades de 40,2 para 29,8 por cento. Na diminuição absoluta das outras responsabilidades avultam as reduções de 806 milhões de escudos na conta corrente do Tesouro, de 462 milhões nos depósitos de bancos e banqueiros e de 1 469 milhões nos depósitos das caixas económicas. Para a redução do saldo da conta corrente do Tesouro contribuiu a verba de

207 milhões entregue ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento em pagamento de parte do capital em moeda nacional subscrito por Portugal como membro do aludido Banco.

Banco de Portugal

Situação das principais rubricas

Discriminação	31/XII/1959		31/XII/1960		30/XII/1961	
	Milhões de escudos	%	Milhões de escudos	%	Milhões de escudos	%
Responsabilidades-escudos à vista						
Notas em circulação	13 877	58,1	14 781	59,8	17 109	70,2
Outras responsabilidades	10 007	41,9	9 954	40,2	7 253	29,8
Tesouro Público-c/c	1 790	7,5	2 312	9,3	1 506	6,2
Junta do Crédito Público	85	0,4	80	0,3	86	0,4
Depósitos de bancos e banqueiros	3 419	14,3	3 159	12,8	2 697	11,1
Depósitos de caixas económicas	4 136	17,3	3 880	15,7	2 411	9,9
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	–	–	–	–	207	0,8
Restantes responsabilidades	577	2,4	523	2,1	346	1,4
Total	23 884	100	24 735	100	24 362	100
Reservas e outras garantias						
Disponibilidades líquidas em ouro e divisas	20 713	83	20 639	80,1	18 134	70,6
Ouro entregue ao Fundo Monetário Internacional [1]	–	–	–	–	372	1,5
Dívida do Estado	985	3,9	983	3,8	980	3,8
Títulos de crédito	272	1,1	261	1	251	1
Promissórias do fomento nacional	476	1,9	476	1,8	456	1,8
Carteira comercial	2 001	8	2 478	9,6	4 399	17,1
Empréstimos e suprimentos	532	2,1	941	3,7	1 090	4,2
Total	24 979	100	25 778	100	25 682	100

[1] Em pagamento da parte-ouro da quota de Portugal como associado do Fundo Monetário Internacional.

Nas reservas e outras garantias da emissão monetária do Banco verificou-se uma descida que não chegou a atingir 100 milhões de escudos, variando, no entanto, sensìvelmente, a sua composição proporcional em que se destacam a da reserva de ouro e divisas, que desceu de 80,1 por cento em 1960 para 70,6 em 1961 e a do crédito outorgado, que se elevou de 13,3 para 21,3 por cento.

Observemos agora quais foram e em que medida os factores de variação da emissão monetária do Banco.

Variação da emissão monetária do Banco de Portugal e seus factores

Discriminação	31/XII 1959	31/XII 1960	30/XII 1961
	Em milhões de escudos		
Notas em circulação e outras responsabilidades-escudos à vista	+ 628	+ 851	− 373
Factores de emissão			
Disponibilidades em ouro e divisas	+ 585	− 57	− 2 939
Ouro entregue ao F. M. I.	-	-	+ 372
Carteira comercial	− 34	+ 477	+ 1 921
Empréstimos e suprimentos	+ 202	+ 409	+ 149
Promissórias de fomento nacional	− 22	-	− 20
Títulos de crédito	-	+ 89	+ 239
Moeda divisionária	− 7	− 4	− 2
Diversos	− 96	− 63	− 93
Total	+ 628	+ 851	− 373

A retracção de 373 milhões de escudos verificada em 1961 na emissão monetária resultou, principalmente, do excesso de vendas sobre as aquisições de ouro e divisas na importância de 2 939 − 372 = 2 567 milhões de escudos, contrabalançada pela expansão de 2 070 milhões de crédito concedido por meio de desconto, redesconto e empréstimos caucionados e ainda pela compra de 239 milhões de escudos de títulos de crédito.

A redução da reserva de ouro e divisas foi de 12,1 por cento em 1961 (0,4 por cento em 1960) e o aumento do crédito concedido atingiu 60,5 por cento (35 por cento em 1960).

O refluxo da reserva operou-se de Janeiro a Agosto à média mensal de 353 milhões de escudos, com o mínimo de 206 milhões em Março (não contando com o ouro entregue neste mês ao F. M. I., no valor de 372 milhões) e o máximo de 522 milhões em Julho; em Setembro e Outubro não chegou a atingir, nos dois meses, 100 milhões e em Novembro e Dezembro o movimento inverteu-se com o fluxo de reserva de cerca de 800 milhões.

O nível de crédito outorgado teve uma descida sazonal de 456 milhões de escudos em Janeiro, subindo depois sem interrupção até Setembro à média mensal

de 223 milhões, com o mínimo de 70 milhões em Agosto e o máximo de 464 milhões em Maio; em Outubro e Novembro desceu 600 milhões, descida que foi anulada no último mês do ano. A maior parte do aumento do crédito concedido pelo Banco em todo o ano foi efectuada por meio do redesconto.

Bancos comerciais

Situação das principais contas (1)

Discriminação	31/XII 1959	31/XII 1960	30/XII 1961
	Em milhões de escudos		
Disponibilidades de caixa	6 814	7 037	6 281
Reservas	5 006	5 204	5 106
Dinheiro em cofre	1 587	1 886	2 053
Depósitos no Banco de Portugal	3 419	3 148	2 693
Promissórias de fomento nacional	–	170	360
Depósitos noutras instituições de crédito	1 808	1 833	1 175
Crédito concedido	19 035	20 563	20 501
Carteira comercial	14 989	16 229	15 949
Empréstimos diversos	4 046	4 334	4 552
Devedores e credores – Saldos devedores	2 834	3 078	2 711
Carteira de títulos de crédito	2 658	3 369	3 434
Depósitos	23 777	26 826	25 606
À ordem	18 944	20 859	19 230
A prazo	4 833	5 967	6 376
Devedores e credores – Saldos credores	2 445	2 408	2 372
Proporção das reservas de caixa para os depósitos à ordem	26,4 %	24,9 %	26,6 %

(1) Estão excluídos os saldos das delegações ultramarinas do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino.
Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

5. Nos bancos comerciais o saldo dos depósitos à ordem no fim do ano apresentava uma deflação de cerca de 1 600 milhões de escudos, relativamente à mesma data de 1960, enquanto as reservas legais de caixa constituídas pelo dinheiro em cofre, depósitos no Banco de Portugal e promissórias de fomento nacional se mantiveram aproximadamente no nível do ano precedente. Deste comportamento resultou que a proporção desta reserva para aqueles depósitos subiu de 24,9 por cento em 1960

para 26,6 em 1961. Os depósitos a prazo continuaram a progredir mas a um ritmo bastante inferior ao dos anos anteriores (cerca de 7 por cento em 1961 contra 23 por cento em 1960). Nos depósitos noutras instituições de crédito o declínio foi acentuado: 658 milhões de escudos.

Quanto ao crédito concedido, o saldo da carteira comercial contraiu-se de 280 milhões de escudos, o que, relativamente ao ano de 1960 em que se havia expandido 1 240 milhões, representa um recuo de 1 520 milhões. Importa observar, porém, que para a diminuição do saldo da carteira comercial contribuiu o redesconto que os bancos comerciais tiveram que efectuar no Banco de Portugal para reforçarem as suas reservas de caixa. Pelo que respeita ao crédito concedido pelos mesmos bancos por meio dos empréstimos caucionados, o saldo da respectiva rubrica apresenta um acréscimo de 218 milhões de escudos. Anote-se também que o saldo da carteira de títulos de crédito, que em 1960 havia subido 711 milhões, se elevou ainda 65 milhões em 1961.

Caixas económicas

Situação das principais contas

Discriminação	31/XII 1959	31/XII 1960	30/XII 1961
	Em milhões de escudos		
Disponibilidades de caixa	4 647	4 666	3 426
Reservas	4 327	4 345	3 234
Dinheiro em cofre	191	135	183
Depósitos no Banco de Portugal	4 136	3 880	2 411
Promissórias de fomento nacional	–	330	640
Depósitos noutras instituições de crédito	320	321	192
Crédito concedido	9 134	9 563	10 688
Devedores e credores – Saldos devedores [1]	3	3	4
Carteira de títulos de crédito [2]	1 320	1 382	n. d.
Depósitos	13 002	13 470	13 332
À ordem	12 923	13 393	12 735
A prazo	79	77	597
Devedores e credores – Saldos credores [1]	9	11	10
Proporção das reservas de caixa para os depósitos à ordem	33,5 %	32,4 %	25,4 %

[1] Exclui a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

[2] Segundo as «Estatísticas Financeiras».

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

6. Pelo que respeita às caixas económicas, o saldo do crédito concedido aumentou 1 125 milhões de escudos em 1961 (12 por cento), excedendo o progresso de 1960 (que havia sido de 5 por cento) em 696 milhões. As reservas de caixa compostas pelo dinheiro em cofre, depósitos no Banco de Portugal e promissórias de fomento nacional desceram 1 111 milhões de escudos em 1961 e os depósitos à ordem 658 milhões. Destas variações resultou uma diminuição de 7 por cento na proporção das reservas para os depósitos à ordem. É de notar o incremento dos depósitos a prazo, cujo saldo era de cerca de 80 milhões de escudos nos anos precedentes e passou para 597 milhões no fim de 1961.

7. Relativamente às taxas de juro, as do Banco de Portugal mantiveram-se inalteradas: 2,5 por cento para o desconto e 2 por cento para o redesconto, na sede e na Caixa Filial; nas agências, aquelas taxas são acrescidas de 0,5 por cento. Nas outras instituições de crédito, a tendência para a utilização dos limites legais máximos das taxas de juro parece ter aumentado bastante.

8. Nas Câmaras de Compensação de Lisboa e Porto o movimento continuou a progredir pois se compensaram 4 705 milhares de efeitos no valor de 111 916 milhões de escudos, representando o acréscimo de 9 e 11 por cento, respectivamente, em relação ao ano de 1960.

Pela Portaria do Ministério das Finanças n.° 18 229, de 21 de Janeiro de 1961, o número de instituições bancárias associadas da Câmara de Compensação de Lisboa, que era de nove, foi elevado para doze e o da Câmara do Porto que era de oito passou para nove.

9. Perante tão intensa procura de fundos como a que atrás relatámos, e considerando a natureza das causas que a determinaram, entenderam as autoridades monetárias que não seria conveniente impor bruscas restrições quantitativas ao crédito bancário, embora isso implicasse uma compressão da margem de liquidez do sistema bancário.

Com efeito, na fase de desenvolvimento económico em curso, em que o crédito bancário tem intervindo substancialmente, e numa conjuntura como a que se deparou em 1961 em que, além do mais, a depressão do mercado de títulos não aconselhava novas emissões, um cerceamento brusco do crédito bancário não podia deixar de perturbar profundamente toda a actividade económica. Mas é evidente que dada a situação monetário-cambial do mercado há que sofrear a evolução expansionista do crédito, restringindo-o nos sectores de menor importância económica a favor dos sectores mais reprodutivos. E não é menos certo também que esta política selectiva, aliás prevista implìcitamente na alínea b) do artigo 14.° do Decreto-Lei n.° 42 641, não pode

dispensar a compreensiva cooperação de todas as instituições de crédito que, aliás, se tem verificado.

Já em anteriores relatórios do Banco tem sido feita referência à expansão contínua do crédito bancário realizada desde há anos em proporção superior à do acréscimo do produto nacional, apontando também os inconvenientes de nesse crédito se compreenderem operações que, pelas suas características específicas, competiriam ao mercado financeiro.

A diferença de ritmo relativo entre o crescimento do crédito e do produto nacional — considerada a sua persistência — não pode deixar de revelar, em última análise, um sistemático embora lento desequilíbrio, não só quantitativo como qualitativo, entre a produção e o consumo, desequilíbrio que, por seus efeitos cumulativos, pode conduzir a situações embaraçosas.

3. Mercado financeiro

1. Não se dispondo ainda de elementos seguros e completos sobre o comportamento do mercado de capitais, a análise tem de referir-se, essencialmente, à evolução manifestada em alguns dos seus principais sectores. Em todo o caso, não parece que as insuficiências quantitativas e qualitativas, que se apontam à estrutura e modos de funcionamento do dito mercado, se tenham atenuado de maneira sensível em 1961, apesar dos esforços desenvolvidos pelas instituições especializadas existentes. Por consequência, terá persistido a tendência de deslocação para o mercado monetário de uma parte considerável da procura de fundos (a médio prazo, especialmente), com os seus naturais efeitos sobre o grau da liquidez respectiva.

Mas vejamos qual foi o comportamento dos referidos sectores do mercado financeiro.

2. Pelo que respeita ao volume de capitais movimentados na constituição de sociedades, verificou-se o acréscimo de quase 18 por cento entre os períodos de Janeiro/Setembro de 1960 e 1961, enquanto a importância do capital social das sociedades dissolvidas se reduzia para menos de metade.

Capital das sociedades constituídas e dissolvidas

Sectores de actividade	1960 Janeiro/Setembro		1961 Janeiro/Setembro	
	Constituídas	Dissolvidas	Constituídas	Dissolvidas
	Em milhares de escudos			
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	29 805	2 219	4 106	1 905
Indústrias extractivas	4 171	2 131	2 040	3 092
Indústrias transformadoras	82 993	15 615	129 153	9 570
Construção	9 838	2 144	6 865	1 495
Electricidade, gás, água e saneamento	–	12 030	–	–
Comércio, bancos, seguros e propriedade fundiária	120 187	15 098	162 883	7 178
Transportes, armazenagem e comunicações	7 906	623	6 756	365
Outros serviços	17 467	982	65 652	732
Actividades mal definidas	47 908	2 355	–	–
Total	320 275	53 197	377 455	24 337

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Certo é que os dados relativos àqueles períodos não são comparáveis no que se refere à distribuição por sectores de actividade, visto ter-se eliminado a partir do quarto trimestre de 1960 o grupo das «Actividades mal definidas». Contudo, afigura-se que o sector dos serviços terá continuado com elevado peso relativo na constituição de

sociedades, embora para o aumento acima indicado, tenha sido o grupo das «Indústrias transformadoras» o factor principal.

Repare-se que o sector do «Comércio, bancos, seguros e propriedade fundiária» representou, no período de Janeiro/Setembro de 1961, pouco mais de 43 por cento da importância total dos capitais de sociedades constituídas, indicador suficiente de que tende a manter-se a hipertrofia relativa ganha por esse sector.

Por tipos de sociedades, notou-se uma subida da representação das sociedades anónimas entre os citados períodos de 1960 e 1961, tendo os respectivos capitais atingido quase 62,5 por cento do total das sociedades constituídas. É de supor que terá progredido a oferta de acções novas no mercado, como, aliás, é de desejar.

E desde que o número de sociedades constituídas baixou de 1 809 para 1 619 entre os períodos de Janeiro/Setembro de 1960 e 1961, conclui-se, em face da apontada progressão dos capitais, que o valor médio do capital social se elevou de mais de 30 por cento, ainda que mantendo-se em nível bastante modesto: menos de 250 mil escudos por sociedade em 1961.

3. Quanto a autorizações de emissão de títulos de rendimento fixo, o quadro seguinte mostra ter havido diminuição tanto para os títulos de dívida pública como para os de dívida privada.

Autorizações de emissão de títulos de rendimento fixo

Discriminação	1959	1960	1961
	Em milhares de escudos		
Públicos	900 000	2 174 000	1 709 831
Certificados de dívida pública a favor das instituições de previdência social	250 000	500 000	750 000
Certificados de dívida pública a favor do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia	–	–	100 000
Obrigações do Tesouro – 3 ½ %, 1959 – II Plano de Fomento	500 000	–	–
Obrigações do Tesouro – 3 ½ % – V Centenário do Infante D. Henrique, 1960	–	1 000 000	–
Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca	50 000	74 000	74 000
Fundo de Renovação da Marinha Mercante	100 000	100 000	100 000
Promissórias de fomento nacional	–	500 000	585 831
Certificados de aforro	–	–	100 000
Privados	2 251 000	875 000	380 000
Sociedades metropolitanas	1 986 000	765 000	380 000
Indústrias extractivas	13 000	–	–
Indústrias transformadoras	313 000	360 000	295 000
Electricidade, gás, água e saneamento	215 000	345 000	–
Comércio, bancos, seguros e propriedade fundiária	25 000	–	25 000
Transportes, armazenagem e comunicações	1 420 000 (1)	60 000	60 000
Sociedades ultramarinas	265 000	110 000	–

(1) Compreende 1 300 000 milhares de escudos a emitir pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses nos anos de 1959 a 1964.

Origem: Autorizações de emissão publicadas no *Diário do Governo*.

Mas se atendermos a que os certificados de dívida pública a favor das instituições de previdência subiram em 1961 de 250 milhões de escudos, que se emitiram certificados de aforro por 100 milhões e certificados a favor do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia por outros 100 milhões, e que a obrigação geral relativa às séries 6.ª a 10.ª do empréstimo «V Centenário do Infante D. Henrique», num total de 500 milhões de escudos, só foi firmada no fim de Janeiro de 1961, parece evidente que a procura do Estado no mercado de capitais no ano findo foi mais elevada do que em 1960. E se baixaram para menos de metade os quantitativos correspondentes às autorizações de emissão de obrigações privadas, o facto traduzirá não só um retraimento por parte das empresas, ao terem em conta a evolução recente das bolsas de valores, mas também o efeito da política de incentivo às empresas para recorrerem aos mercados externos.

4. Nos empréstimos hipotecários, o valor dos contratos subiu de quase 7 por cento entre os períodos de Janeiro/Setembro de 1960 e 1961, ao passo que o dos cancelamentos se elevava de mais de 16 por cento.

Hipotecas na Metrópole

Discriminação	1959 Janeiro/Setembro		1960 Janeiro/Setembro		1961 Janeiro/Setembro	
	Número	Dívidas (milhares de escudos)	Número	Dívidas (milhares de escudos)	Número	Dívidas (milhares de escudos)
Contratos	10 723	1 584 563	10 903	1 882 327	10 292	2 005 324
Hipotecas com designação de prédios	7 885	1 448 220	8 018	1 750 695	7 418	1 836 505
Rústicos	1 894	302 757	1 874	373 769	1 757	427 734
Urbanos	4 080	795 190	4 229	902 795	4 042	967 385
Mistos	798	127 318	807	157 315	695	182 856
De natureza diversa	1 113	222 955	1 108	316 816	924	258 530
Hipotecas gerais	2 838	136 343	2 885	131 632	2 874	168 819
Cancelamentos	9 726	1 017 423	8 883	1 019 497	9 022	1 189 655
Cancelamentos totais respeitantes a prédios	7 569	948 216	7 042	922 060	7 049	1 082 447
Rústicos	1 730	79 178	1 595	94 380	1 530	108 578
Urbanos	3 501	575 010	3 285	581 095	3 499	673 618
Mistos	971	142 064	929	156 446	838	138 968
De natureza diversa	1 367	151 964	1 233	90 139	1 182	161 283
Cancelamentos parciais	2 157	69 207	1 841	97 437	1 973	107 208

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Em consequência destes movimentos, o excesso da importância dos contratos de hipoteca sobre a dos cancelamentos reduziu-se de cerca de 6 por cento.

Por outro lado, o volume de capitais movimentados na compra e venda de prédios aumentou de 10 por cento entre os citados períodos de 1960 e 1961.

Compra e venda de prédios (1)

Prédios	1959 Janeiro/Setembro	1960 Janeiro/Setembro	1961 Janeiro/Setembro
	Em milhares de escudos		
Urbanos	1 880 088	2 350 988	2 394 375
Rústicos	769 973	1 059 238	1 257 659
Mistos	215 104	192 021	319 412
Total	2 865 165	3 602 247	3 971 446

(1) Compreende prédios situados no continente e ilhas, vendidos no todo ou em parte.
Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Atenuou-se, portanto, o ritmo de expansão destas operações. Contudo, enquanto para o aumento registado em 1960 contribuíram principalmente as transacções referentes a prédios urbanos, no ano findo a maior fracção da subida de valor coube aos prédios rústicos.

5. Na Bolsa de Lisboa, os índices de quantidades de títulos transaccionados mostraram comportamentos díspares entre 1960 e 1961: o índice médio referente aos títulos de dívida pública mantinha-se pràticamente inalterado, o das obrigações privadas subia de quase 26 por cento e o das acções reduzia-se de mais de 20 por cento.

Índice da quantidade de títulos transaccionados na Bolsa de Lisboa

(Base: média mensal do 1.º trimestre de 1938 = 100)

Títulos	1959	1960	1961
	Médias		
De rendimento fixo			
Dívida pública	28,16	24,32	24,33
Obrigações	87,01	78,39	98,57
De rendimento variável			
Bancos	173,27	307,65	98,85
Ultramarinas	130,71	197,38	235,20
Hidroeléctricas	990,67	1 071,30	551,01
Diversas	64,75	68,22	57,00
Conjunto	103,65	125,61	99,50

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Observando os diversos grupos de acções, contrastam singularmente as descidas nos índices respeitantes aos «Bancos» e «Hidroeléctricas» com o aumento registado quanto às acções «Ultramarinas». Mas se aquelas variações negativas são de imputar principalmente à retracção da oferta dos respectivos títulos no mercado, motivada pelo maior desejo dos titulares em os conservarem nas suas carteiras, a notável expansão do volume de transacções tendo por objecto acções de empresas ultramarinas proveio de um aumento considerável de oferta a cotações decrescentes.

Os índices de cotações, por seu turno, orientaram-se sem excepção no sentido da baixa. Contudo, quanto às empresas hidroeléctricas, o índice médio respeitante às acções não chegou a descer de 1 por cento e o das obrigações de 5 por cento; em contrapartida, as acções das sociedades ultramarinas acusaram uma quebra de cotações médias de quase 35 por cento.

Índice ponderado de cotações na Bolsa de Lisboa

(Base: 30 de Junho de 1950 = 100)

Títulos	1959	1960	1961
	Médias		
De rendimento fixo	120,3	119,2	106,2
Estado	120,8	118,9	103,3
Transportes e comunicações	132,5	132	124,8
Hidroeléctricas	109,8	109,9	104,7
Diversas	118,8	119,5	113,4
De rendimento variável	187,9	189,9	167,6
Bancos	329,1	342,2	301,2
Seguros	230,1	233,2	235,9
Transportes e comunicações	204,4	172,7	146
Hidroeléctricas	115,8	122,7	122
Ultramarinas	124,9	102,3	66,9
Diversas	172,6	191,7	176,3

Origem: Índice calculado pelos serviços do Banco de Portugal a partir das cotações publicadas na «Cotação da Bolsa de Lisboa».

Outras importantes descidas de cotações se verificaram nas acções das empresas do sector de «Transportes e comunicações» (cerca de 15,5 por cento) e nas dos bancos (12 por cento).

As cotações médias dos títulos de dívida pública baixaram de um pouco mais de 13 por cento entre 1961 e 1960. Mas a subida das taxas de rendimento efectivo desses títulos só se observou na dívida externa e nos empréstimos consolidados, notando-se tendência de baixa do juro real quanto às obrigações de 2,5 e 3,5 por cento.

Nos empréstimos hipotecários, as taxas médias de juro foram geralmente mais elevadas em 1961 do que no ano precedente.

Taxas médias de juro dos empréstimos hipotecários

Períodos	Estabelecimentos de crédito	Particulares
1960 — 1.º trimestre	4,45	6,79
2.º trimestre	4,35	6,83
3.º trimestre	4,36	6,83
4.º trimestre	4,35	6,89
1961 — 1.º trimestre	4,46	6,87
2.º trimestre	4,41	6,92
3.º trimestre	4,26	6,91

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Como se anotou a propósito do mercado monetário, também nas operações de crédito bancário a médio e longo prazo a frequência de aplicação dos máximos legais estabelecidos para as taxas de juro foi mais elevada em 1961 do que no ano anterior.

6. Poderá concluir-se das observações precedentes que o mercado financeiro manifestou em 1961 fortes oscilações, sensíveis sobretudo no sector das bolsas de valores. E o índice de liquidez desse mercado terá baixado, não só por efeito da satisfação da procura de fundos mas também, e talvez principalmente, em consequência de uma retracção da oferta por parte de diversos sectores.

Na verdade, se a produção nacional de bens e serviços deverá ter subido mais ràpidamente em 1961 do que em 1960 e com ela o nível do rendimento, poderemos admitir que se terá elevado o quantitativo da poupança global. Mas se a oferta de fundos capitalizáveis não se manifestou no mercado por forma proporcionada à evolução das poupanças, poderá concluir-se pelo aparecimento de uma propensão média ao entesouramento mais alta em 1961 do que em períodos anteriores, o que, aliás, nos aparece confirmado por vários indicadores mais ou menos indirectos.

Simultâneamente, persistiram, quando não se intensificaram, certas deficiências relativas na orientação de capitais em busca de aplicação, radicando-se as preferências de alguns sectores pelas transacções de propriedades rústicas e urbanas.

Quer dizer, portanto, que o mercado financeiro sofreu em 1961 a incidência de pressões de vária ordem, como sucedeu com os mercados monetário e cambial. Mas, ao contrário do que se observou nestes a pressão sobre o mercado de capitais redundou num ou noutro desequilíbrio sectorial mais acentuado, o que, aliás, é compreensível quando se têm em atenção as reduzidas dimensões dos sectores em causa.

Deve, entretanto, pôr-se em relevo a acção desenvolvida pelas instituições especializadas, designadamente quanto à satisfação da procura de fundos a médio e a longo prazo.

Em relação à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, se as suas operações a médio prazo se situaram pràticamente ao mesmo nível nos anos de 1960 e 1961, as operações de crédito a longo prazo subiram de forma notável: de um total de cerca de 478 milhões de escudos em 1960 para quase 642 milhões em 1961.

Crédito a médio e a longo prazo concedido pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Discriminação	Metrópole				Ultramar			
	A médio prazo (1)		A longo prazo (2)		A médio prazo (1)		A longo prazo (2)	
	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961
	Em milhões de escudos							
Estado (3)	306	299	247,7	409,4	–	–	–	–
Particulares (4)	4,9	7,8	230	232,2	–	–	4,3	–
Agricultura, silvicultura e pecuária (5)	–	–	–	0,2	–	–	–	–
Indústrias extractivas	–	–	10,3	–	–	–	–	–
Indústrias transformadoras	–	–	67,6	93,1	–	–	4,3	–
Transportes e comunicações	–	–	51,2	–	–	–	–	–
Construção de habitações	3,2	4	33,6	44,8	–	–	–	–
Outros sectores de actividade	1,7	3,8	67,3	94,1	–	–	–	–
Total	310,9	306,8	477,7	641,6	–	–	4,3	–

(1) De um a cinco anos.
(2) A mais de cinco anos.
(3) Compreende serviços públicos autónomos, corpos administrativos e organismos de coordenação económica.
(4) Compreende entidades concessionárias de serviços públicos e de utilização do domínio público, assim como organismos corporativos.
(5) Não inclui os financiamentos realizados através do crédito hipotecário.
Origem: Elementos fornecidos pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Mas, tanto num como noutro caso, continuou o sector público a ser o de maior representação relativa, absorvendo em 1961 pouco menos de 75 por cento dos créditos outorgados pela Caixa Geral a médio e a longo prazo.

Por sua vez, o Banco de Fomento alargou também o valor das suas transacções, quase duplicando o dos créditos a médio prazo e elevando de 40 por cento o das operações a longo prazo.

Crédito concedido pelo Banco de Fomento Nacional

Discriminação	Metrópole				Ultramar				Total			
	A médio prazo (1)		A longo prazo (2)		A médio prazo (1)		A longo prazo (2)		A médio prazo (1)		A longo prazo (2)	
	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961
	Em milhões de escudos											
Estado (3)	–	–	–	40	–	–	–	–	–	–	–	40
Particulares (4)	349,7	476,9	98,9	195	133,6	437,2	114,6	64,3	483,3	914,1	213,5	259,3
Agricultura, silvicultura e pecuária	–	3,5	–	4,2	–	–	40,2	2,6	–	3,5	40,2	6,8
Pesca	–	1,6	–	–	–	–	–	–	–	1,6	–	–
Indústrias extractivas	3,4	7,9	0,1	–	–	–	–	–	3,4	7,9	0,1	–
Indústrias transformadoras	70,5	198,8	40,6	25,8	–	95	71,9	36,4	70,5	293,8	112,5	62,2
Transportes e comunicações	–	22,4	50	–	11,1	64,2	–	–	11,1	86,6	50	–
Construção de habitações	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Electricidade	250,8	240,6	8,2	165	122	258	–	22	372,8	498,6	8,2	187
Outros sectores de actividade	25	2,1	–	–	0,5	20	2,5	3,3	25,5	22,1	2,5	3,3
Total	349,7	476,9	98,9	235	133,6	437,2	114,6	64,3	483,3	914,1	213,5	299,3

(1) De um a cinco anos.

(2) A mais de cinco anos.

(3) Compreende serviços públicos autónomos, corpos administrativos e organismos de coordenação económica.

(4) Compreende entidades concessionárias de serviços públicos e de utilização do domínio público, assim como organismos corporativos.

Origem: Elementos fornecidos pelo Banco de Fomento Nacional.

Contràriamente à Caixa Geral, o Banco de Fomento tende a concentrar a maioria das operações no médio prazo e no sector particular. E, ao passo que em 1960 a representação do Ultramar no total dos créditos concedidos pelo Banco de Fomento não chegara a 36 por cento, no ano findo elevou-se para mais de 41 por cento, sintoma seguro do esforço despendido no financiamento das actividades económicas ultramarinas.

Por sectores, foi o das «Indústrias transformadoras» e o da «Electricidade» que absorveram a maior parte dos créditos outorgados em 1961, tal como se verificara no ano precedente.

7. Dentre os diplomas legislativos promulgados em 1961 e interessando directa ou indirectamente o funcionamento do mercado de capitais, destaca-se o Decreto-Lei n.° 43 710, de 24 de Maio, pelo qual foi autorizado o Ministro das Finanças «a dar, por uma ou mais vezes, o aval do Estado a operações de crédito externo a realizar por empresas nacionais, desde que tal seja considerado justificado pela natureza e importância do objecto dessas empresas e pela segurança que, sob todos os pontos de vista, elas ofereçam ao Estado». As responsabilidades por aval não deverão exceder a quantia correspondente a 2 500 milhões de escudos, acrescida dos juros segundo o esquema financeiro da operação, nem poderão ir além de cinco anos os prazos de utilização dos créditos e de vinte anos o do respectivo reembolso.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.° 43 767, de 30 de Junho, consignou que a actividade comercial de mediador na compra e venda de bens imobiliários e na realização de empréstimos com garantia hipotecária só poderá ser exercida por pessoas singulares ou sociedades de reconhecida idoneidade que tenham obtido prévia autorização do Ministro das Finanças, estabelecendo, ainda, que a referida actividade ficará sujeita à fiscalização da Inspecção-Geral de Crédito e Seguros. Finalmente o Decreto-Lei n.° 43 902, de 8 de Setembro, tornou obrigatória a prestação de caução pelas pessoas singulares ou colectivas às quais for concedida a autorização de exercício da referida actividade.

4. Câmbios

1. As modificações introduzidas na estatística cambial, com o fim de obter elementos de informação mais completos e seguros acerca das liquidações internacionais da zona do escudo e tal como fora previsto pelo artigo 3.° do Decreto-Lei n.° 43 024, de 22 de Junho de 1960, juntamente com as necessidades de adaptação aos novos paradigmas e o período de tempo que normalmente requer a centralização dos diversos mapas fornecidos pelas instituições de crédito e casas de câmbio, não permitiram ainda a elaboração dos mapas correspondentes à balança geral de pagamentos no segundo semestre do ano findo. Deste modo, só estão disponíveis, presentemente, os elementos respeitantes à balança geral de pagamentos na primeira metade do ano, aliás insuficientes, e à balança cambial do Banco relativa a todo o ano de 1961.

Balança de pagamentos da zona do escudo

Rubricas	1.° semestre de 1960			1.° semestre de 1961		
	Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
	Em milhões de escudos					
Transacções correntes	7 414	7 493	+ 79	10 317	7 764	− 2 553
Mercadorias	6 334	5 398	− 936	8 259	5 761	− 2 498
Metrópole fob	5 209	3 040	− 2 169	7 106	3 198	− 3 908
Ultramar	1 125	2 358	+ 1 233	1 153	2 563	+ 1 410
Invisíveis correntes	1 080	2 095	+ 1 015	2 058	2 003	− 55
Metrópole	1 080	1 945	+ 865	2 058	1 853	− 205
Turismo	149	290	+ 141	205	272	+ 67
Transportes	466	248	− 218	653	264	− 389
Rendimento de capitais	86	86	-	199	115	− 84
Transferências privadas	159	911	+ 752	154	656	+ 502
Diversos	220	410	+ 190	847	546	− 301
Ultramar		150	+ 150		150	+ 150
Operações de capital			− 520			− 678
Curto prazo (saldo)			− 202			− 21
Longo prazo	398	80	− 318	708	51	− 657
Sector privado	26	37	+ 11	15	25	+ 10
Sector público e bancário	372	43	− 329	693	26	− 667
Erros e omissões			− 188			− 274
Total			− 629			− 3 505
Financiamento						
Variação das disponibilidades líquidas em ouro e em divisas a curto prazo [aumento (−); diminuição (+)]			+ 629			+ 3 505

Origem: Elementos e saldos determinados pelos serviços do Banco de Portugal.

Ora, como se vê no quadro seguinte, a balança geral de pagamentos da zona do escudo apresentava, no fim do primeiro semestre de 1961, um saldo negativo de 3 505 milhões de escudos, que, embora da mesma natureza daquele que se registara no ano anterior, se reveste de singular importância pela sua amplitude.

De facto, esse *deficit* excedeu largamente qualquer dos que se registaram nos anos de 1947 a 1949 e reduziu em mais de 30 por cento o valor dos excedentes globais obtidos no decénio de 1950/1959. Note-se, ainda, que o mesmo *deficit* consumiu cerca de 15 por cento das reservas totais de ouro e divisas, expressas às paridades internacionais, existentes no fim de 1960.

Não será de estranhar a formação de um saldo negativo na balança geral de pagamentos, mesmo avultado, mormente numa conjuntura em que pesam necessidades de equipamento e de matérias-primas inerentes ao processo de desenvolvimento económico do País. Apesar do nível atingido pelo referido *deficit*, não é caso de pensar-se em dificuldades de pagamentos, dado o valor das reservas de ouro e divisas.

Saldos da balança geral de pagamentos

Períodos	1960				1961			
	Países europeus da O. C. D. E.	E. U. A. e Canadá	Resto do mundo	Total	Países europeus da O. C. D. E.	E. U. A. e Canadá	Resto do mundo	Total
	Em milhões de escudos							
Janeiro	− 300	+ 174	+ 13	− 113	− 486	+ 97	+ 24	− 365
Fevereiro	− 237	+ 255	+ 18	+ 36	− 521	+ 88	+ 14	− 419
	− 537	+ 429	+ 31	− 77	− 1 007	+ 185	+ 38	− 784
Março	− 338	+ 309	+ 14	− 15	− 284	+ 52	− 638	− 870
	− 875	+ 738	+ 45	− 92	− 1 291	+ 237	− 600	− 1 654
Abril	− 362	+ 151	+ 1	− 210	− 809	+ 108	− 15	− 716
	− 1 237	+ 889	+ 46	− 302	− 2 100	+ 345	− 615	− 2 370
Maio	− 250	+ 280	− 19	+ 11	− 561	+ 33	+ 10	− 518
	− 1 487	+ 1 169	+ 27	− 291	− 2 661	+ 378	− 605	− 2 888
Junho	− 536	+ 156	+ 42	− 338	− 487	− 95	− 35	− 617
	− 2 023	+ 1 325	+ 69	− 629	− 3 148	+ 283	− 640	− 3 505

Origem: Saldos determinados pelos serviços do Banco de Portugal. Não se inclui a parte das liquidações multilaterais relativas a operações de comércio externo e outras efectuadas pelos bancos comerciais.

Quanto aos factores determinantes da passagem do saldo negativo de 629 milhões de escudos no primeiro semestre de 1960 para o de 3 505 milhões em igual período do ano passado, a análise das principais rubricas da balança de pagamentos indica-nos que essa variação negativa derivou em quase 55 por cento da balança comercial, onde o maior *deficit* da Metrópole (1 739 milhões de escudos) só em

pequena parte foi compensado pelos melhores resultados das transacções de mercadorias entre as províncias ultramarinas e o estrangeiro. Além disso, registou-se uma acentuada redução no excedente relativo a «Transferências privadas» e a «Turismo», um acréscimo importante no *deficit* de «Transportes» e a formação de um saldo negativo apreciável em «Rendimento de capitais». Por seu turno, as maiores despesas do Estado em moeda estrangeira ter-se-ão repercutido não só na balança comercial, mas também na rubrica de «Diversos». Finalmente, nas «Operações de capital a longo prazo», observou-se um aumento de quase 340 milhões de escudos no *deficit*, consequente de as mencionadas participações no capital de organizações internacionais, realizadas no primeiro semestre de 1961, terem excedido as liquidações efectuadas no primeiro semestre de 1960, dos débitos provenientes da cessação do Acordo da U.E.P.

Balança de pagamentos da zona do escudo

Saldos por zonas geográficas

Rubricas	1.º semestre de 1960			1.º semestre de 1961		
	Países europeus da O.C.D.E.	E.U.A. e Canadá	Resto do mundo	Países europeus da O.C.D.E.	E.U.A. e Canadá	Resto do mundo
	Em milhões de escudos					
Transacções correntes	− 1 299	+ 941	+ 437	− 2 956	+ 124	+ 279
Mercadorias	− 1 371	+ 427	+ 8	− 2 494	− 49	+ 45
Metrópole fob	− 1 990	+ 158	− 337	− 3 209	− 277	− 422
Ultramar	+ 619	+ 269	+ 345	+ 715	+ 228	+ 467
Invisíveis correntes	+ 72	+ 514	+ 429	− 462	+ 173	+ 234
Metrópole	+ 42	+ 499	+ 324	− 492	+ 158	+ 129
Turismo	+ 41	+ 76	+ 24	− 14	+ 77	+ 4
Transportes	− 163	− 42	− 13	− 260	− 72	− 57
Rendimento de capitais	− 42	+ 31	+ 11	− 61	− 30	+ 7
Transferências privadas	+ 99	+ 355	+ 298	+ 78	+ 251	+ 173
Diversos	+ 107	+ 79	+ 4	− 235	− 68	+ 2
Ultramar	+ 30	+ 15	+ 105	+ 30	+ 15	+ 105
Operações de capital						
Curto prazo (saldo)	− 305	+ 139	− 36	− 28	+ 96	− 89
Longo prazo	− 345	+ 27	-	− 1	+ 4	− 660
Sector privado	− 12	+ 23	-	+ 5	+ 4	+ 1
Sector público e bancário	− 333	+ 4	-	− 6	-	− 661
Erros e omissões	− 83	− 59	− 46	− 196	− 53	− 25
Total	− 2 032	+ 1 048	+ 355	− 3 181	+ 171	− 495
Financiamento						
Liquidações multilaterais	+ 2 474	− 2 147	− 327	+ 2 274	− 2 540	+ 266
Variação de reservas (aumento = −)	− 442	+ 1 099	− 28	+ 907	+ 2 369	+ 229

Origem: Saldos determinados pelos serviços do Banco de Portugal.

Quanto à decomposição, por grandes zonas monetárias, da balança geral de pagamentos da área do escudo, é elucidativo o quadro anterior.

Como se vê, manteve-se o sentido tradicional: *deficit* com as zonas monetárias dos países europeus participantes na O.C.D.E., excedente com os Estados Unidos e Canadá. E se, no caso do «Resto do mundo» onde se englobam as organizações internacionais, se passou de um saldo positivo de 355 milhões de escudos para um negativo de 495 milhões, o facto deveu-se, fundamentalmente, às participações no capital do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

2. Depois do primeiro semestre, e embora se tenha verificado a tendência sazonal de melhoria nos resultados das liquidações cambiais, não parece — a avaliar pela balança cambial do Banco — que se tenha alterado sensìvelmente o comportamento da balança geral de pagamentos da zona do escudo.

Balança de pagamentos do Banco de Portugal

Saldos totais

Períodos	1960	1961
	Em milhões de escudos	
Janeiro	− 215	− 326
Fevereiro	− 103	− 331
	− 318	− 657
Março	− 77	− 876
	− 395	− 1 533
Abril	− 265	− 631
	− 660	− 2 164
Maio	+ 38	− 376
	− 622	− 2 540
Junho	− 415	− 504
	− 1 037	− 3 044
Julho	− 10	− 646
	− 1 047	− 3 690
Agosto	+ 527	+ 7
	− 520	− 3 683
Setembro	+ 82	− 57
	− 438	− 3 740
Outubro	+ 63	− 87
	− 375	− 3 827
Novembro	+ 5	+ 134
	− 370	− 3 693
Dezembro	+ 237	+ 515
	− 133	− 3 178

Isto é: as causas fundamentais da evolução da balança geral de pagamentos, no primeiro semestre de 1961, terão feito sentir a sua influência durante todo o ano.

Efectivamente, ao observar os valores alfandegários do comércio da Metrópole com o estrangeiro, depara-se-nos um *deficit* de 9 136 milhões de escudos em 1961, que representa um acréscimo de mais de 40 por cento sobre o do ano precedente.

Comércio da Metrópole com o estrangeiro

Valores alfandegários

Zonas	1960			1961		
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo
	Em milhões de escudos					
O. C. D. E.	10 638	5 283	− 5 355	13 450	5 611	− 7 839
Países da Europa	9 387	4 138	− 5 249	11 874	4 319	− 7 555
Estados Unidos e Canadá .	1 251	1 145	− 106	1 576	1 292	− 284
Restantes	2 794	1 719	− 1 075	2 983	1 686	− 1 297
Total	13 432	7 002	− 6 430	16 433	7 297	− 9 136

Origens: 1960, «Comércio Externo»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

A variação negativa do saldo comercial da Metrópole — superior a 2,7 milhões de contos — foi determinada exclusivamente pelas importações, que subiram mais de 22 por cento enquanto as exportações não chegaram a aumentar de 5 por cento.

Os valores das liquidações apresentam um aumento, no saldo negativo, de 1 420 milhões de escudos entre os períodos de Janeiro/Novembro de cada um dos anos de 1960 e de 1961, parecendo de concluir, em face da maior diferença do valor de liquidação das importações para o da estatística alfandegária, que se terá operado no ano findo uma subida apreciável de pagamentos diferidos de importações e, até, uma elevação na importância das operações de *apports de capital en nature*.

Comércio da Metrópole com o estrangeiro

Zonas	1960 Janeiro/Novembro			1961 Janeiro/Novembro		
	Importação	Exportação	Saldo	Importação	Exportação	Saldo
	Em milhões de escudos					
Segundo a estatística alfandegária [1]						
O. C. D. E.	8 942	4 586	− 4 356	11 805	4 904	− 6 901
Países da Europa	7 938	3 553	− 4 385	10 421	3 792	− 6 629
Estados Unidos e Canadá	1 004	1 033	+ 29	1 384	1 112	− 272
Restantes	2 401	1 427	− 974	2 596	1 477	− 1 119
Total	11 343	6 013	− 5 330	14 401	6 381	− 8 020
Segundo a estatística de liquidações						
O. C. D. E.	8 937	4 785	− 4 152	10 562	5 036	− 5 526
Países da Europa	7 920	3 683	− 4 237	9 300	3 882	− 5 418
Estados Unidos e Canadá	1 017	1 102	+ 85	1 262	1 154	− 108
Restantes	1 749	1 359	− 390	1 908	1 472	− 436
Total	10 686	6 144	− 4 542	12 470	6 508	− 5 962

[1] Importações cif; exportações fob.

Quanto às transacções comerciais entre as províncias ultramarinas e o estrangeiro, a estatística de liquidações disponível não vai além do primeiro semestre de 1961, por se desconhecerem ainda as importâncias das operações liquidadas nas próprias províncias depois de Junho. Mas, a avaliar pelos quantitativos das liquidações efectuadas no sistema bancário da Metrópole ao abrigo de boletins de registo prévio emitidos no Ultramar, mantinha-se entre os períodos de Janeiro/Novembro de 1960 e 1961 o sentido de elevação do excedente global, consequente de as exportações aumentarem, em valor absoluto, mais do que as importações.

3. Resumindo a análise precedente, julga-se poder concluir que o elevado *deficit* da balança geral de pagamentos internacionais da zona do escudo em 1961 — o mais importante que se registou no nosso País desde 1947 — terá resultado da conjugação dos seguintes factores:

a) Maior *deficit* da balança comercial da Metrópole, só parcialmente compensado pelo aumento do excedente global das operações de mercadorias entre o Ultramar e o

estrangeiro, pela subida no valor de pagamentos diferidos das importações e até, pelo maior volume das operações de *apports de capital en nature;*

b) Expansão considerável dos pagamentos do Estado em moeda estrangeira;

c) Redução dos excedentes relativos ao movimento de «Turismo» e às «Transferências privadas» e subida do *deficit* respeitante a «Transportes»;

d) Maiores transferências de rendimentos de capitais estrangeiros aplicados no País e das referentes a «Encargos administrativos», em parte compensadas, no entanto, pela elevação do saldo positivo correspondente às «Comissões comerciais e bancárias»;

e) Contracção das transferências de receitas relativas a diversos serviços prestados por nacionais ao estrangeiro, a que se terão, porventura, juntado outras causas relacionadas com movimentos de capitais;

f) Participações no capital do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, em parte compensadas por operações de crédito externo.

4. Sobre acordos de pagamentos celebrados entre Portugal e outros países, registou-se em 1961 o seguinte:

Finlândia — Protocolo relativo ao arranjo de trocas e pagamentos multilaterais entre a Finlândia e certos países da Europa Ocidental, para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1961.

Itália — Revogação do Acordo de Pagamentos de 18 de Fevereiro de 1950.

República Árabe Unida (*Província do Egipto*) — Acordo de Pagamentos assinado em 18 de Maio de 1961.

Quanto à execução dos acordos com os Bancos de Estado de países da Europa Oriental, o quadro a seguir mostra que as importâncias movimentadas em 1961 se mantiveram nos modestos níveis registados em anos precedentes.

Intercâmbio comercial com os países do Leste

Países	1959		1960		1961	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
	Em milhões de escudos					
Alemanha Oriental	17,4	19,5	19,9	28,5	16,3	16,1
Checoslováquia	74,5	79,3	68	58,1	46,2	51,5
Hungria	4,2	4,4	5,5	5,1	6,1	8,6
Polónia	41,8	29,3	31,1	41,4	75,3	51,1
Total	137,9	132,5	124,5	133,1	143,9	127,3

Origem: Elementos próprios do Banco de Portugal.

Notou-se uma subida inferior a 20 milhões de escudos no total das importações, devida ao facto de o aumento de compras à Polónia ter excedido as reduções nas importações da Checoslováquia e da Alemanha Oriental. Nas exportações, as maiores vendas para a Polónia quase compensaram as menores aquisições de produtos portugueses pela Checoslováquia e Alemanha Oriental.

Relativamente à execução do Acordo Monetário Europeu, há a assinalar, apenas, que a contribuição do País para o capital do Fundo Monetário Europeu se manteve no nível atingido no fim de 1960, ou seja, em 652 mil unidades de conta, equivalentes a 18 745 milhares de escudos. Na verdade, não se recorreu ainda no ano findo ao Sistema de Liquidações Multilaterais, nem se recebeu qualquer pedido de *financement intérimaire.*

5. Considerando agora os câmbios praticados no mercado nacional, começaremos por observar que, entre o fim dos anos de 1960 e 1961, as cotações estabelecidas pelo Banco de Portugal desceram no que respeita a dólares, francos franceses, francos belgas, francos suíços, coroas suecas e coroas dinamarquesas, subindo no que se refere a coroas norueguesas, xelins austríacos, florins e marcos da Alemanha Ocidental, as destas duas últimas moedas em consequência das novas paridades que adoptaram em relação ao dólar americano. Além disto, cabe notar que a moeda italiana voltou a ser cotada pelo Banco.

Câmbios de Lisboa sobre as principais praças estrangeiras

Moedas	31 de Dezembro de 1959		31 de Dezembro de 1960		30 de Dezembro de 1961	
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
1 libra esterlina	80$17	80$83	80$17	80$83	80$17	80$83
1 dólar	28$63	28$87	28$59	28$83	28$56	28$80
100 francos franceses	5$83	5$88	583$17 (1)	587$98 (1)	583$11 (1)	587$93 (1)
100 francos belgas	57$33	57$80	57$53	58$00	57$39	57$87
100 francos suíços	662$57	668$01	664$56	670$00	662$06	667$54
100 florins	759$55	765$78	758$38	764$61	793$42	799$92
100 coroas suecas	552$83	557$38	552$71	557$26	551$77	556$35
100 coroas norueguesas	400$79	404$09	400$23	403$53	400$83	404$13
100 coroas dinamarquesas	415$02	418$43	414$54	417$95	414$49	417$91
100 marcos – Alemanha Ocidental	686$76	692$39	685$75	691$38	715$01	720$93
100 xelins austríacos	110$24	111$15	110$05	110$96	110$67	111$59
100 liras	–$–	–$–	–$–	–$–	4$60	4$64
100 marcos finlandeses	8$94,0545	9$02,9345	8$94,0545	9$02,9345	8$94,0545	9$02,9345
1 marco – Alemanha Oriental (2)	12$87,2	13$00,3	12$87,2	13$00,3	12$87,2	13$00,3
100 forints (2)	243$66	246$12	243$66	246$12	243$66	246$12
100 coroas checoslovacas (2)	397$30	401$30	397$30	401$30	397$30	401$30
100 zlotys (2)	715$15	722$35	715$15	722$35	715$15	722$35
1 libra egípcia (3)	69$43	70$17	69$43	70$17	69$43	70$17

(1) N. F. (2) *Clearing*. (3) *Export Account*.

Origem: Câmbios estabelecidos pelo Banco de Portugal.

No mercado livre, os câmbios médios das notas de bancos estrangeiros manifestaram altas mais ou menos pronunciadas entre 1960 e 1961, com excepção apenas das cotações do xelim austríaco, do dólar canadiano e do cruzeiro que diminuíram.

Por sua vez, o preço do ouro subiu sensìvelmente no mercado livre: quase 4 por cento o preço médio de venda do ouro em barra e mais de 5,5 por cento o correspondente à libra-ouro. Deste modo, o ágio do valor médio entre as cotações da libra-ouro no mercado livre e as da mesma moeda no mercado oficial, excedeu 22 por cento, ao passo que o relativo ao ouro em barra não chegou a 6 por cento.

Uma progressão excepcional da procura do ouro amoedado, verificada recentemente, terá constituído o factor principal do fenómeno referido, mesmo porque a correspondente oferta nos mercados nacionais não acusa, em regra, oscilações muito acentuadas. Trata-se, na verdade, de um mercado de pequena amplitude, onde as variações de procura tendem, por isso, a repercutir-se de maneira muito sensível.

Cotações médias do ouro e câmbios médios das notas estrangeiras no mercado livre de Lisboa

Discriminação	1959		1960		1961	
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda
Ouro						
Libra-ouro	269$71	279$71	269$55,4	279$55,4	284$67,5	295$90
Ouro em barra (esc. por grama de ouro fino)	32$77,7	33$27,8	32$84,5	33$44,9	33$68,9	34$74,9
Notas						
Libra esterlina	79$82,5	81$16,3	79$90,9	81$10,3	79$91,6	81$77,1
Rand (1)	78$04,1	79$59,4	78$26,2	79$79,9	37$26,6	39$14,1
Marco-Alemanha Ocidental	6$79	6$94	6$80,6	6$95,6	7$08,6	7$33,2
Franco belga	$55,3	$57,2	$55,6	$57,5	$56,1	$58,1
Franco francês (2)	$05,7	$05,9	5$72,8	5$87,8	5$74,3	5$93
Dirham (3)	$05,7	$06,2	$04,8	$05,4	4$80,7	5$26,8
Franco suíço	6$57,8	6$69,9	6$59,5	6$70,3	6$61,5	6$81,5
Coroa dinamarquesa	3$97,7	4$27,7	4$00	4$30	4$06,2	4$30
Coroa norueguesa	3$85	4$15	3$85	4$15	3$91,4	4$15,2
Coroa sueca	5$40	5$70	5$40	5$70	5$43,6	5$73,6
Florim	7$45	7$75	7$45	7$75	7$79,8	8$12,3
Lira	$04,5	$04,7	$04,6	$04,7	$04,6	$04,8
Peseta	$47,4	$49	$47	$48	$47,6	$49
Xelim austríaco	1$10	1$15	1$10	1$15	1$09,8	1$14,8
Dólar (notas de 5 a 20)	28$45,1	28$75,1	28$45,7	28$75,7	28$63,2	29$07,4
Dólar-Canadá	29$28,2	29$78,2	29$04,7	29$54,7	28$07,2	28$65,9
Cruzeiro	$17,7	$19,7	$14,4	$16	$10,1	$12
Peso argentino	$34,3	$38,7	$32,4	$35,4	$32,8	$35,8

(1) A partir de Março de 1961, o rand substituiu a libra sul-africana (1 rand = 1/2 libra sul-africana).
(2) A partir de Janeiro de 1960, N. F.
(3) A partir de Fevereiro de 1961, o dirham substituiu o franco marroquino (1 dirham = 100 francos marroquinos).
Origem: Médias obtidas pelos serviços do Banco de Portugal a partir de cotações e câmbios estabelecidos pelo Grémio Nacional das Casas de Câmbios.

A mencionada elevação da procura, que atingiu igualmente o ouro em barra, teve, sem dúvida, um carácter ocasional, do mesmo modo que a relativa a certas notas de bancos estrangeiros em determinado período do ano findo. Todavia, para além desses movimentos excepcionais parece revelar-se certa propensão para o entesouramento, aliás sem qualquer fundamento objectivo razoável visto não estar em causa o risco de desvalorização do escudo.

6. Quanto a disposições legais promulgadas em 1961 e relativas aos pagamentos inter-regionais ou internacionais da zona do escudo, avulta, sem dúvida, a publicação do Decreto-Lei n.° 44 016, em 8 de Novembro. Acentua-se justamente, no preâmbulo deste diploma, que, «assim como o crescimento das estruturas económicas, territoriais e regionais, será uma das condições basilares para a eliminação gradual das restrições à liberdade de trocas de mercadorias, serviços e capitais e dos movimentos de pessoas entre os territórios portugueses, assim esta liberalização progressiva constituirá um factor de impulso decisivo para a aceleração do desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que fomentará uma divisão mais eficiente do trabalho nacional»; mas, em boa lógica, reconheceu-se que «ambos estes processos terão necessàriamente de apoiar-se num sistema de pagamentos que permita a regularidade das transferências, assegure a intertransferibilidade das moedas e facilite a resolução de certos desequilíbrios monetário-cambiais, tudo em conformidade com os objectivos de manutenção da estabilidade financeira interna e de solvabilidade exterior da moeda portuguesa».

Em consequência, o citado Decreto-Lei definiu as bases da instituição de um sistema de compensações e pagamentos inter-regionais e de um «Fundo Monetário da Zona do Escudo», seguindo princípios análogos aos que têm informado as convenções internacionais de natureza monetário-cambial assinadas depois da II Guerra. Contudo, não poderia desligar-se o funcionamento do sistema de liquidações inter-regionais das transacções externas, o que se efectuará, essencialmente, mediante as chamadas «contas de reserva». Além disto, estabeleceu-se, designadamente, que «os regimes aplicáveis nos diversos territórios para as operações cambiais com o estrangeiro deverão ser revistos no sentido de uma uniformização tão perfeita quanto possível», que «a regulamentação do exercício do comércio de câmbios, prevista para o continente e ilhas adjacentes pelo artigo 7.° do Decreto-Lei n.° 41 403, de 27 de Novembro de 1957, deverá ser aplicada nas províncias ultramarinas com as diferenças que forem reputadas indispensáveis» e que «as taxas de câmbio de compra e venda de moedas estrangeiras nos diversos territórios nacionais serão estabelecidas de forma que não divirjam sensìvelmente e se cumpram as obrigações assumidas ou a assumir por virtude de acordos internacionais». E, sempre de conformidade com os princípios que devem nortear o funcionamento de uma zona monetária complexa como a do escudo, previu-se claramente a relativa harmonização entre o regime das operações cambiais com o estrangeiro e o aplicável às operações de transferências inter-regionais e, bem assim, entre a regulamentação do exercício do comércio de câmbios e a da intervenção das instituições de crédito nessas transferências.

Tem-se em vista, parece, uma revisão profunda dos regimes gerais que regulam as transferências entre os territórios nacionais e destes com o estrangeiro, o que não colidirá com as obrigações internacionais de liberalização assumidas e poderá representar a constituição de meios mais seguros e o assentamento de processos mais eficientes

para a verificação indispensável da natureza e fins das transacções e correspondentes transferências efectuadas nos vários mercados portugueses. Este objectivo seria válido por si mesmo na actual conjuntura da balança de pagamentos da zona do escudo; mas a necessidade da sua consecução é intensificada, sem dúvida, pela projectada instituição do referido sistema de liquidações inter-regionais, um dos termos do processo de «unificação do mercado português», bem como pelas circunstâncias criadas pela acessão do País ao G. A. T. T. e ao Acordo do Fundo Monetário Internacional.

5. Comércio externo

1. Como resulta da análise do anterior capítulo deste Relatório, foi o comportamento da balança comercial da Metrópole com o estrangeiro o principal factor da excepcional expansão do *deficit* da balança geral de pagamentos da zona do escudo entre os anos de 1960 e 1961. Aliás, têm sido as flutuações do comércio externo que determinam, em regra, as variações de resultados da balança de transacções internacionais, muito embora para a formação dos saldos anuais dessa balança os excedentes relativos aos «invisíveis correntes» e aos movimentos de capitais tenham constituído, frequentemente, elementos decisivos.

Ora, em valores globais, mostra-nos o quadro seguinte que o *deficit* da balança comercial da Metrópole, segundo a estatística alfandegária, subiu quase 48 por cento de 1960 para 1961, o que resultou essencialmente das operações com o estrangeiro. De facto, ainda que as trocas de mercadorias entre a Metrópole e o Ultramar se tenham traduzido num *deficit* de 150 milhões de escudos em 1961, contra um excedente de 153 milhões no ano precedente, certo é que esta variação representou apenas 10 por cento do aumento do saldo negativo total.

Comércio especial da Metrópole

Discriminação		1959	1960	1961
		Em milhões de escudos		
Importação	Ultramar	1 939	2 253	2 358
	Estrangeiro	11 742	13 432	16 433
	Total	13 681	15 685	18 791
Exportação	Ultramar	2 414	2 406	2 208
	Estrangeiro	5 937	7 002	7 297
	Total	8 351	9 408	9 505
Saldo	Ultramar	+ 475	+ 153	— 150
	Estrangeiro	— 5 805	— 6 430	— 9 136
	Total	— 5 330	— 6 277	— 9 286

Origens: 1959 e 1960, «Comércio Externo»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Para o referido resultado concorreram exclusivamente as importações que subiram de 20 por cento, aproximadamente. Na verdade, o total das exportações ainda se elevou de pouco mais de 1 por cento, mercê de o acréscimo das vendas ao estrangeiro ter ultrapassado a quebra das exportações para as províncias ultramarinas.

Em consequência dos referidos movimentos, as exportações cobriram em 1961 apenas 50,6 por cento das importações, quando em 1960 tinham representado quase 60 por cento e em 1959 pouco mais de 61 por cento. Em todo o caso, como se demonstra no quadro a seguir, as razões de troca melhoraram de 2 por cento de 1960 para 1961, mercê da conjugação da subida de 1 por cento no índice dos valores médios da exportação e do decréscimo, também de 1 por cento, no índice correspondente à importação.

Índices do comércio externo

(Base: 1960 = 100)

Discriminação	1961
Índices de valores correntes	
Exportação	95,6
Importação	111,5
Índices de volumes	
Exportação	94,6
Importação	112,6
Índices de valores médios	
Exportação	101
Importação	99
Razões de troca	102

Origem: Índices calculados pelos serviços do Banco de Portugal a partir de elementos publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Nos índices de volumes, contrasta singularmente a diminuição de quase 5,5 por cento nas exportações com o aumento de 12,6 por cento nas importações, sendo, pois, este comportamento causa da acentuada expansão do *deficit* comercial da Metrópole.

2. Analisando a evolução do comércio por zonas, notaremos em primeiro lugar que o aumento das importações de mercadorias do Ultramar de 1960 para 1961 não se reflectiu na província de Angola, ao passo que a diminuição das vendas da Metrópole foi determinada fundamentalmente pela queda das importações feitas pelas províncias de Angola e Moçambique, visto a importância das importações feitas pelas outras províncias ultramarinas se ter mantido pràticamente estabilizada.

Comércio especial por zonas monetárias

Zonas	1959		1960		1961	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
	Em milhões de escudos					
Ultramar	1 939	2 414	2 253	2 406	2 358	2 208
Angola	677	1 350	851	1 237	818	1 091
Moçambique	947	773	1 157	845	1 196	791
Outras províncias ultramarinas	315	291	245	324	344	326
Estrangeiro	11 742	5 937	13 432	7 002	16 433	7 297
Signatários do A. M. E.	10 012	4 052	10 956	4 715	13 507	4 957
Zona esterlina — Metrópoles	1 829	976	1 966	1 304	2 944	1 310
Zona esterlina — Ultramar	98	132	112	138	109	162
Zona esterlina não participante	1 155	224	1 202	302	1 245	352
Outros países — Metrópoles	6 605	2 573	7 421	2 834	8 930	3 009
Outros países — Ultramar	325	147	255	137	279	124
Não signatários do A. M. E.	1 730	1 885	2 476	2 287	2 926	2 340
Estados Unidos e territórios	830	823	1 152	1 059	1 433	1 161
Canadá	67	87	99	96	143	141
América Latina	312	252	386	271	448	294
Outros países	521	692	839	846	902	728
Origens e destinos ignorados e vários	o	31	o	15	o	16
Total	13 681	8 351	15 685	9 408	18 791	9 505

Origens: 1959 e 1960, «Comércio Externo»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

No comércio com o estrangeiro, a citada expansão das importações interessou quase todas as zonas monetárias. No entanto, aos países europeus signatários do A. M. E. couberam 83 por cento, aproximadamente, do aumento das compras metropolitanas nos mercados estrangeiros.

Por outro lado, o acréscimo das exportações foi essencialmente determinado pelas trocas com aqueles países europeus signatários do A. M. E. e com os Estados Unidos e Canadá, correspondendo aos primeiros pouco mais de 61 por cento da variação total.

Considerando, em particular, o comércio com os países da Comunidade Económica Europeia e os da Associação Europeia de Comércio Livre, nota-se que as importações da A. E. C. L. subiram em 1961 muito mais ràpidamente que as da C. E. E.:

enquanto as compras aos participantes na Comunidade aumentaram menos de 19,5 por cento, as efectuadas aos países membros da Associação apresentaram uma expansão superior a 39 por cento. Deste modo, a representação relativa da A.E.C.L. como fornecedora do mercado metropolitano elevou-se de cerca de 20 por cento em 1960 para mais de 23 por cento em 1961, mantendo-se a da C.E.E. à volta dos 38 por cento.

Quanto à evolução das exportações para os países em causa, parece bastante significativa a diferença de comportamento entre os dois grupos: ao acréscimo de quase 6 por cento nas vendas para a A.E.C.L. contrapôs-se a relativa estabilidade das exportações para a Comunidade. E, assim, ficaram muito próximos os dois grupos de países como compradores de produtos metropolitanos.

Comércio com os países da Comunidade Económica Europeia e da Associação Europeia de Comércio Livre

Países	Importação			Exportação		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961
	Em milhões de escudos					
Comunidade Económica Europeia	5 349	5 998	7 161	1 896	2 036	2 060
Alemanha Ocidental	2 416	2 677	2 993	700	857	800
Bélgica-Luxemburgo	836	935	1 505	275	289	302
França	1 029	1 307	1 452	356	319	413
Holanda	497	509	534	246	246	252
Itália	571	570	677	319	325	293
Associação Europeia de Comércio Livre	2 827	3 136	4 367	1 466	1 937	2 046
Áustria	122	91	132	51	46	66
Dinamarca	79	71	284	98	136	210
Noruega	108	126	90	83	84	96
Reino Unido	1 753	1 868	2 861	949	1 284	1 283
Suécia	308	365	448	186	268	243
Suíça	457	615	552	99	119	148

Origens: 1959 e 1960, «Comércio Externo»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Tornaram-se visíveis, desta maneira, as esperadas consequências da participação de Portugal na A.E.C.L., com as inerentes reduções de barreiras alfandegárias,

ou seja o alargamento da posição dos países da Associação, quer na satisfação da nossa procura externa, quer como compradores de produtos nacionais.

Confirmaram-se, efectivamente, as tendências gerais esboçadas em 1960, embora não houvesse uma perfeita ou, pelo menos, muito acentuada homogeneidade na evolução das trocas em relação a cada um dos países componentes dos grupos citados: na expansão das importações metropolitanas participaram todos os países da Comunidade, mas, no caso da A.E.C.L., registaram-se descidas nas compras à Noruega e à Suíça; quanto às exportações, as maiores aquisições da França, no grupo da Comunidade, foram quase anuladas pelas diminuições observadas em relação à Alemanha Ocidental e à Itália, ao mesmo tempo que, nas vendas para a Associação, só a Suécia acusou uma diminuição apreciável, mantendo-se as compras do Reino Unido em valor muito próximo do atingido em 1960 e aumentando as dos restantes países membros.

3. Por secções da pauta aduaneira, os principais aumentos das exportações metropolitanas entre 1960 e 1961 respeitaram aos «Produtos das indústrias alimentares, etc.» (conservas de peixe e de tomate, vinho do Porto), aos «Produtos do reino vegetal» (especialmente feijão, grão e amêndoa), às «Obras de pedra, gesso, etc.» e às «Matérias têxteis e respectivas obras». Mas estas variações positivas foram compensadas, na sua maior parte, pelas quebras nas exportações de «Produtos minerais» (volfrâmio, pirites, gasolinas e óleos combustíveis) e de «Produtos das indústrias químicas e outras conexas» (resinosos).

Os aumentos mais significativos nas importações registaram-se nas secções de «Material de transporte» (embarcações e automóveis para transporte de pessoas), de «Metais comuns e respectivas obras» (ferros e aços, cobre), de «Matérias têxteis e respectivas obras» (algodão, juta), de «Produtos do reino vegetal» (trigo, milho), de «Máquinas e aparelhos, etc.» e de «Produtos minerais» (carvões).

Comércio especial

Por secções da pauta aduaneira

Secções	Variações entre 1960 e 1961			
	Importação		Exportação	
	+	−	+	−
	Em milhões de escudos			
I — Animais vivos e produtos do reino animal	92		8	
II — Produtos do reino vegetal	353		126	
III — Gorduras (incl. alimentares preparadas), óleos gordos e ceras, animais e vegetais, etc.		13		18
IV — Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabacos	76		202	
V — Produtos minerais	201			189
VI — Produtos das indústrias químicas e outras conexas	136			140
VII — Matérias plásticas artificiais, resinas artificiais, borracha; suas obras	11			11
VIII — Peles, couros, etc., e suas obras; tripa em obra		46	1	
IX — Madeira e cortiça, suas obras; carvão vegetal, etc.	13			2
X — Matérias-primas para o fabrico de papel; papel e suas obras	5			14
XI — Matérias têxteis e respectivas obras	472		67	
XII — Calçado, chapéus, flores artificiais; obras de cabelo, etc.	2			11
XIII — Obras de pedra, gesso, etc.; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	15		71	
XIV — Pérolas naturais, gemas, metais preciosos, etc.; respectivas obras; joalharia de fantasia; moedas		39	3	
XV — Metais comuns e respectivas obras	499		51	
XVI — Máquinas e aparelhos; material eléctrico	249			21
XVII — Material de transporte	1 030		39	
XVIII — Instrumentos e aparelhos de óptica, cirurgia, música, etc.; relojoaria, etc.	94		2	
XIX — Armas e munições	8			13
XX — Mercadorias e produtos diversos n. e.		1	1	
XXI — Objectos de arte e de colecção; antiguidades		2		1
	3 256	101	571	420
	+ 3 155		+ 151	

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

As necessidades de abastecimento do País em produtos alimentares e as decorrentes do processo de desenvolvimento industrial em curso, juntamente com o prosseguimento da execução do plano de apetrechamento da marinha mercante nacional,

foram as causas principais do referido aumento das importações. Contudo, continuaram a pesar as importações de bens de consumo duradoiro e, por outro lado, alguns aumentos de compras nos mercados externos não terão sido justificados pelas necessidades imediatas de sectores da produção ou dos consumidores. Pode dizer-se, de facto, que uma parte, mais ou menos apreciável, das maiores aquisições de matérias-primas (como as dos ferros e aços e outros metais e das fibras têxteis) e, bem assim, das relativas a alguns produtos industriais e artigos alimentares, foi destinada a constituir *stocks*, na expectativa, em certos casos, da sua valorização. Mas estes e outros comportamentos não poderão ser eliminados fàcilmente, perante a progressiva liberalização das trocas de mercadorias. Esta, porém, não se compadece com práticas de concorrência desleal.

4. Quanto a acordos bilaterais de comércio celebrados entre Portugal e outros países, há a assinalar o seguinte, relativamente ao ano de 1961:

Brasil — Prorrogados os prazos de validade das listas das mercadorias constantes do Acordo Comercial entre Portugal e o Brasil, de 14 de Setembro de 1954.

Dinamarca — Prorrogação, até 31 de Março de 1962, do Acordo Comercial Luso-Dinamarquês.

Finlândia — Protocolo relativo ao arranjo de trocas e pagamentos multilaterais entre a Finlândia e certos países da Europa Ocidental, para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1961.

França — Acordo Comercial, assinado em 25 de Março de 1961.

Grécia — Prorrogação, até 31 de Dezembro de 1961, do Protocolo da Comissão Governamental Mista Greco-Portuguesa, de 24 de Maio de 1955.

Itália — Acordo Comercial, assinado em 4 de Março de 1961.

Marrocos — Arranjo comercial, assinado em 13 de Maio de 1961.

Reino Unido — Revisão do Acordo Comercial Luso-Britânico, sendo de um ano o período de validade dos novos arranjos, a terminar em 31 de Dezembro de 1961.

República Árabe Unida
(Província do Egipto) — Acordo Comercial, assinado em 18 de Maio de 1961.

Tunísia — Acordo Comercial, assinado em 23 de Janeiro de 1961.

Sobre acordos multilaterais de natureza comercial, importa destacar — para além da execução dos princípios de desmobilização tarifária consignados na Convenção da Associação Europeia de Comércio Livre, de que o nosso País é parte contratante — a acessão de Portugal ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (G. A. T. T.), cuja organização constitui hoje, depois da transformação da O. E. C. E., o mais adequado foro internacional para o estudo das questões relacionadas com as trocas de mercadorias. E deve ser posto em relevo, também, que na sua acessão ao G. A. T. T. o País beneficiou do regime excepcional previsto no Artigo XXIV desse Acordo para o caso das «zonas de trocas livres», em virtude da promulgação do Decreto-Lei n.° 44 016, de 8 de Novembro de 1961, regulamentando, em termos gerais, uma nova fase do processo de integração económica nacional e da perfeita semelhança de mecanismos e objectivos entre o sistema instituído nesse diploma e o do citado Artigo XXIV do Acordo Geral.

O referido Decreto-Lei n.° 44 016 — a que já se aludiu no precedente capítulo deste Relatório e que tem por objecto essencial completar o esquema de execução dos princípios estipulados nas bases LXXI e LXXIII da Lei n.° 2066 (Lei Orgânica do Ultramar), de 27 de Junho de 1953 — consignou em particular a abolição, dentro de 10 a 12 anos, a contar de 1 de Janeiro de 1962, de «todos os impedimentos à livre circulação de mercadorias de origem nacional entre os vários territórios nacionais, como tais se designando as parcelas do território português com autonomia aduaneira». Tem-se em vista, portanto, não só a eliminação das restrições quantitativas às importações ou exportações, mas também a supressão de «todos os direitos aduaneiros, cobrados no comércio entre territórios nacionais, sobre mercadorias de origem nacional, desde que o seu transporte, utilizando-se a via marítima ou aérea, se efectue em navios ou aeronaves nacionais, ressalvando quanto a esta exigência o caso de, por qualquer circunstância, não ser possível satisfazê-la».

Ora, com a acessão de Portugal ao G. A. T. T. nas condições indicadas, essa supressão gradual dos direitos aduaneiros nas trocas entre os territórios portugueses não implicará uma redução proporcionada dos direitos aplicados ao comércio com o estrangeiro, como sucederia necessàriamente no caso da «consolidação das preferências imperiais». Escusado será, por tudo isto, comentar o significado de que se reveste o modo da acessão do País ao Acordo Geral, ou acentuar a importância excepcional que assumirá a regulamentação e a oportuna execução das regras estabelecidas no Decreto-Lei n.° 44 016.

6. Preços e salários

1. O índice geral dos preços por grosso mostrou perfeita estabilidade nos valores médios entre os anos de 1960 e 1961. Mesmo nas médias trimestrais, as oscilações notadas não foram significativas, embora se revelasse tendência para a alta na segunda metade do ano.

Índice de preços por grosso em Lisboa

(Base: 1948 = 100)

Grupos	1959	1960	1961				
			1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Ano
Índice geral	115	118	117	116	118	119	118
Dispositivo fundamental							
Alimentação	106	110	109	107	106	107	107
Bebidas e tabaco	142	142	138	137	142	149	141
Matérias-primas não alimentares, excepto combustíveis	153	157	154	154	151	149	152
Combustíveis e lubrificantes	114	113	113	113	123	123	118
Produtos da indústria química	109	117	119	119	120	117	119
Produtos manufacturados	102	104	104	105	108	108	106
Dispositivo complementar							
Produtos da Metrópole	117	121	119	117	116	119	118
Produtos fabricados na Metrópole a partir de matérias-primas importadas	110	112	113	113	121	120	117
Produtos do Ultramar	147	146	146	146	145	144	145
Produtos do estrangeiro	106	107	107	107	112	112	110

Origem: Médias anuais ou trimestrais calculadas pelos serviços do Banco de Portugal, a partir de elementos publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

A estabilidade do índice geral resultou de os aumentos de preços médios dos combustíveis e lubrificantes, dos produtos da indústria química e dos produtos manufacturados terem sido compensados pelas quebras nos da alimentação, bebidas e tabaco e matérias-primas não alimentares. E, considerando as mercadorias por origens, observa-se que à alta de preços dos produtos do estrangeiro e dos produtos fabricados na Metrópole a partir de matérias-primas importadas se opôs a quebra de preços dos produtos nacionais, metropolitanos e ultramarinos.

2. Muito embora não se registe, em regra, uma acentuada correlação entre as oscilações dos índices de preços por grosso e de preços no consumidor, o comportamento dos preços médios por grosso, anteriormente indicado, levava a admitir a relativa invariabilidade de uma parte considerável dos preços no consumidor e, por consequência, a dos índices gerais destes preços.

Índices gerais de preços no consumidor

Cidades	1959	1960	1961				
			1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Ano
Lisboa	108,6	110,8	110,7	109,7	112	113,5	111,5
Porto	107,5	110,9	109,7	109,5	109,2	110,5	109,7
Coimbra	108,4	109,8	109,5	108,9	109	110,5	109,5
Évora	105,4	107,7	107,6	106,5	107,2	107,6	107,2
Viseu	107,8	110,2	111,6	110,7	109,7	110,1	110,5

Origem: Médias anuais ou trimestrais calculadas pelos serviços do Banco de Portugal, a partir de elementos publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Efectivamente, como se vê no quadro precedente, fracas foram as oscilações entre 1960 e 1961 das médias dos índices gerais: descidas insignificantes quanto aos índices relativos às cidades do Porto, Coimbra e Évora; altas inferiores a 1 por cento quanto aos índices correspondentes a Lisboa e Viseu.

De um modo geral, estes índices regionais apresentaram tendência para a alta na segunda metade do ano, depois de variações mais ou menos díspares durante o primeiro semestre, mas, tanto num caso como no outro, a amplitude dos movimentos foi diminuta.

3. Considerando o caso particular do índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa, notaremos, em primeiro lugar, que o acréscimo de 0,6 por cento no índice geral entre 1960 e 1961 foi consequência de as altas de preços de «Vestuário e calçado» (2,2 por cento), da «Habitação» (3 por cento), dos produtos de «Higiene» (1,8 por cento) e dos «Diversos» (2 por cento) terem sido contrariadas nos seus efeitos pela descida de 0,7 por cento no grupo da «Alimentação».

A subida de 2 por cento no grupo de «Diversos» do índice de preços em causa proveio, essencialmente, dos aumentos registados pelos preços do «Tabaco» (efeito da aplicação do imposto de consumo) e do «Recheio da habitação» (resultante também, possìvelmente e na sua maior parte, do dito imposto), a que se juntou a subida de 5 por cento no índice relativo às remunerações dos servidores domésticos.

Índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa

(Base: 1/VII/1948 a 30/VI/1949 = 100)

Grupos	1959	1960	1961				
			1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Ano
Alimentação	110,4	113,4	112,1	109,7	112,8	115,8	112,6
Vestuário e calçado	105,3	106,6	110,4	108,4	108,3	108,3	108,9
Habitação	103,8	106,6	107,9	109,6	111,5	110,1	109,8
Combustíveis e electricidade	97,9	98,3	98,3	98,3	98,3	98,3	98,3
Higiene	117,2	119,5	122,7	122,3	122,3	119,5	121,7
Diversos	109,8	110,7	110,7	111,7	114,4	114,7	112,9
Total	108,6	110,8	110,7	109,7	112	113,5	111,5

Origem: Médias anuais ou trimestrais calculadas pelos serviços do Banco de Portugal, a partir de elementos publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Quanto à baixa de 0,7 por cento no sector da «Alimentação», resultou de as diminuições dos preços médios do peixe fresco e conservado, do leite, produtos lácteos e ovos e dos tubérculos e hortaliças terem excedido as altas registadas nos legumes verdes e secos, frutas, confeitaria e pastelaria, gorduras animais e vegetais, açúcar e café, carnes de açougue e criação.

4. Da análise do comportamento dos vários índices de preços, deduz-se que, apesar das pressões observadas no mercado monetário em 1961, se pôde assegurar um equilíbrio monetário relativo, do mesmo modo que se sustentou a solvabilidade exterior da moeda nacional, não obstante a importância do saldo negativo da balança geral de pagamentos internacionais da zona do escudo.

Índices gerais de preços no consumidor

Períodos	Lisboa		Porto		Coimbra		Évora		Viseu	
	Índice	Variações anuais %	Índice	Variações anuais %	Índice	Variações anuais %	Índice	Variações anuais %	Índice	Variações anuais %
1957	105,8		103,3		103,3		102,5		103,3	
1958	107,5	+ 1,6	106,2	+ 2,8	106,8	+ 3,4	103,5	+ 1	104,5	+ 1,2
1959	108,6	+ 1	107,5	+ 1,2	108,4	+ 1,5	105,4	+ 1,8	107,8	+ 3,2
1960	110,8	+ 2	110,9	+ 3,2	109,8	+ 1,3	107,7	+ 2,2	110,2	+ 2,2
1961	111,5	+ 0,6	109,7	− 1,1	109,5	− 0,3	107,2	− 0,5	110,5	+ 0,3

Origem: Médias e variações anuais calculadas pelos serviços do Banco de Portugal, a partir de elementos publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Em todo o caso, se atentarmos na evolução dos índices de preços no consumidor durante o quinquénio de 1957/1961, notaremos um movimento de alta mais ou menos continuada e de oscilações anuais mais ou menos sensíveis.

Parece, assim, que estamos em face de um caso típico das chamadas pressões inflacionistas contidas, inerentes, aliás, aos processos de crescimento económico ou aos de expansão de estruturas já industrializadas. Mas o facto de as variações médias anuais dos diversos índices considerados se situarem entre um mínimo de 1,15 por cento (caso de Évora) e um máximo de 1,75 por cento (caso de Viseu) testemunha claramente a pequena amplitude geral do fenómeno.

5. A estabilidade relativa dos preços verificada entre 1960 e 1961 torna mais significativas, sem dúvida, a melhoria denunciada nos índices de salários. No caso dos assalariados rurais, as remunerações médias correspondentes aos períodos trimestrais de 1961 foram em regra superiores às dos períodos correspondentes do ano anterior, de maneira que os índices médios anuais mostraram quanto aos trabalhadores masculinos um aumento de 4 por cento e para os trabalhadores femininos de quase 4,8 por cento.

Índice ponderado de salários rurais

(Base: 1948 = 100)

Períodos	1959		1960		1961	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.º trimestre	112	109	119	117	129	125
2.º trimestre	118	122	133	134	133	137
3.º trimestre	115	119	125	127	130	136
4.º trimestre	114	117	122	125	130	132
Média anual . . .	115	117	125	126	130	132

Origem: Índice elaborado pelos serviços do Banco de Portugal, a partir dos elementos individuais publicados no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Apesar de os salários médios femininos terem vindo a crescer mais acentuadamente do que os masculinos, o certo é que em 1961 a taxa de remuneração correspondente às mulheres não chegava ainda a 60 por cento da atribuída aos homens, contra 55 por cento em 1948. Este desvio entre as duas categorias de salários rurais mostra-se, assim, bastante sensível o que poderá atribuir-se a certas diferenças da natureza e qualidade dos trabalhos correspondentes. Contudo, ao confrontarem-se os

salários para os mesmos tipos de trabalho (sementeiras, apanhas de frutos, trabalhos hortícolas, ceifas de cereais), deparamos com relações à volta dos 60 por cento, só explicáveis em parte pelas diferenças de rendimento no trabalho dos dois grupos de assalariados.

A subida dos salários rurais, nos últimos anos — derivada sobretudo da rarefacção, posto que lenta, da oferta de trabalho nos respectivos mercados — já tem produzido efeitos sensíveis nas condições económicas da exploração agrícola, especialmente em certas regiões do País, obrigando a um esforço de mecanização quando não a revisão dos métodos de cultivo ou do ordenamento de culturas.

6. Também nos salários por profissões referentes à cidade de Lisboa se verificou um sentido de alta apreciável.

Índice ponderado de salários por profissões na cidade de Lisboa

(Base: 1948 [1] = 100)

Períodos	1959	1960	1961
Março	130,2	131	136,3
Junho	129,8	131,9	137,8
Setembro	129,6	132,9	138,8
Dezembro	130,7	133,1	-
Média anual	130,1	132,2	-

[1] Sòmente os meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Origem: Índice calculado pelos serviços do Banco de Portugal, a partir do índice simples publicado no «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Na verdade, quando se comparam os índices dos períodos de Março, Junho e Setembro de 1960 e 1961, notam-se acréscimos entre 4 e 4,5 por cento. De resto, foram assaz numerosas as revisões de contratos colectivos de trabalho, ou celebração de primeiros contratos, efectuadas durante o ano de 1961, com elevação mais ou menos acentuada dos salários mínimos, ou fixação destes, e concessão doutras melhorias, abrangendo um elevado número de assalariados e empregados, designadamente dos sectores da indústria de massas alimentícias, de minas, de garagens, estações de serviço e postos abastecedores de carburantes, do comércio de produtos hortícolas, peixe e criação, do comércio de vidros, louças e utilidades, da pesca e marinha mercante, dos

caminhos de ferro, das indústrias de marcenaria, serração de madeiras e carpintaria mecânica e da actividade bancária.

Além disto, mas já no fim do ano, foi promulgado o Decreto-Lei n.° 44 061, no qual se estabeleceu, entre outras vantagens, a extensão do benefício do abono de família aos descendentes dos empregados e assalariados que venham a falecer e a ele tinham direito ao tempo da morte, bem como a manutenção do dito abono durante os impedimentos temporários de trabalho originados por incapacidade resultante de acidente ou doença profissional, prestação de serviço militar obrigatório, gozo de férias ou doença devidamente comprovada.

7. Produção e transportes

a) Execução do II Plano de Fomento

1. Para o conjunto dos seus dois primeiros anos de execução previa o II Plano de Fomento da Metrópole um encargo financeiro total de 8 961,4 milhões de escudos, dos quais as indústrias transformadoras e os transportes e comunicações partilhavam, em quinhões quase iguais, cerca de 60 por cento. A realização do programa estabelecido veio a representar-se pela cifra de 7 321,6 milhares de contos, correspondente a 81,7 por cento das estimativas, percentagem satisfatória para uma fase de arranque. Note-se que, enquanto no primeiro ano de execução apenas se haviam realizado 73 por cento das previsões, no de 1960 o coeficiente de execução subiu já a cerca de 89 por cento, tendo sido mesmo excedidas essas previsões quanto à pesca e às indústrias transformadoras.

Foi nos sectores da pesca e da electricidade que os investimentos, nos dois citados anos, mais se aproximaram do nível previsto; pelo contrário, os da agricultura, indústrias extractivas e transportes ficaram relativamente mais distantes do objectivo que havia sido proposto. Deve, no entanto, sublinhar-se que, na origem destes atrasos, nunca estiveram quaisquer obstáculos suscitados pelas fontes de financiamento, mas tão-sòmente por factores de outra índole, como demora nos fornecimentos de equipamento, dificuldades de organização, de técnica e outras também relacionadas com a necessária participação do elemento humano na concretização dos empreendimentos projectados.

Prevendo e prevenindo a incidência futura de algumas dificuldades desta natureza, o Governo delineou, em projecto de Decreto-Lei enviado à Câmara Corporativa, a criação de uma Junta de Planeamento Económico Regional, destinada a promover o estudo, a coordenação e o planeamento do desenvolvimento económico regional, de harmonia com a orientação traçada no Plano de Fomento.

Em todo o caso é de crer que as finalidades essenciais do Plano tenham sido atingidas, em especial quanto às perspectivas de aceleração do ritmo de crescimento do rendimento nacional.

Pelo que diz respeito ao ano de 1961, os dados numéricos disponíveis, referentes aos três primeiros trimestres, traduzem um coeficiente de realização um pouco inferior ao do período correspondente de 1960, se bem que, pràticamente, da mesma ordem. Foram os sectores industriais que originaram essa pequena diminuição relativa de ritmo de execução, mas cumpre advertir que a circunstância de os dados se reportarem a nove meses apenas lhes tira uma parte do seu significado, visto não abrangerem elementos completos sobre todas as realizações em curso, por dificuldade ou impossibilidade de recolha, além de ser no último quartel do ano que os dispêndios mais avultados tendem a efectivar-se.

Execução do II Plano de Fomento — Metrópole

Por sectores de actividade

Sectores de actividade	Previsões			Financiamentos			Despesas efectuadas		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961 Jan./Set.(1)	1959	1960	1961 Jan./Set.(1)
	Em milhões de escudos								
Agricultura, silvicultura e pecuária	616,8	592,3	597	438,5	470,2	299,2	419,5	423,3	241,1
Pesca	65	97	113,9	66,3	113,6	95,8	50,1	109,5	95,8
Indústrias extractivas	16,5	16,5	16,8	13	9,8	6,7	13	9,8	6,8
Indústrias transformadoras	1 134,2	1 638,5	1 716,6	669,2	991,7	621,6	606,6	1 706,4	964
Electricidade	832,5	1 045	1 104,2	837,6	950	411,1	895	955,4	567,4
Transportes e comunicações	1 231,6	1 439,5	1 189,7	860,2	1 199,5	527,2	838,3	1 081,5	587,4
Investigação e ensino técnico	89,9	146,1	127,9	82,2	131	66,1	82,2	131	70,9
Total	3 986,5	4 974,9	4 866,1	2 967	3 865,8	2 027,7	2 904,7	4 416,9	2 533,4

(1) Números provisórios.

Origem: Elementos fornecidos pela Inspecção Superior do Plano de Fomento.

E, na verdade, as últimas informações obtidas levam a admitir que em 1961 o Plano terá alcançado pelo menos o mesmo grau de realização que em 1960. É possível até que comecem entretanto a sentir-se os efeitos, nos diversos ramos industriais, do estímulo representado pelo Decreto n.° 43 871, de 22 de Agosto, prorrogando até ao fim de 1962 o regime de reduções de contribuição industrial para as empresas que realizem investimentos conducentes a novos ou melhores fabricos, e pelo Decreto n.° 43 879, de 25 do mesmo mês, permitindo reduzir igualmente a citada contribuição a empresas que concorram para o desenvolvimento industrial do País através do custeio de trabalhos de investigação ou de apetrechamento laboratorial.

2. Nos dois primeiros anos de execução do II Plano de Fomento os financiamentos realizados totalizaram 6 832,8 milhões de escudos, correspondentes a 76,2 por cento das previsões. As fontes com que mais largamente se contava — o Orçamento Geral do Estado e os bancos, caixas económicas e particulares — aplicaram, respectivamente, 79,1 e 70,7 por cento das quotas que lhes estavam consignadas.

O crédito externo foi a fonte menos utilizada. Pelo contrário, as autarquias locais, as instituições de previdência e o autofinanciamento excederam as somas que lhes foram atribuídas para o período de 1960/1961.

No fim do nono mês de 1961 estavam financiados 41,7 por cento dos investimentos calculados para os doze meses, proporção um pouco diminuída em confronto

com a do período equivalente de 1960, para o que terá influído ponderosamente a fraca expressão dos financiamentos nesse período realizados pelos bancos, caixas económicas e particulares. Este grupo, a que fora atribuída a participação mais importante, não tinha em 30 de Setembro igualado sequer os financiamentos por conta do Orçamento Geral do Estado, que, assim, passavam do segundo para o primeiro lugar na ordem de importância das fontes de financiamento.

Execução do II Plano de Fomento — Metrópole

Por fontes de financiamento

Fontes de financiamento	Previsões			Financiamentos		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961 Jan./Set. (1)
	Em milhões de escudos					
Orçamento Geral do Estado	881,6	1 079	1 328,5	702,7	848,3	556,3
Fundos públicos autónomos	601,2	56,7	57,1	369,2	82,2	28,6
Autarquias locais	62,3	64,3	65,3	63,1	78,9	50
Instituições de previdência	385	379,3	362,7	358,9	415,4	416
Empresas seguradoras	20	17	17	–	12,2	0,5
Bancos, caixas económicas e particulares	1 259,6	2 094,2	1 940,9	835	1 534,7	537,1
Autofinanciamento público e privado	741,8	753,8	500,6	655,3	874,9	329,9
Crédito externo	35	530,6	594	30	19,2	109,3
Total	3 986,5	4 974,9	4 866,1	3 014,2	3 865,8	2 027,7

(1) Números provisórios.

Origem: Elementos fornecidos pela Inspecção Superior do Plano de Fomento.

Neste período de 1961 há que assinalar ainda a intervenção progressiva das instituições de previdência e a projecção que, comparativamente com os períodos anteriores, vai tendo o recurso ao crédito externo. E, quanto a esta fonte, é legítimo esperar representação de maior relevo quando começar a produzir os seus efeitos o Decreto-Lei n.° 43 710, de 24 de Maio, pelo qual as empresas nacionais que recorram a capitais estrangeiros podem, em certas condições, beneficiar do aval do Estado para garantia das respectivas operações de crédito.

b) Agricultura, silvicultura e pesca

1. Avaliada pelo comportamento dos cereais, tubérculos, legumes, vinho e azeite, a produção agrícola de 1961 foi ainda um pouco inferior à do ano precedente, em virtude da quebra registada no sector vinícola.

Índice de produção agrícola

(Base: 1947 = 100)

Produtos	Indice definitivo		Índice provisório		
	1959	1960	1959	1960	1961
Cereais	147,5 (1)	124,8	131,1	113,1	120,8
Tubérculos e legumes	93,6 (1)	103,7	86,7	93,7	108,9
Vinho	88,3	113,3	70,6	103,9	66,7
Azeite	98,2	92,5	88,2	95,8	104,2
Total	109,1 (1)	111,2	95,8	102,7	100

(1) Rectificado.

Origem: Índice de quantidades ponderado pelos preços do ano tomado para base e referido ao conjunto de produtos de maior peso na produção agrícola. Os índices definitivos são calculados pelos serviços do Banco de Portugal sobre os elementos da «Estatística Agrícola» do Instituto Nacional de Estatística e os índices provisórios sobre as estimativas do Serviço de Estatística Agrícola do mesmo Instituto.

Prolongou-se assim, de um modo geral, a situação precária com que a generalidade da lavoura tem vindo a debater-se. Tal situação, se pode imputar-se em parte a dificuldades derivadas do factor climático, será também de atribuir, como se acentua no relatório da proposta de Lei de Meios para 1962, a deficiências de natureza estrutural, cuja remoção será necessàriamente demorada mas que o Governo diligencia corrigir com adequadas soluções.

No campo legislativo, enquanto prosseguia a apreciação das propostas de lei respeitantes a emparcelamento e a arrendamento da propriedade rústica, foram decretadas diversas providências de conjuntura, dentre as quais sobressaem as seguintes:

a) Despacho do Ministério da Economia, de 7 de Março, constituindo uma comissão integrada no plano de assistência técnica à lavoura, com o objectivo de prestar informações e pareceres sobre assuntos relacionados com a melhor aplicação dos adubos e correctivos;

b) Decreto-Lei n.° 43 856, de 11 de Agosto, inserindo disposições destinadas a regular o funcionamento das cooperativas agrícolas, cuja multiplicação se tem verificado ùltimamente;

c) Decreto-Lei n.° 43 998, de 26 de Outubro, assegurando os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Superior da Agricultura, cujo regimento fora aprovado pela Portaria n.° 18 288, de 27 de Fevereiro;

d) Decreto-Lei n.° 44 038, de 17 de Novembro, permitindo aos organismos corporativos da lavoura, às associações agrícolas e às respectivas federações e uniões requisitarem técnicos dos quadros de pessoal dos diversos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura nos mesmos termos em que já o podiam fazer quanto à Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas;

e) Portaria n.° 18 859, de 6 de Dezembro, estabelecendo as margens máximas de lucro de que pode beneficiar o comércio de adubos, de modo a defender a lavoura de injustificados encarecimentos.

Pelo que respeita à acção directa, devem referir-se os esforços da Junta de Colonização Interna, tanto na concessão de empréstimos para obras de rega, drenagem, defesa contra a erosão e montagem de oficinas tecnológicas, como na tentativa de reformar certos hábitos dos produtores. E sem descurar o problema da fixação dos trabalhadores rurais, a Junta de Colonização Interna empenhou-se ainda numa campanha de divulgação de princípios relativos a «bem-estar rural».

2. *Cereais* — A análise do índice de produção revela melhoria da produção cerealífera relativamente ao ano precedente. A situação, contudo, pouco se modificou, pois, na maioria dos casos, assistiu-se à repetição de colheitas globalmente deficientes, como já o haviam sido, em extremo, as de 1960.

Produção cerealífera em 1961

Cereais	Milhares de quintais	Índices	
		Base: produção média no decénio 1951/1960	Base: produção em 1960
Trigo	4 042	63	82
Milho	5 393	119	116
Sequeiro	1 540	113	115
Regadio	3 853	123	116
Arroz	1 787	116	118
Centeio	975	54	70
Aveia	619	54	101
Cevada	523	58	105

Origem: Estimativas publicadas nas folhas de «Estado das Culturas» do Instituto Nacional de Estatística, convertidas em milhares de quintais, quando necessário, segundo os pesos por hectolitro indicados pelo mesmo Instituto na «Estatística Agrícola» de 1960.

Para o trigo, o elemento mais representativo do grupo dos cereais, e para o centeio, a produção voltou ainda a contrair-se, devido, sobretudo, a irregularidades meteorológicas que actuaram desfavoràvelmente em diversas fases dos seus ciclos produtivos, mas para a qual devem ter contribuído também a redução das superfícies semeadas e até a progressiva perda de fertilidade dos solos. Com as diminuições respectivamente de 18 e 30 por cento os volumes de produção de qualquer destes cereais caíram para nível excepcionalmente baixo, o que se repercutiu na situação económica dos produtores e nas condições de abastecimento do País em cereais panificáveis.

Com vista a diminuir as dificuldades dos lavradores, as entidades oficiais decidiram conceder-lhes subvenções na importância de 220 mil contos, obtida por empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência à Federação Nacional dos Produtores de Trigo, nos termos dos Decretos-Leis n.os 43 831 e 43 832, de 29 de Julho, em cujos preâmbulos se reconhece a difícil situação presente e a necessidade de profunda e urgente revisão da política cerealífera nacional. O primeiro destes diplomas concedeu, além disso, moratória para a liquidação de anteriores empréstimos em dívida e elevou para 1 000$00 por hectare a importância dos financiamentos para a próxima cultura.

Paralelamente, com o fim de suprir as deficiências da produção quanto ao abastecimento do mercado interno, foi resolvido não só libertar os preços das farinhas de outros cereais de modo a estimular o respectivo consumo, mas também celebrar com os Estados Unidos da América do Norte um contrato de compra de trigo e cevada no valor aproximado de 380 mil contos, conforme autorização dada pelo Decreto-Lei n.° 44 029, de 15 de Novembro.

Beneficiado por condições atmosféricas relativamente favoráveis e dispondo de maiores áreas de semeadura, o milho, tanto de sequeiro como de regadio, apresentou um aumento de produção de cerca de 16 por cento entre 1960 e 1961, registando o mais importante resultado de que há notícia.

A cevada, cuja área de cultivo não sofreu variação, produziu um pouco melhor também, assim como a aveia, que, mesmo ocupando superfície mais reduzida, deu rendimento ligeiramente acima do da campanha anterior. Mas uma e outra em pouco excederam a metade da produção média anual do decénio precedente.

A orizicultura, após o revés da colheita de 1960, obteve um resultado que bastante se aproxima do melhor verificado até ao presente (o de 1955), graças a áreas de cultivo ampliadas de 3 por cento e a condições meteorológicas de feição, tanto na fase de desenvolvimento como por altura da colheita e secagem.

Não obstante as maiores disponibilidades deste cereal foram aumentadas as tabelas dos preços de compra à produção de $20 por quilograma para a produção dos arrozais do Norte e Centro do País e de $10 para a dos arrozais do Sul, mas sem prejuízo para o consumidor, visto se terem mantido os preços de venda ao público.

3. *Tubérculos e legumes* — O ano decorreu bastante razoável para o sector dos tubérculos e legumes que, melhorando cerca de 16 por cento em relação à produção de 1960, elevou o respectivo índice para um nível que há cinco anos não era alcançado.

Produção de tubérculos e legumes em 1961

Tubérculos e legumes	Milhares de quintais	Índices	
		Base: produção média no decénio 1951/1960	Base: produção em 1960
Batata	10 792	97	104
Sequeiro	5 014	98	109
Regadio	5 778	98	99
Fava	297	70	107
Feijão	536	106	107
Sequeiro	170	105	102
Regadio	366	110	110
Grão-de-bico	244	137	118

Origem: Estimativas publicadas nas folhas de «Estado das Culturas» do Instituto Nacional de Estatística, convertidas em milhares de quintais, quando necessário, segundo os pesos por hectolitro indicados pelo mesmo Instituto na «Estatística Agrícola» de 1960.

Todos os elementos constitutivos do grupo em análise contribuíram para a melhoria observada, à excepção da batata de regadio, que se calcula ter ficado ligeiramente abaixo da colheita precedente, mas que foi compensada pelo considerável aumento verificado na batata de sequeiro. No entanto, as produções de batata e fava (nesta muito acentuadamente), ficaram ainda aquém da média do decénio 1951/1960.

Quanto à fava, porém, deve tratar-se mais de desinteresse do que pròpriamente de um insucesso de produção, porquanto, com sementeiras reduzidas em 16 por cento relativamente às extensões cultivadas no ano de 1960, ainda foi possível superar os resultados desse ano por boa margem.

Enquanto as colheitas de feijão excediam em 7 por cento as do ano precedente, mercê principalmente da cultura de regadio, as do grão-de-bico atingiam em 1961 um novo máximo de produção, para o que deve ter contribuído em parte o alargamento de 9 por cento nos terrenos a ele consagrados.

Quanto à batata, o produto mais representativo deste conjunto, subsistiram os problemas derivados da elevação da oferta e consequente aviltamento de preços, cuja origem estará menos na produção excedentária que na precipitação com que os tubérculos são vendidos, para fugir aos prejuízos derivados do seu reduzido poder de con-

servação. Num esforço para vencer as dificuldades assim criadas, concederam-se subsídios, desviaram-se contingentes para o fabrico de amido e colocaram-se avultadas quantidades nos mercados externos. Mas, ante a possível insuficiência destas providências, foi ainda deliberado, já no último quartel do ano, impor ao comércio armazenista do ramo a constituição de reservas de batata equivalentes a um mês de consumo.

4. *Vinho* — Com uma produção calculada em 6 748 milhares de hectolitros de vinho, representando 59 por cento do quantitativo apurado no ano anterior e 67 por cento da média do último decénio, a viticultura conheceu em 1961 uma das piores épocas dos dois últimos decénios. O insucesso resultou da conjugação de diversos factores desfavoráveis: chuvas no período da polinização, ataques de míldio e oídio, fustigações de granizo e o excessivo calor de Agosto, que fez secar os cachos e antecipar de uma quinzena a época das vindimas. Todavia, a qualidade dos vinhos, apesar de variável, revelou-se satisfatória na sua maior parte.

Entretanto prosseguiu o movimento de ampliação da rede de adegas cooperativas, estando já em funcionamento cerca de quarenta e prevista a instalação de outras tantas. Para obter os meios financeiros necessários ao cumprimento do programa das adegas cooperativas, bem como à realização dos igualmente importantes objectivos do reajustamento dos preços e do aumento da capacidade de armazenagem de vinhos, o Decreto-Lei n.° 43 550, de 21 de Março, ampliou para o dobro a taxa que vinha sendo cobrada sobre o vinho directamente vendido ao público e onerou também as aquisições feitas aos produtores pela própria Junta Nacional do Vinho.

5. *Azeite* — À parte alguns ataques não generalizados da gafa e da mosca *Dacus oleae*, estes enèrgicamente combatidos nas zonas mais afectadas, não se registaram grandes perturbações no desenvolvimento da azeitona, cuja funda bastante variável, foi menos rendosa para as colheitas tardias, já surpreendidas pelas chuvas. O azeite obtido foi, em geral, de boa qualidade, calculando-se provisòriamente em 1 061 milhares de hectolitros o resultado da safra, reveladora de variações positivas de cerca de 13 e 17 por cento respectivamente sobre a campanha precedente e sobre a média do decénio 1951/1960. Considerando, porém, que se trata de um ano de safra, o quantitativo apurado não representa mais do que uma produção normal, nem contraria a tendência que tem vindo a notar-se para a redução das oscilações entre safras e contra-safras.

No entanto, e apesar das exportações terem aumentado, o volume da produção fez recear a acumulação de excedentes, justificando as providências destinadas a adaptar o regime da comercialização do azeite às modificações previstas, com o objectivo de defender a produção sem esquecer o regular funcionamento do mercado. Neste sentido, foi publicada a Portaria n.° 18 828, de 22 de Novembro, que segue a orienta-

ção, já anteriormente definida, de progressivo regresso ao sistema da livre concorrência. Complementarmente, o Decreto-Lei n.° 44 085, de 14 de Dezembro, veio conferir à Junta Nacional do Azeite a faculdade de conceder crédito aos olivicultores, como novo meio de regularização do mercado, porventura mais eficiente na conjuntura actual do que o da já ensaiada intervenção por compra.

6. *Frutas* — As árvores de fruto, em geral, produziram quantidades consideráveis, apesar das abundantes quedas de frutos provocadas por diversos agentes no período de desenvolvimento. As qualidades, todavia, mostraram-se medíocres, em consequência dos ataques de parasitas e de doenças criptogâmicas facilitados pela falta de tratamentos fitossanitários, especialmente em certas espécies.

Para esta falta de tratamento concorre o excessivo custo da sua aplicação, principalmente em árvores disseminadas, já que o agrupamento em pomares, de exploração mais económica, não é ainda a regra geral. O problema do saneamento, de que se ocupa o II Plano de Fomento em capítulo especial, assumiu assim maior grau de premência, o que motivou a promulgação do Decreto-Lei n.° 43 700, de 18 de Maio, promovendo o reconhecimento das áreas onde se julgue necessário proceder à extinção dos focos de pragas e doenças perigosas a fim de, numa fase seguinte, se impor o tratamento das fruteiras atacadas ou o seu arrancamento e substituição.

Quanto aos citrinos, a produção foi de bom nível, mesmo no aspecto da qualidade, não obstante os ataques da mosca *Ceratitis capitata.*

Os castanheiros não atacados por doença produziram também razoàvelmente, mas é grande o número de árvores desta espécie afectadas, o que já levou a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas a encetar uma vasta campanha de protecção, tratamento e recuperação.

A produção das amendoeiras do Algarve, excepcionalmente elevada em 1961, permitiu que se alargassem acentuadamente as exportações de amêndoa. As figueiras, pelo contrário, tiveram comportamento inferior ao normal, que se repercutiu em abaixamento dos contingentes exportados.

7. *Silvicultura* — As estimativas apresentadas no relatório da proposta de Lei de Meios para 1962 indicavam a extracção em 1961 de cerca de 185 000 toneladas de cortiça, representando um acréscimo de 3 por cento sobre a do ano precedente. Todavia, surgiram dificuldades de escoamento que, fazendo diminuir as quantidades exportadas, eliminaram as vantagens que a maior produção seria susceptível de oferecer em condições de mercado mais favoráveis.

A extracção de resina, efectuada já dentro das novas normas disciplinadoras desta actividade promulgadas pelo Decreto-Lei n.° 43 464, de 4 de Janeiro, foi avaliada em 90 mil toneladas. Terá havido, desta forma, um acréscimo de 18 por cento na

produção, estimulada pelas boas condições em que, durante algum tempo, decorreu a colocação nos mercados externos do produto já fabricado e que teve como consequência a elevação dos preços das incisões para a colheita de resina nos contratos firmados no começo da campanha.

Em Outubro foram aprovados, após parecer favorável da Câmara Corporativa, os planos de arborização de mais algumas bacias hidrográficas, elaborados em conformidade com a Lei de conservação e fixação dos solos (n.° 2 069, de 24 de Abril de 1954).

8. *Pecuária* — Depois da regressão de 1960, os abates de reses para abastecimento público retomaram a sua evolução ascensional, não só nos bovinos como nos suínos. O aumento do conjunto foi de quase 7,5 por cento, a despeito da contracção desta vez registada no abate das espécies ovina e caprina.

Abate de gados

Espécies	1959	1960	1961
	Em toneladas		
Bovinos	41 319	39 119	42 878
Ovinos e caprinos	11 184	12 355	12 179
Suínos	40 080	36 735	39 686
Total	92 583	88 209	94 743

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Todavia, as disponibilidades do País em carne situaram-se ainda aquém do que se considera necessário para realizar uma razoável capitação de consumo, pelo que continuou a facilitar-se a importação de carnes pela isenção ou redução de direitos alfandegários, tendo as respectivas compras no estrangeiro aumentado cerca de duas mil toneladas relativamente ao ano anterior.

A exploração do gado suíno continuou a ser prejudicada pela persistência da peste e pela colocação mais difícil da carne gorda, que tem feito descer o valor das reses e provocado o desinteresse do criador.

O gado lanígero vendeu-se nas feiras a preços aproximados aos de 1960, enquanto o bovino se valorizou razoàvelmente e o suíno, como acima se referiu, sofreu baixa de cotação.

No aspecto da alimentação dos gados, as pastagens naturais e as culturas forrageiras puderam prover quase sempre ao sustento dos animais. Em algumas ocasiões em que nas terras secas os pastos foram mais escassos, a situação resolveu-se sem dificuldades de maior, pelo recurso mais acentuado a fenos, palhas e rações.

A montanheira decorreu este ano em condições de permitir a engorda de número de porcos superior ao de períodos anteriores.

No que diz respeito à avicultura observou-se em algumas zonas do País certo entusiasmo da iniciativa privada pela montagem de aviários em boas condições técnicas de exploração. O interesse das entidades oficiais por esta fonte subsidiária de abastecimento de carne revelou-se principalmente pela publicação, em 13 de Março, de um despacho regulador da comercialização dos produtos avícolas e pela nomeação de um grupo de trabalho para traçar e executar um plano de fomento avícola.

9. *Pesca* — No período de Janeiro a Outubro, o sector da pesca apresentou resultados quantitativamente superiores em quase 9 por cento aos de igual período do ano anterior, numa expansão de cadência quase dupla da então verificada.

Pesca desembarcada

Espécies	1959 Janeiro/Outubro		1960 Janeiro/Outubro		1961 Janeiro/Outubro	
	Toneladas	Milhares de escudos	Toneladas	Milhares de escudos	Toneladas	Milhares de escudos
Sardinha	93 251	284 468	96 347	329 328	100 852	331 916
Restantes espécies de águas marítimas	101 292	456 507	107 181	519 168	120 008	569 603
Crustáceos	1 180	21 388	716	20 906	892	22 922
Moluscos	4 454	18 691	5 030	19 539	5 701	20 288
Espécies de águas salobras	370	2 789	408	3 778	327	2 925
Total	200 547	783 843	209 682	892 719	227 780	947 654

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Quanto às espécies de mais fraca representação, verificou-se notável baixa na pesca em águas interiores, ao passo que cresceram, em escala muito acentuada, as quantidades de moluscos e crustáceos. Quanto a esta última espécie, o Governo manifestou o propósito de fomentar o desenvolvimento que se supõe possível de atingir através do emprego de artes de arrastar pelo fundo, pelo que estabeleceu, na Portaria n.° 18 467, de 9 de Maio, um regime experimental nesse sentido, para ser ensaiado ao largo da costa algarvia.

Os valores realizados não variaram proporcionadamente às quantidades, registando-se assim baixa dos preços médios, generalizada a todas as espécies referidas no quadro acima. Esta baixa, no que diz respeito às espécies marítimas, terá resultado em parte do aumento da oferta, mas é de admitir que lhe não tenha sido estranha também a

limitação de preços estabelecida em 1960 e apenas derrogada, em 25 de Abril de 1961, quanto às vendas de peixe proveniente da pesca artezanal, pela Portaria n.° 18 418.

Na pesca do bacalhau em 1961 participaram 72 navios, o mesmo número do ano anterior. Mas as equipagens foram sensìvelmente ampliadas, ou pela substituição de unidades da frota por outras de maior tamanho, ou por terem desaparecido certas dificuldades com que ùltimamente se havia deparado no recrutamento de pessoal qualificado para os navios da pesca à linha.

Pelo que se refere ao pescado, os elementos de informação disponíveis, ainda insuficientes, parecem inculcar o prosseguimento da recuperação iniciada em 1960, mais por obra da pesca do arrasto, dado que o sistema da pesca à linha continua a não interessar os armadores, tanto pela citada falta de pescadores experientes como pela escassez de peixe, como ainda pela duração necessàriamente curta do período anual de aproveitamento dos navios. Nestas circunstâncias, compreende-se inteiramente que se tenha continuado na tarefa de conversão de navios de linha em arrastões.

c) Indústrias extractivas e transformadoras

1. A avaliar pelos elementos estatísticos disponíveis, que abrangem apenas os primeiros dez meses do ano, a produção global da indústria não só se avantajou consideràvelmente à de 1960, como o fez em cadência mais acelerada no conjunto e mais homogèneamente repartida pelos seus diversos sectores.

Índice ponderado de produção industrial no Continente

(Base: 1953 = 100)

Sectores de actividade	Médias de Janeiro/Outubro	
	1960	1961
Índice global [1]	165	180
Indústrias extractivas	74	75
Indústrias transformadoras	165	179
Alimentação e Bebidas	136	141
Têxteis, Vestuário e Calçado	153	162
Madeira, Cortiça e Mobiliário	206	210
Químicas e dos Petróleos	170	177
Produtos minerais não metálicos	154	174
Metalúrgicas, Metalomecânicas e Material eléctrico	158	200
Diversas transformadoras	207	220

[1] Inclui Electricidade.

Origem: «Indústria Portuguesa» da Associação Industrial Portuguesa.

É de dizer, porém, que as indústrias extractivas mal participaram desta relativa regularidade de crescimento, ao passo que o ramo das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, com o extraordinário aumento de 42 pontos, segundo o índice elaborado pela Associação Industrial Portuguesa, logrou regressar à normalidade, após o declínio do ano anterior.

Os números expostos, reveladores de uma taxa de expansão de 9,1 por cento, que não desmerece em confronto com a do conjunto da Europa Ocidental, ultrapassando-a mesmo por margem razoável, começam já a patentear o resultado dos esforços em que o País tem vindo a empenhar-se.

Dentre a legislação promulgada sobre a actividade industrial, cumpre distinguir, além dos diplomas de interesse sectorial de que no lugar próprio se fará menção, o Decreto-Lei n.° 43 559, de 25 de Março, pelo qual foi criado o Conselho Técnico da Indústria, novo instrumento da participação técnica do Estado na industrialização do País, compartilhando com a Corporação da Indústria as atribuições que a orgânica do Conselho Superior da Indústria, extinto na mesma data, se mostrava já inadequada para desempenhar cabalmente. Entretanto, o Instituto Nacional de Investigação Industrial prosseguia na útil tarefa de realização de cursos de aperfeiçoamento sobre gestão e laboração fabril, tendentes a aumentar a produtividade das empresas.

A reorganização industrial foi outro dos aspectos que continuaram a merecer atento cuidado do Governo, tendo sido nomeadas mais algumas comissões de estudo, enquanto se procurava imprimir aos trabalhos de outras, já anteriormente criadas para idêntico fim, a celeridade que as circunstâncias decorrentes da execução do Acordo da E. F. T. A. e da recente acessão do País ao G. A. T. T. tornam aconselháveis.

2. *Indústrias extractivas* — Segundo o índice da Associação Industrial Portuguesa, foi à produção mineira que coube em 1961 a progressão mais modesta. Na verdade, as quantidades de hematite e magnetite e de concentrados de cassiterite extraídas nos meses de Janeiro a Outubro de 1961 apresentaram uma diminuição relativamente ao período correspondente do ano anterior; as pirites de ferro cupríferas ficaram quase no mesmo nível; a melhoria de 5,7 por cento nos concentrados de volframite apenas pôde imprimir ao grupo uma pequena variação positiva de 1,4 por cento.

A extracção de carvões, embora mais avultada este ano, não alcançou volume capaz de compensar a diminuição de 1960, pelo que subsistiram as dificuldades derivadas da concorrência estrangeira, do decrescimento do consumo e da própria pobreza de qualidade dos carvões nacionais. As empresas concessionárias procuraram o apoio governamental para solução da crise que as afecta, tendo resultado, das diligências efectuadas nesse sentido, a nomeação em 7 de Junho de uma comissão destinada a estudar e propor a legislação complementar necessária, bem como a regulamentação global da legislação já existente sobre carvões nacionais, com vista não só à conside-

ração do problema em si mas também à sua articulação com o condicionalismo que advirá dos compromissos internacionais que Portugal assumiu.

No Norte do País, onde a rede de explorações mineiras é mais densa, trabalhou-se activamente na montagem das instalações do Serviço de Fomento Mineiro que, assim, ficará dentro em pouco apto a desempenhar as suas funções de prospecção de jazigos e inventariação de reservas.

3. *Indústrias da alimentação e bebidas* — Atingindo em 1961 uma taxa de cerca de 4 por cento, o sector da alimentação e bebidas contraiu de novo o ritmo de crescimento da sua produção. De facto, se as conservas de sardinha aumentaram em maior proporção que no ano anterior, já a refinação de açúcar e a cerveja aumentaram a um ritmo inferior e houve mesmo certos ramos, dentre os que são considerados no índice referido, onde a produção foi menor que a de Janeiro/Outubro de 1960. Estão neste caso a moagem de farinhas espoadas, as conservas de atum e as massas alimentícias.

A refinação de açúcar e as massas alimentícias foram objecto de regulamentação no que diz respeito à comercialização dos produtos de seu fabrico, nomeadamente quanto a exigências de embalagem a que ficam sujeitas certas categorias desses mesmos produtos.

Enquanto as empresas conserveiras continuavam aguardando uma remodelação que circunstâncias diversas têm feito retardar, na moagem de farinhas espoadas prosseguiu o movimento de renovação e concentração vindo de períodos anteriores. Esta última actividade recebeu, pelo Decreto n.° 43 834, de 29 de Julho, o seu «Regulamento do Exercício da Indústria de Moagem de Trigo com Peneiração».

Interessando a duas actividades intimamente ligadas à exploração pecuária, foram publicadas as Portarias n.° 18 631, de 1 de Agosto, e n.° 18 911, de 27 de Dezembro, que constituíram comissões reorganizadoras das indústrias de concentrados para arraçoamento do gado e do abate de reses.

4. *Indústrias têxteis, vestuário e calçado* — O crescimento de 6 por cento verificado neste grupo representa considerável atenuação de ritmo expansivo, em relação com o comportamento das fiações de algodão e de lã.

Quanto à tecelagem, ao passo que a produção de algodões em peça continuou a progredir a uma cadência que se afigura satisfatória, as lãs e mistos de lã em peça acusam ligeira baixa de produção.

Relacionada com esta actividade importa registar a realização, na cidade do Porto, em Julho, da II Exposição Têxtil Internacional e, em ligação com a mesma, de um ciclo de conferências sobre assuntos de interesse para este sector.

Após infrutífera diligência da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios para introduzir as reformas que as circunstâncias vinham aconselhando, o Governo

nomeou, pela Portaria n.° 18 441, de 28 de Abril, uma comissão encarregada de reorganizar esta indústria de modo a assegurar-lhe capacidade de concorrência dentro das novas condições da conjuntura internacional. Também a reorganização da indústria algodoeira se impõe com premência cada vez maior e só as particulares dificuldades que tal empreendimento envolve têm impedido de realizar esse objectivo. Entretanto, para evitar as perturbações que poderiam advir da prevista extinção, no fim do ano, do Fundo de Estabilização do Algodão, o Decreto-Lei n.° 43 857, de 12 de Agosto, prorrogou o período de vigência desta instituição até 31 de Agosto de 1962.

5. *Indústrias da madeira, cortiça e mobiliário* — Com um incremento inferior a 2 por cento, este agrupamento é, dentre os englobados pelas indústrias transformadoras, o que mostra crescimento mais modesto, a contrastar com o ano anterior, em que tinha sido, de longe, o mais progressivo. Foram os contraplacados correntes e certas manufacturas corticeiras (prancha e discos), que, apresentando variações negativas, mal puderam ser compensados pelo aumento, não muito acentuado, da restante produção deste núcleo de indústrias.

Entre os motivos determinantes do comportamento do sector, encontrar-se-á por certo o retraimento do mercado externo, de que depende em grande parte a indústria das cortiças e, bem assim, a das madeiras. E se nas madeiras se não atenderam em 1961 encomendas externas mais amplas que as de 1960, nas cortiças assistiu-se, na verdade, a uma visível quebra de exportações.

Todavia, no fabrico de aglomerados de madeira prensada, indústria recente que parece estar em plena fase de expansão, observou-se um crescimento de mais de 30 por cento.

6. *Indústrias químicas e dos petróleos* — Também nas indústrias químicas e dos petróleos, a progressão de 4,1 por cento revelada pelo índice da Associação Industrial Portuguesa é inferior à obtida em 1960. Contudo, só no ácido sulfúrico se registou diminuição assinalável de produção, pois o sulfato de amónio e os sabões estacionaram em nível quase igual ao de 1960 e os restantes elementos intervenientes no índice em questão — superfosfatos, resinosos, tintas e vernizes — acusam avultados aumentos, embora só no caso dos resinosos sejam nìtidamente superiores aos alcançados no ano precedente.

Pelo que diz respeito aos resinosos, importa notar que a intensificação do labor industrial, acompanhada de diminuição acentuada nas exportações de pez, terá produzido uma acumulação de *stocks* com as naturais consequências de ordem monetário-financeira.

Nos derivados do petróleo, que não são compreendidos no referido índice, observou-se também um aumento de produção que, globalmente, pode computar-se à volta de 4 por cento.

Dentro da campanha oficial de reestruturação industrial há que mencionar, quanto a este agrupamento, a Portaria n.° 18 305, de 6 de Março, nomeando uma comissão reorganizadora da indústria das tintas preparadas e duas disposições posteriores que prolongaram os prazos para conclusão dos trabalhos de outras comissões já anteriormente incumbidas de estudar a reorganização das indústrias do álcool e dos curtumes.

7. *Indústrias dos produtos minerais não metálicos* — O sector dos produtos minerais não metálicos mostrou em 1961 um crescimento de 13 por cento — quase duplo do do ano anterior — o que teria resultado, em boa parte, dos impulsos para a cerâmica de construção e para certas manufacturas vidreiras (com destaque para a vidraça) da elevada procura da construção civil.

O ramo dos cimentos apresentou um aumento de menos de 3 por cento, muito inferior ao revelado no ano anterior. O fibrocimento progrediu em grau menos decidido ainda, mas o fabrico de artigos de cimento, pelo seu lado, desenvolveu-se ao considerável ritmo de quase 24 por cento.

A produção de porcelanas e faianças continuou a decrescer, com excepção de louças sanitárias em 1961.

8. *Indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e material eléctrico* — Com uma expansão de 26,6 por cento, que quase lhe permitiu recuperar o terreno perdido no ano anterior, foi este o sector que mais se evidenciou em 1961. Nomeadamente, a fundição de metais (2.ª fusão) conseguiu melhoria em todas as suas subdivisões, com destaque para os aumentos relativos do aço e do latão. Na produção de cabos e condutores eléctricos e, bem assim, na de artigos de arame, parafusos, pregaria, etc., também se observou nítida recuperação, francamente compensadora do retrocesso do ano precedente.

No mês de Agosto começaram a funcionar as instalações da Siderurgia Nacional, empreendimento que poderá constituir um dos factores principais da industrialização do País. Em complemento, começou a pensar-se com insistência noutro aspecto desse processo de industrialização, representado pelo impulso a imprimir às indústrias produtoras de equipamento industrial. Em Outubro, o Decreto-Lei n.° 43 962 veio retirar as facilidades aduaneiras até aí consentidas às importações de equipamento fabril.

Entretanto, os industriais deste ramo, demonstrando elevado senso de compreensão do papel que nesta conjuntura lhes cabe desempenhar, promoveram a criação de um órgão denominado «Centro de Cooperação dos Industriais de Máquinas-Ferramentas», cujo objectivo é o de melhorar em todos os aspectos os fabricos, ensaiá-los e promover a sua colocação.

Outro acontecimento de inegável interesse para o sector metalúrgico e metalomecânico foi, relativamente ao futuro estaleiro naval a montar e explorar no porto de

Lisboa, a concessão a uma sociedade, expressamente constituída para esse fim, do prazo de um ano para apresentação do estudo e projecto daquele empreendimento.

Em 8 de Março, a Portaria n.° 18 308 nomeou uma comissão para estudar a indústria da preparação da matéria-prima e dos fabricos de parafusos, porcas, anilhas e outros artigos similares, em segunda tentativa de proporcionar a este grupo de manufacturas nível técnico e dimensão económica que lhe permita a sua própria melhoria e a das outras actividades de que são subsidiárias.

9. *Indústrias transformadoras diversas* — Este conjunto, onde estão compreendidos o tabaco, o papel e os pneumáticos, apresenta uma progressão de 6,3 por cento, considerável ainda por certo, mas bastante menor que a do ano anterior. Na verdade, tanto o tabaco como o papel denunciaram quebras de produção, enquanto a pasta para papel se expandiu a baixa cadência, só se notando decidida evolução positiva nas produções de pneus e de cartão e cartolina.

A indústria do papel foi objecto de especial atenção do Governo, traduzida pela promulgação de dois diplomas legais. Num deles, a Portaria n.° 18 444, de 29 de Abril, foi nomeada uma comissão de reorganização, tendo em vista o reatamento de anteriores estudos do respectivo Grémio, para operar uma extensa reforma que abranja os aspectos da salubridade, dimensão das empresas, normalização de tipos, equipamento e produtividade. Outro diploma, a Portaria n.° 18 484, de 24 de Maio, estabeleceu novo regime para a indústria e comércio de papel.

d) Energia eléctrica e serviços

1. *Electricidade* — Pelo que se infere dos números respeitantes ao período de Janeiro a Outubro, a produção global de energia eléctrica aumentou, no ano de 1961, de 11,5 por cento — em escala mais ampla, portanto, que no ano precedente. A participação relativa da energia termoeléctrica na produção total, embora sem passar da modesta percentagem de 5,5 por cento, voltou a aumentar.

Energia eléctrica

Períodos	Hidráulica	Térmica	Total
	Em milhões de kWh		
1959 — Janeiro/Outubro	2 329	97	2 426
1960 — Janeiro/Outubro	2 502	135	2 637
1961 — Janeiro/Outubro	2 778	162	2 940

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Em Maio foi inaugurado o escalão de aproveitamento do Douro Internacional, constituído pela barragem de Miranda, enquanto prosseguiam as obras do escalão da Bemposta, no mesmo rio, e o do Alto Rabagão, no sistema Cávado-Rabagão. Outros aproveitamentos previstos no programa de electrificação nacional, como os de Alvito, Pocinho e Coa, deverão em breve começar a ser executados, levantando-se, quanto a estes, o problema de definir prioridades de execução. Foi para resolver este problema que o Governo, seguindo, aliás, uma sugestão da Câmara Corporativa, instituiu a «Comissão de Planeamento dos Novos Centros Produtores de Energia Eléctrica» à qual competirá também propor o estabelecimento das novas fontes de energia que forem consideradas necessárias e a sequência da sua execução.

2. *Construção civil* — A construção de edifícios, após um período de dois anos em que se manteve pràticamente estacionária, voltou a aumentar em 1961, com uma variação positiva de 2,4 por cento no número de prédios edificados na Metrópole entre os três primeiros trimestres de 1960 e 1961.

Construção de edifícios na Metrópole (1)

Discriminação	1959 Janeiro/Setembro	1960 Janeiro/Setembro	1961 Janeiro/Setembro
Número de edifícios	15 731	15 829	16 201
Para habitação	11 960	11 965	12 258
Para outros fins	3 771	3 864	3 943
Número de pavimentos	24 769	24 568	26 013
Para habitação	20 552	20 305	21 545
Para outros fins	4 217	4 263	4 468
Número de fogos	19 971	20 031	21 541

(1) Estes elementos referem-se a edifícios para os quais foi passada licença de utilização.
Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

O número de pavimentos e o de fogos, aumentando respectivamente de 5,9 e 7,5 por cento, indicam que, além da sua maior quantidade, os edifícios construídos em 1961 foram também, em média, de maiores dimensões.

Na sua marcha progressiva terão exercido significativa influência os numerosos empreendimentos com que a iniciativa oficial tem contribuído para resolver o problema da habitação, representados pela construção de moradias económicas ou de renda limitada. Em relação a umas e a outras prepara-se uma revisão geral da

respectiva disciplina legal, mas tornou-se conveniente antecipar algumas disposições sobre atribuição de casas económicas e sobre transformação de casas de renda económica em casas de propriedade resolúvel, objectivo que o Decreto-Lei n.° 43 973, de 20 de Outubro, procurou atingir.

Interessando directa ou indirectamente o sector da construção civil, foram publicados, durante o ano, diversos diplomas legais, de que sobressaem: a Lei n.° 2 107, de 5 de Abril, estabelecendo as bases para a execução do Plano de construções para o ensino primário; o Decreto n.° 43 587, de 8 de Abril, pondo em vigor o «Regulamento das Expropriações»; o Decreto n.° 43 683, de 11 de Maio, aprovando o caderno de encargos para o fornecimento e recepção de cimento pozolânico normal; e o Decreto n.° 44 041, de 18 de Novembro, aprovando o «Regulamento de Solicitações em Edifícios e Pontes».

3. *Transportes terrestres* — O tráfego ferroviário de passageiros continuou ainda a expandir-se em 1961, se bem que a taxa menos expressiva do que a de 1960. No transporte de mercadorias, porém, aumentou a tendência descendente que vinha a desenhar-se, tendo-se registado um declínio de 3,5 por cento no peso das mercadorias-quilómetro transportadas.

Caminhos de ferro

Discriminação	1959	1960	1961
Passageiros transportados (milhares)	91 680	98 792	104 346
Passageiros-quilómetro transportados (milhares)	2 037 934	2 147 481	2 222 593
Mercadorias transportadas (milhares de toneladas)	3 773	3 732	3 671
Mercadorias-quilómetro transportadas (milhares de toneladas)	751 260	762 383	735 521
Receitas líquidas (milhares de escudos)	748 542	775 428	816 337

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

As receitas líquidas, contudo, aumentaram 5,3 por cento, mercê da revisão das tarifas de passageiros realizada por via da Portaria n.° 18 408, de 19 de Abril, que teve por principal objectivo obter meios para compensar os pesados encargos resultantes da melhoria de vencimentos concedida ao pessoal dos caminhos de ferro.

Com vista a reanimar o tráfego ferroviário de mercadorias, o artigo 7.° do Decreto-Lei n.° 43 962, de 14 de Outubro, veio tornar obrigatória para os serviços oficiais a utilização deste meio de transporte em remessas de peso superior a 1 000

quilogramas, «salvo quando este meio não possa utilizar-se racionalmente ou implique uma diferença de encargo superior a 10 por cento».

Enquanto para a camionagem de carga subsistiram as dificuldades suscitadas pelo excessivo número de unidades em circulação, para a de passageiros manteve-se a situação de relativa prosperidade vinda de períodos anteriores. É possível mesmo que esta situação se tenha consolidado dada a evolução revelada pelos números do quadro que segue. De facto, todos eles revelam melhorias mais acentuadas que as de 1960, destacando-se a capacidade transportadora, medida pelo número de passageiros-quilómetro transportáveis, com uma subida de quase 5 por cento sem que o respectivo coeficiente de utilização baixasse em escala apreciável.

Camionagem

Discriminação	1959 Janeiro/Setembro	1960 Janeiro/Setembro	1961 Janeiro/Setembro
Passageiros transportados (milhares)	67 682	68 190	71 154
Passageiros-quilómetro transportados (milhares)	709 089	728 702	759 921
Passageiros-quilómetro transportáveis (milhares)	1 322 078	1 373 361	1 440 249
Número de veículos (fim de período)	2 688	2 729	2 807

Origem: «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

As tarifas das carreiras concorrentes do caminho de ferro foram aumentadas, por força da Portaria n.° 18 512, de 3 de Junho. Todavia, o acréscimo de receitas daí resultante para as empresas deverá ser, na sua maior parte, absorvido pelo imposto de camionagem e taxa de compensação, entretanto remodelados pelo Decreto-Lei n.° 43 708, de 22 de Maio.

Quanto a vias de comunicação rodoviárias é de notar a abertura ao trânsito do troço da Auto-Estrada do Norte, compreendido entre Lisboa e Vila Franca de Xira e a promulgação das bases para execução do Plano de viação rural (Lei n.° 2108, de 18 de Abril) e do «Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais» (Lei n.° 2110, de 19 de Agosto).

4. *Transportes marítimos* — A navegação marítima parece ter vencido a tendência regressiva do ano anterior, que só se verificou ainda, em escala quase insignificante, quanto ao número dos navios nacionais. Este facto, de resto, não significa necessàriamente diminuição do tráfego, dado que a média da capacidade transportadora das nossas unidades mercantes, aferida pela respectiva tonelagem bruta, apresentou já

um aumento de mais de 3 por cento. Desta forma, só a navegação costeira parece ter permanecido ainda em fase de declínio.

No que diz respeito a navios estrangeiros, cuja tonelagem média aumentou também, o movimento intensificou-se em maior grau que no ano de 1960, cifrando-se em 5,4 e 8,7 por cento os aumentos no número e na tonelagem bruta, respectivamente.

Número e tonelagem bruta dos navios entrados nos portos da Metrópole

Nacionalidade	1959		1960		1961	
	Número	Milhares de toneladas	Número	Milhares de toneladas	Número	Milhares de toneladas
Navios nacionais	8 767	11 774	8 518	11 563	8 438	11 948
Navios estrangeiros . . .	6 043	23 373	6 248	24 239	6 586	26 338
Total	14 810	35 147	14 766	35 802	15 024	38 286

Origens: 1959 e 1960, «Anuário Estatístico»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Durante o ano prosseguiu a tarefa de renovação da frota mercante nacional que teve como factos mais salientes a entrada em actividade dos três novos paquetes «Infante D. Henrique», «Príncipe Perfeito» e «Funchal».

No porto de Leixões, cuja ampliação e apetrechamento continuam a fazer-se activamente, vão ser construídas três pontes-cais acostáveis para descarga de sardinha.

5. *Transportes aéreos* — A acentuada baixa no número de aeronaves que entraram no aeroporto de Lisboa não denuncia real quebra de tráfego, visto que o movimento de passageiros, mercadorias e correio continuou a revelar visível progressão. No Porto e nas Ilhas Adjacentes o movimento foi também ascendente, inclusive para o número de aviões entrados e saídos, com excepção apenas das mercadorias embarcadas no Porto e do serviço de correio de e para a mesma cidade.

Para esta intensificação grande foi, por certo, o esforço prestado pela aviação comercial portuguesa, prosseguindo no aumento de carreiras da sua rede de ligações aéreas. À sociedade concessionária suscitaram-se os naturais problemas de reapetrechamento e ampliação da frota aérea, nomeadamente no aspecto da adopção de aviões a jacto, que têm sido resolvidos através do fretamento e da compra, estando previsto, para o segundo caso, o recurso à colaboração de capitais estrangeiros.

Tráfego por aeroportos

Discriminação	Lisboa			Porto			Ilhas Adjacentes		
	1959	1960	1961	1959	1960	1961	1959	1960	1961
Número de aeronaves									
Entradas	8 159	7 926	7 427	573	639	649	4 486	4 522	4 685
Saídas	8 153	7 918	7 381	572	641	649	4 484	4 521	4 685
Número de passageiros									
Embarcados	124 996	152 688	171 348	10 743	14 406	18 493	20 408	24 455	28 840
Desembarcados	122 003	149 812	170 521	11 579	15 274	19 370	18 470	20 815	25 714
Mercadorias (quilos)									
Embarcadas	489 110	563 623	725 181	31 230	83 621	57 001	114 839	118 866	131 436
Desembarcadas	762 326	960 647	1 207 226	86 515	81 954	118 495	134 236	130 574	146 417
Correio (quilos)									
Embarcado	498 414	551 064	606 654	13 430	16 251	16 213	101 048	115 847	137 353
Desembarcado	579 019	626 003	667 536	16 163	19 236	14 445	129 270	154 412	186 146

Origens: 1959 e 1960, «Anuário Estatístico»; 1961, «Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística».

Pelo que diz respeito às infra-estruturas, foram adjudicadas em Maio, por cerca de 70 mil contos, as obras do aeródromo do Funchal, para cuja construção o Governo decidiu reforçar com 3 mil contos o subsídio inicialmente previsto como sua comparticipação. Este aeroporto e o de Porto Santo ficarão a constituir um único serviço externo da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, sob a designação de aeroporto da Madeira, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.° 43 485, de 25 de Janeiro.

No aeroporto de Lisboa adiantaram-se os trabalhos de construção da nova pista de 3 800 metros e ficou deliberado proceder-se ao alargamento da sua plataforma de estacionamento de aviões e à remodelação da aerogare, obras a todos os títulos oportunas, dado que cerca de 35 por cento dos estrangeiros que visitaram Portugal Continental utilizaram a via aérea.

6. *Turismo* — O movimento turístico no Continente aumentou 6,5 por cento em 1961, cifra que apesar de bastante significativa ainda reflecte certa moderação quando comparada com a de 1960. Embora seja nos meses de Julho e Agosto que a afluência de estrangeiros é mais intensa, notou-se particular tendência de desenvolvimento do turismo de Inverno, como o atesta o apuramento do conjunto dos três primeiros meses do ano, em que o número de visitantes aumentou cerca de 37 por cento sobre o primeiro trimestre do ano anterior.

Estrangeiros entrados no Continente,
segundo o país de nacionalidade

Países	1959	1960	1961
Países da O. C. D. E.	267 097	313 143	335 543
Europa	213 821	251 104	271 910
Estados Unidos e Canadá	53 276	62 039	63 633
Outros países da Europa Ocidental	601	592	633
América Latina	19 567	28 311	28 865
Outros países	8 677	10 605	10 409
Total	295 942	352 651	375 450

Origem: Elementos fornecidos pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

O maior contingente continuou a provir dos países da O. C. D. E., mantendo-se a Espanha em primeiro lugar, com mais da quarta parte do número total de turistas, seguida, como no ano anterior, da França e dos Estados Unidos. A representação latino-americana, que em 1960 tivera brusca animação por influência dos brasileiros, reduziu em 1961 a sua cadência ascensional para 2 por cento.

Em todo o caso, considera-se que o afluxo de turistas não corresponde ainda às reais possibilidades do País e é susceptível de ganhar maior projecção económica. Por isso já em 1961 se procurou estudar e adoptar providências susceptíveis de favorecer este sector, tais como a concessão de facilidades aduaneiras para o trânsito de automóveis de turismo, a celebração de um acordo com o Reino Unido sobre passaportes de visitantes, a criação de zonas de turismo em Lisboa, Porto, Chaves e Tavira e a realização de um Colóquio Nacional de Turismo.

Ao mesmo tempo aumentaram-se as possibilidades de receber e acomodar os forasteiros em boas condições. Nesse sentido, a par da melhoria qualitativa e quantitativa das instalações hoteleiras, dirigem-se agora insistentes atenções para o acolhimento de um tipo de turistas que, não sendo embora das classes mais abastadas, tende todavia a tomar importância cada vez maior. Trata-se do turismo exercido na modalidade de campismo, muitas vezes em automóveis com atrelados, o que tem determinado a montagem de diversos parques chamados de turismo e campismo para cujo fim já foi constituída uma sociedade privada expressamente destinada à montagem e exploração de recintos dessa natureza com observância dos preceitos legais reguladores das condições sanitárias a que devem obedecer as instalações dos mesmos parques.

8. Finanças públicas

1. Não obstante algumas importantes dotações suplementares que oportunamente tiveram de ser aditadas às estimativas orçamentais, as contas públicas de 1960 revelam um saldo final muito superior ao do ano anterior, atingindo cifra que, no último decénio, só uma vez foi excedida.

Resultados finais das contas públicas

Discriminação	1958	1959	1960
	Em milhões de escudos		
Receita ordinária	8 377,8	8 834,6	9 590,4
Despesa ordinária	6 588,1	7 348,5	7 777,6
Saldo	+ 1 789,7	+ 1 486,1	+ 1 812,8
Receita extraordinária	366,6	942,9	1 813,9
Despesa extraordinária	2 099,1	2 398,1	3 558,3
Saldo	− 1 732,5	− 1 455,2	− 1 744,4
Saldo final das contas	+ 57,2	+ 30,9	+ 68,4

Origem: «Conta Geral do Estado».

As receitas ordinárias excederam as de 1959 em 8,6 por cento — margem de expansão bastante expressiva quando comparada com as verificadas nos dois anos mais recentes. Com excepção do «Domínio privado», todos os capítulos da receita participaram, em maior ou menor grau, nesta ascensão, devida, sobretudo, à natural ampliação da matéria colectável e ao aperfeiçoamento da sua determinação. Todavia, o maior aumento proveio dos «Impostos indirectos», principalmente dos direitos de importação.

Receitas ordinárias cobradas

Capítulos	1958	1959	1960
	Em milhões de escudos		
Impostos directos gerais	2 730,3	2 869,6	3 059,5
Impostos indirectos	3 066,5	3 265,5	3 669,8
Indústrias em regime tributário especial	473	515,4	553,5
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	417,3	384,9	406,8
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado — Participação de lucros	486,8	579,8	514,6
Rendimentos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	106	118,5	127
Reembolsos e reposições	629,2	615,2	717,2
Consignações de receita	468,7	485,7	542
Total	8 377,8	8 834,6	9 590,4

Origem: «Conta Geral do Estado».

O acréscimo observado nas despesas ordinárias foi apenas de 5,8 por cento, ou seja, metade da percentagem do ano precedente. Operou-se, assim, o regresso a uma regularidade de taxa de aumento que a revisão dos vencimentos dos funcionários públicos viera afectar.

A maior progressão relativa pertence aos «Encargos gerais», mas é nos «Serviços próprios dos Ministérios», em especial nos sectores da Saúde e Assistência e da Educação que se encontram as mais volumosas variações positivas.

Despesas ordinárias pagas

Discriminação	1958	1959	1960
	Em milhões de escudos		
Dívida pública	756,4	779,8	851,8
Encargos gerais	853,1	860,4	963,9
Serviços próprios dos Ministérios	4 978,6	5 708,3	5 961,9
Total	6 588,1	7 348,5	7 777,6

Origem: «Conta Geral do Estado».

Embora a conta ordinária tenha acusado elevado excedente, houve, mesmo assim, que lançar mão de receitas extraordinárias em escala quase dupla da de 1959, para o que se aproveitaram mais largamente as possibilidades oferecidas pelo mercado de capitais, embora longe do limite consentido pelo orçamento respectivo.

Receitas extraordinárias cobradas

Discriminação	1958	1959	1960
	Em milhões de escudos		
Produto da venda de títulos ou de empréstimos	267,1	699,4	1 129,1
Produto da emissão de promissórias de fomento nacional	–	–	350
Produto da venda extraordinária de títulos em carteira	–	52,5	80
Reembolso de adiantamentos	67,8	–	–
Reembolso do valor de autofinanciamentos	18,6	15,6	19
Reembolso de comparticipações (N. A. T. O.)	3,2	43,4	83,3
Liquidação de valores dos Transportes Aéreos Portugueses	1	0,5	0,5
Plano Marshall (fundo de contrapartida)	8,9	6,5	2
Saldos de anos económicos findos	–	125	150
Total	366,6	942,9	1 813,9

Origem: «Conta Geral do Estado».

Tornou-se desta forma possível dar cobertura ás despesas extraordinárias, cuja brusca expansão, cifrada em 48,4 por cento, teve como determinantes fundamentais as despesas de defesa e segurança e as de fomento, com crescimentos, respectivamente, de 32,6 e 66,4 por cento. O maior esforço foi, na realidade, solicitado pela participação do sector público na execução do II Plano de Fomento, como se demonstra no quadro seguinte.

Despesas extraordinárias efectuadas

Discriminação	1958			1959			1960		
	Plano de Fomento	Fora do Plano	Total	Plano de Fomento	Fora do Plano	Total	Plano de Fomento	Fora do Plano	Total
	Em milhões de escudos								
Fomento	526,2	504,5	1 030,7	754,1	480,4	1 234,5	1 680,7	372,9	2 053,6
Assistência e saúde	-	66,6	66,6	-	17,1	17,1	20,3	26,6	46,9
Cultura e interesse social	94,3	228,2	322,5	82,2	221,6	303,8	103	232,4	335,4
	620,5	799,3	1 419,8	836,3	719,1	1 555,4	1 804	631,9	2 435,9
Defesa e segurança	-	640,7	640,7	-	800,3	800,3	-	1 061,2	1 061,2
Outras	-	38,6	38,6	-	42,4	42,4	-	61,2	61,2
Total	620,5	1 478,6	2 099,1	836,3	1 561,8	2 398,1	1 804	1 754,3	3 558,3

Origem: «Conta Geral do Estado».

Apreciadas em globo as despesas ordinárias e extraordinárias, através das autorizações emitidas, observa-se que o crescimento mais pronunciado coube aos serviços de administração civil e, dentro destes, confirma-se a posição preponderante dos investimentos com fins económicos. As despesas com a defesa militar e segurança, por seu lado, aumentaram de 12,8 por cento em relação a 1959, devendo notar-se, porém, que a participação percentual das mesmas no conjunto das autorizações decresceu ligeiramente.

Despesas ordinárias e extraordinárias autorizadas

Discriminação	1958	1959	1960
	Em milhões de escudos		
A) Dívida pública	756,4	779,8	851,8
B) Órgãos superiores do Estado	78,3	90,4	124,6
C) Serviços de defesa militar e segurança	2 493,1	2 889,6	3 258,4
D) Serviços de administração civil	5 361,9	5 990,9	7 104,9
1 — Funcionamento dos serviços	2 575,2	3 053,2	3 200
I. De administração geral	1 165,8	1 307,5	1 369,1
II. Sociais	91,6	106,2	107,8
III. Culturais	636,3	830,2	887,5
IV. Económicos	681,5	809,3	835,6
2 — Investimento	2 786,7	2 937,7	3 904,9
I. Com fim social	769,5	784,7	868,5
II. Com fim cultural	451,1	332,2	392,4
III. Com fim económico	1 417,4	1 651,4	2 485,1
IV. Para funcionamento dos serviços	148,7	169,4	158,9
Total	8 689,7	9 750,7	11 339,7

Origem: «Conta Geral do Estado».

A dívida pública acusou um aumento, durante o ano de 1960, de 1 362,7 milhares de contos, correspondentes a 7,9 por cento. Nesta expressiva variação influíram grandemente as emissões de certificados de dívida pública, do empréstimo «V Centenário do Infante D. Henrique» e de promissórias de fomento nacional, na importância de 500 mil contos cada. Todavia, a relação entre o quantitativo da dívida pública e o rendimento nacional não foi substancialmente alterada, porquanto apenas passou de 29 para 30,3 por cento, segundo elementos constantes do Relatório da «Conta Geral do Estado».

Situação da dívida pública e do Tesouro

Discriminação	31/XII 1958	31/XII 1959	31/XII 1960
	Em milhões de escudos		
Dívida pública	15 329,6	15 887,7	17 250,4
Consolidada	8 480,8	8 643,7	9 110,8
Amortizável	6 307,8	6 687,5	7 582,2
Interna	4 309,3	4 735,7	5 683,5
Externa	1 998,5	1 951,8	1 898,7
Renda perpétua	541	556,5	557,4
Disponibilidades do Tesouro	1 249,5	955,8	1 122

Origem: «Conta Geral do Estado».

A situação líquida do Tesouro mostrou no decurso do ano de 1960 um aumento de quase 17,5 por cento, reflectindo-se essencialmente nos saldos positivos da conta corrente com o Banco de Portugal, visto que os saldos credores no estrangeiro decaíram visìvelmente no mesmo período.

2. O saldo positivo de 101,9 milhares de contos com que fechou a conta provisória de Janeiro/Novembro de 1961, foi inferior a qualquer dos registados nos períodos equivalentes dos últimos doze anos. As despesas e as receitas globais, com elevações de 23,2 e 17,6 por cento sobre as de Janeiro/Novembro de 1960, quase duplicaram as respectivas taxas de expansão, que, aliás, têm vindo a aumentar progressivamente desde há alguns anos e sempre com maior acentuação nas despesas.

Resultados provisórios

Discriminação	1959 Janeiro/Novembro		1960 Janeiro/Novembro		1961 Janeiro/Novembro	
	Em milhões de escudos					
Receita ordinária	8 247,5		9 001		10 026,1	
Receita extraordinária	0,5	8 248	6,2	9 007,2	565,9	10 592
Reposições		23,6		6		8,5
		8 271,6		9 013,2		10 600,5
Despesa ordinária	5 931,7		6 107,5		6 506,3	
Despesa extraordinária	1 644,9	7 576,6	2 412,7	8 520,2	3 992,3	10 498,6
Saldo		+ 695		+ 493		+ 101,9

Origem: «Conta provisória dos meses de Janeiro a Novembro».

No aumento de 11,4 por cento observado nas receitas ordinárias, influíram destacadamente os seus três primeiros capítulos, aliás os mais representativos, acusando porventura o efeito das medidas fiscais promulgadas no meado do ano e que adiante serão consideradas mais detidamente. O «Domínio privado», que apresenta a maior progressão relativa, conseguiu retomar a linha ascensional que circunstâncias diversas haviam feito sustar no ano de 1960.

Receitas ordinárias cobradas

Capítulos	1959 Janeiro/Novembro	1960 Janeiro/Novembro	1961 Janeiro/Novembro
	Em milhões de escudos		
Impostos directos gerais	2 734,9	2 958,7	3 153,5
Impostos indirectos	2 990,6	3 338	3 869,7
Indústrias em regime tributário especial	439,8	473,4	580,2
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	337	359,8	406,7
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado — Participação de lucros	433,4	411,9	516,9
Rendimentos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	100,5	110,7	116,5
Reembolsos e reposições	500	564,6	555,6
Consignações de receita	711,3	783,9	827
Total	8 247,5	9 001	10 026,1

Origem: «Conta provisória dos meses de Janeiro a Novembro».

As despesas ordinárias apresentam um aumento de 6,5 por cento, que, embora superior ao do ano antecedente, não deixa de enquadrar-se ainda dentro de uma normal cadência de expansão. Alguns Ministérios reduziram até os gastos dos seus serviços e outros contiveram-nos aproximadamente no mesmo nível; e só os fundos saídos pelo Ministério das Comunicações revelam considerável expansão, compensando a quebra registada no ano anterior.

Despesas ordinárias efectuadas

Discriminação	1959 Janeiro / Novembro	1960 Janeiro / Novembro	1961 Janeiro / Novembro
	Em milhões de escudos		
Dívida pública e encargos gerais	1 337,8	1 510,2	1 635,8
Serviços próprios dos Ministérios	4 593,9	4 597,3	4 870,5
Total	5 931,7	6 107,5	6 506,3

Origem: «Conta provisória dos meses de Janeiro a Novembro».

Nas despesas extraordinárias, motivos imperiosos obrigaram a profunda revisão das previsões iniciais. Desta forma as despesas relativas à defesa nacional e segurança pública, que excederam o triplo das registadas em Janeiro/Novembro de 1960, vieram a representar mais de metade da verba total extraordinária, que, por sua vez, mostra um excesso de 70,3 por cento sobre o daquele mesmo período.

Despesas extraordinárias autorizadas

Discriminação	1959 Janeiro / Novembro	1960 Janeiro / Novembro	1961 Janeiro / Novembro
	Em milhões de escudos		
Plano de Fomento	622,1	1 258,2	1 074
Outros investimentos	645	559	953,6
	1 267,1	1 817,2	2 027,6
Defesa nacional e segurança pública	560,6	646,8	2 168,5
Total das autorizações de pagamento . . .	1 827,7	2 464	4 196,1

Origem: «Conta provisória dos meses de Janeiro a Novembro».

A variação positiva das disponibilidades do Tesouro exprimia-se, no fim de Novembro, por cifra bastante mais modesta que a de igual data dos últimos anos, com destaque quanto ao ano de 1960, em relação ao qual as maiores diferenças resultam não só do reduzido excedente das contas públicas como também dos movimentos respeitantes a certificados da dívida pública e da aplicação, directa e indirecta, do produto da emissão de promissórias de fomento nacional.

Variação das disponibilidades do Tesouro

Discriminação	1959 Janeiro/Novembro		1960 Janeiro/Novembro		1961 Janeiro/Novembro	
	Em milhões de escudos					
Saldo das contas		+ 695		+ 493		+ 101,9
Operações de tesouraria e transferência de fundos:						
Certificados da dívida pública tomados pelos organismos de previdência social	+ 250		+ 500		+ 200	
Certificados da dívida pública tomados pelo Fundo de regularização da dívida pública e pelo Fundo de renda vitalícia	–		–		+ 65	
Produto do empréstimo obrigações do Tesouro 3 1/2 % (1959) — II Plano de Fomento	+ 496,4		–		–	
Produto do empréstimo obrigações do Tesouro 3 1/2 %, V Centenário do Infante D. Henrique — 1960	–		+ 498,5		+ 500	
Promissórias de fomento nacional	–		+ 500		+ 500	
Amortização do empréstimo a Moçambique	+ 15,5	+ 761,9	+ 16	+ 1 514,5	+ 16,5	+ 1 281,5
Bancos de investimento — Empréstimos e suprimentos em aplicação do produto da emissão de promissórias de fomento nacional	–		–		– 386	
Financiamentos directos em aplicação do produto da emissão de promissórias de fomento nacional	–		–		– 250	
Diversos	– 208,4	– 208,4	+ 219,1	+ 219,1	– 85,4	– 721,4
Variação das disponibilidades		+ 1 248,5		+ 2 226,6		+ 662

Origem: «Conta provisória dos meses de Janeiro a Novembro».

3. Elaborado em período de delicada conjuntura, o orçamento para 1962 traz a marca das preocupações advindas da execução do anterior. As urgentes e imperiosas necessidades de defesa nacional reclamavam dotações substancialmente reforçadas que, em boa técnica financeira, deviam ser cobertas, na sua maior parte, pelo saldo da conta ordinária. Para que tal fosse possível, sem exigir da Nação sacrifício excessivo nem perturbar o funcionamento normal dos serviços, «houve que reduzir dotações destinadas a aquisições de utilização permanente, eliminar despesas consideradas sumptuárias ou de conforto e limitar ao mínimo verbas que porventura estivessem de algum modo folgadas».

A expansão das despesas totais deverá conter-se na limitada taxa de 5,8 por cento, ou seja, menos de metade da do ano anterior, o que resultará, como acima se frisou, mais da contenção das despesas ordinárias que das extraordinárias. Pelo contrário, nas receitas conta-se com uma expansão sensível das receitas ordinárias, computando-se, por outro lado, uma descida das extraordinárias a um nível bastante inferior ao previsto para 1961.

Orçamento geral do Estado

Discriminação	1960		1961		1962	
	Em milhões de escudos					
Receita ordinária	7 819,5		8 238,4		9 481	
Receita extraordinária	2 670,3	10 489,8	3 549,5	11 787,9	2 982,2	12 463,2
Despesa ordinária	7 736,8		8 126,9		8 238,7	
Despesa extraordinária	2 751,3	10 488,1	3 654	11 780,9	4 222,1	12 460,8
Saldo orçamental		+ 1,7		+ 7		+ 2,4

Origens: 1960 e 1961 «Orçamento Geral do Estado»; 1962, Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961.

O acréscimo de 1 242,6 milhões de escudos orçamentado para as receitas ordinárias, equivalente a 15,1 por cento, deverá provir, sobretudo, da ampliação normal das respectivas fontes e da manutenção das medidas tributárias excepcionais a que se teve de recorrer em 1961. Desta forma, metade do aumento esperado sairá dos «Impostos indirectos», que voltarão assim a distanciar-se dos directos, figurando as «Indústrias em regime tributário especial» logo a seguir, com a notável progressão de 46 por cento.

Receitas ordinárias orçamentadas

Capítulos	1960	1961	1962
	Em milhões de escudos		
Impostos directos gerais	2 557,5	2 673,5	2 838,7
Impostos indirectos	2 549,2	2 685,8	3 308,9
Indústrias em regime tributário especial	445	483,1	706,4
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	356,3	369,7	415,5
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado — Participação de lucros	556,1	581,9	748,8
Rendimentos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	107,2	122,2	125
Reembolsos e reposições	788,2	837,1	815,3
Consignações de receita	460	485,1	522,4
Total	7 819,5	8 238,4	9 481

Origens: 1960 e 1961, «Orçamento Geral do Estado»; 1962, Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961.

A taxa de aumento no orçamento das despesas ordinárias, em contracções sucessivas nos últimos três anos, cifra-se apenas em 1,4 por cento e só não se reduziu mais porque os encargos com a dívida pública requereram ainda inevitável aumento de 6,2 por cento. Quanto às restantes despesas ordinárias, a já aludida necessidade de ratear os meios financeiros determinou criteriosa atribuição de verbas, segundo uma hierarquização em que o tratamento menos restritivo coube às despesas militares, às de educação e às de saúde e assistência.

Despesas ordinárias orçamentadas

Discriminação	1960	1961	1962	Variações entre 1961 e 1962		
				Despesas com compensação em receita	Outros encargos	Total
	Em milhões de escudos					
Dívida pública	863,3	925,7	983,4	+ 1,5	+ 56,2	+ 57,7
Encargos gerais da Nação	925,9	974,7	987,7	+ 5,8	+ 7,2	+ 13
Serviços próprios dos Ministérios	5 947,6	6 226,5	6 267,6	+ 4,2	+ 36,9	+ 41,1
Total	7 736,8	8 126,9	8 238,7	+ 11,5	+ 100,3	+ 111,8

Origens: 1960 e 1961, «Orçamento Geral do Estado»; 1962, Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961.

O acréscimo de 15,5 por cento computado para a despesa extraordinária é bastante mais moderado que o do orçamento anterior e deriva sobretudo das exigências da defesa nacional. Contudo, a execução do Plano de Fomento não foi por isso descurada, pois é-lhe atribuída uma mais larga dotação, e só as restantes despesas de investimento dispõem, no seu conjunto, de menos 80 mil contos que no ano precedente.

Despesas extraordinárias orçamentadas

Discriminação	1960	1961	1962
	Em milhões de escudos		
Plano de fomento	1 264,7	1 251,8	1 371,1
Outros investimentos	675,1	731,6	653,6
	1 939,8	1 983,4	2 024,7
Defesa nacional e segurança pública	811,5	1 670,6	2 197,4
Total	2 751,3	3 654	4 222,1

Origens: 1960 e 1961, «Orçamento Geral do Estado»; 1962, Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961.

O amplo excedente do orçamento ordinário cobre cerca de 30 por cento destas despesas. Desta forma, admite-se um menor recurso a receitas de carácter extraordinário, cujo quantitativo é de 16 por cento menos do que havia sido orçamentado para o anterior exercício, sendo na verba respeitante a empréstimos e produto da venda de títulos que tal quebra se vai projectar quase exclusivamente.

Receitas extraordinárias orçamentadas

Discriminação	1960	1961	1962
	Em milhões de escudos		
Amoedação	41,5	109,3	120,5
Produto da venda de títulos ou de empréstimos	1 955	2 356,8	796,6
Produto da emissão de promissórias de fomento nacional	–	300	–
Produto da venda extraordinária de títulos em carteira	–	–	47,5
Reembolso de adiantamentos	20	20	12
Reembolso do valor de autofinanciamentos	57	56,3	92,4
Reembolso de comparticipações (N. A. T. O.)	237	274,7	264,9
Reembolso de pagamentos em conta de participação	–	100	100
Produtos de reparações	–	–	170
Liquidação de valores dos Transportes Aéreos Portugueses	0,5	0,2	0,1
Imposto de defesa e valorização do Ultramar	–	–	80
Crédito externo	–	–	926,2
Plano Marshall (fundo de contrapartida)	2,8	2,2	3
Outros recursos extraordinários	–	50	50
Saldos de anos económicos findos	356,5	280	319
Total	2 670,3	3 549,5	2 982,2

Origens: 1960 e 1961, «Orçamento Geral do Estado»; 1962, Decreto n.º 44 115, de 23 de Dezembro de 1961.

Segundo o preâmbulo do Decreto orçamental, poderá concluir-se que «parte dos recursos que poderiam ser investidos para incrementar o bem-estar das gerações presentes, e sobretudo futuras, é destinada à necessidade superior de concorrer para que se não desfaçam as vocações da nacionalidade». Mas, ainda conforme o mesmo documento, a prioridade das despesas militares não representou compressão drástica do consumo nacional, nem envolveu sacrifício total do investimento, nem tão-pouco obrigou a deixar estagnados os próprios encargos correntes, graças a um sistema financeiro que tem podido suportar, sem perturbações de maior, as vicissitudes conjunturais que o estão pondo à prova.

Em todo o caso, torna-se cada vez mais significativa a absorção de recursos em despesas militares que em 1961 terá atingido quase 6 por cento do produto nacional bruto a preços do mercado, quando no ano anterior não chegara a 4 por cento desse mesmo produto. Note-se que, se descontarmos nessas despesas a parte que tem cobertura equivalente e como que automática em receitas ordinárias (adiantamentos e encomendas *off-shore* e infra-estruturas comuns da N. A. T. O.), as despesas militares extraordinárias decorrentes de obrigações internacionais assumidas cifram-se em quase 14 por cento do total, verbas que, segundo se depreende do mencionado preâmbulo, terão talvez de ser revistas se as necessidades da defesa do Ultramar português continuarem a exigir esforços da amplitude dos recentemente efectuados, não podendo esquecer-se nem minimizar-se as repercussões que a execução das despesas em causa tem sobre a balança geral de pagamentos internacionais e portanto, directa ou indirectamente, sobre os mercados monetário e financeiro nacionais.

4. Em correspondência com as necessidades atrás referidas, desenvolveu-se, no ano de 1961, considerável actividade legislativa sobre matéria tributária. Dentre as providências adoptadas, sobressaem as promulgadas em 30 de Junho e consubstanciadas nos Decretos-Leis n.os 43 763 a 43 766, pelos quais se estabeleceu, respectivamente:

— a criação de adicionais sobre o imposto complementar e a sisa, a elevação do imposto de fabricação e consumo de cerveja e a criação de um imposto sobre o consumo de refrigerantes;

— a criação de um imposto sobre consumos supérfluos e de luxo;

— a elevação da taxa de salvação nacional incidente sobre a gasolina; e

— a criação de um imposto de consumo sobre os tabacos.

Visou-se nestes diplomas a obtenção de novas receitas a partir de consumos considerados sumptuários ou, pelo menos, não indispensáveis, se bem que, no caso especial da sisa, interviessem concomitantemente, como em outras disposições legais da mesma data, preocupações sobre o funcionamento do mercado financeiro.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.° 43 791, de 14 de Julho, veio sujeitar a cerveja importada ao imposto de consumo e os Decretos n.° 43 788, de 12 de Julho, e n.° 43 862, de 16 de Agosto, regulamentaram a execução de parte das disposições promulgadas em 30 de Junho, enquanto o Decreto-Lei n.° 43 861, também de 16 de Agosto, providenciava no sentido de fiscalizar o cumprimento das mesmas determinações.

Cumpre assinalar, ainda, mais dois diplomas de certa importância no domínio das finanças públicas: o Decreto-Lei n.° 43 574, de 30 de Março, que introduziu aperfeiçoamentos no Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações; e o Decreto n.° 44 083, de 12 de Dezembro, que, no seguimento do art.° 7.° da Lei de Meios para 1961, remodelou o Regulamento do Imposto do Selo e a respectiva tabela geral.

II. — SITUAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL

SENHORES ACCIONISTAS:

No cumprimento do disposto no artigo 98.º dos Estatutos do Banco, o Conselho de Administração vem submeter à vossa apreciação o balanço e contas respeitantes à gerência do ano de 1961.

Terminava em 30 de Junho de 1961 o prazo de trinta anos, constante da cláusula 2.ª do contrato de 29 de Junho de 1931, celebrado com o Estado e referente à concessão do privilégio em que assentam as funções de Banco Emissor, Central e de Reserva exercidas pelo Banco de Portugal. Dado o melindre e complexidade dos estudos relativos à celebração de um novo contrato com o Estado e subsequente reforma do nosso regime estatutário — e entendendo-se que esse estudo não poderia estar concluído a tempo — resolveu o Conselho Geral do Banco solicitar do Estado a prorrogação da vigência do contrato de 29 de Junho de 1931 e suas alterações até se ultimar uma satisfatória estruturação das novas bases de contrato a submeter ao exame do Governo.

O Governo, anuindo à solicitação acima referida, promulgou o Decreto-Lei n.º 43 751, de 24 de Junho de 1961, pelo qual autorizou o Ministro das Finanças a contratar com o nosso Banco a manutenção, pelo prazo de um ano, contado desde 1 de Julho de 1961 a 30 de Junho de 1962, do actual privilégio do Banco de Portugal. O respectivo contrato foi assinado em 28 de Junho de 1961.

Na sessão da nossa Assembleia Geral de há um ano já se fez sentir a dolorosíssima impressão de luto e de revolta causada pelos abomináveis morticínios de Angola, ocorridos precisamente nas vésperas daquela reunião e depois de publicado o relatório do Banco. Por unanimidade foi aprovada uma expressiva moção apresentada pelo Senhor Professor Doutor Ruy Ennes Ulrich, em que ao mesmo tempo se afirmava a repulsa pelo ocorrido e a confiança no destino do Ultramar português.

Continuaram, infelizmente, as nossas provações nos restantes meses do ano findo. É certo que as nossas tropas, com heróica perseverança e por via de árduas operações militares, lograram a pacificação das regiões batidas pelo terrorismo, notòriamente marcada pelo regresso ao trabalho e tradicional confiança por parte da população indígena.

Não nos foi possível, porém, apesar da sensível melhoria do ambiente angolano, vermos terminado aquele ano sem outro profundo abalo, ocorrido este nas portuguesíssimas terras da nossa Índia, invadida de súbito por forças esmagadoras que, com absoluto menosprezo dos nossos direitos seculares, violentamente a ocuparam.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal exprime mais uma vez a sua profunda mágoa e viva indignação pelos dolorosíssimos acontecimentos ocorridos no nosso Ultramar e reafirma a sua inteira confiança nos destinos da comunidade nacional sob a égide dos princípios que desde sempre têm orientado a acção ultramarina portuguesa.

Actividade do Banco

1. — Função emissora

A circulação de notas no fim do ano de 1961 acusava a seguinte variação em relação à do ano de 1960:

Importância de notas em circulação em 30 de Dezembro de 1961	17 108 548 420$00
Importância de notas em circulação em 31 de Dezembro de 1960	14 781 336 320$00
Diferença para mais em 1961	2 327 212 100$00

Esta diferença resulta da variação em 1961 das seguintes rubricas da Situação do Banco, em que o sinal + representa excesso das saídas sobre as entradas de notas e o sinal — excesso das entradas sobre as saídas de notas:

Milhões de escudos

	+	—
Ouro e disponibilidades em moeda estrangeira		2 939 (a)
Carteira comercial	1 921	
Empréstimos e suprimentos	149	
Promissórias de fomento nacional		20
Estado — c/entregas realizadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional	372	
Moeda divisionária		2
Títulos de crédito	239	
Depósitos e contas correntes		
Tesouro Público - c/c	806	
Junta do Crédito Público		7
Depósitos de bancos e banqueiros	1 931	
Depósitos diversos	28	
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento		207
Outras responsabilidades	154	
Cheques a pagar		4
Diversos		94
	5 600	3 273
	+ 2 327	

(a) V. referência na página seguinte.

Balanço entre o passivo exigível por terceiros e o activo constituído pelas Reservas e Outras garantias (artigos 26.°, 27.°, 28.° e 29.° dos Estatutos do Banco):

Em 30 de Dezembro de 1961

Notas em circulação	17 108 548 420$00	
Outras responsabilidades-escudos à vista	7 253 485 235$77	
Total	24 362 033 655$77	
Reservas	13 480 112 591$40	(b)
Diversas disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira	4 653 706 075$16	(b)
Carteira comercial	4 398 745 825$02	
Empréstimos e suprimentos	1 090 050 000$00	
Promissórias de fomento nacional	456 479 241$70	
Títulos da dívida pública portuguesa	251 047 680$00	
Dívida do Estado	980 238 489$15	
Estado — c/entregas realizadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional	372 208 425$90	
Total	25 682 588 328$33	
Excesso deste activo sobre aquele passivo	1 320 554 672$56	

A variação *escritural*, isto é, a diferença entre a soma das rubricas (b) do ano de 1961 e a soma das mesmas rubricas do ano de 1960, diverge da variação efectiva (a) em 434 milhões de escudos, em virtude de operações de ouro efectuadas durante o ano de 1961 e contabilizadas de harmonia com o contrato de 1 de Setembro de 1949.

*

* *

Nos termos dos §§ 1.° e 2.° do artigo 22.° dos Estatutos do Banco, a emissão de moeda de prata é fixada por acordo entre o Estado e o Banco e só pode entrar em circulação através deste último e a requisição sua.

Discrimina-se em seguida a circulação da moeda metálica, por espécies.

Moeda		Importância	Variação relativamente a 1960 %
PRATA	20$00	23 631 300$00	+ 0,5
	10$00	92 108 280$00	— 1,0
	5$00	101 214 935$00	+ 2,5
	2$50	117 808 562$50	+ 0,5
	Total	334 763 077$50	+ 0,7
ALPACA	1$00	30 467 573$00	+ 3,1
	$50	40 980 502$50	+ 4,0
	Total	71 448 075$50	+ 3,6
BRONZE	$20	17 128 876$00	+ 6,9
	$10	15 279 658$20	+ 6,8
	Total	32 408 534$20	+ 6,8
	Total geral	438 619 687$20	+ 1,6

II. — Funções bancária e administrativa

1. — Operações

a) Carteira comercial

Movimento no ano

	Quantidade de efeitos	Capital	Variação relativamente a 1960 %	
			Quantidade	Capital
Sede	38 938	9 960 429 238$89	+ 86,2	+ 105,0
Caixa filial	29 899	2 558 515 843$81	+ 38,0	+ 101,0
Agências	364 602	3 461 028 616$79	+ 5,6	+ 14,6
Total	433 439	15 979 973 699$49	+ 11,8	+ 74,6

Verifica-se que o movimento da carteira da Sede foi superior ao de 1960 em 105 por cento no capital e em 86,2 por cento no número de efeitos; na Caixa filial nota-se aumento de 101 por cento no capital e de 38 por cento na quantidade de efeitos; nas Agências aumentou de 5,6 por cento o número de efeitos e de 14,6 por cento a sua importância.

No conjunto, o movimento traduziu-se pelo aumento de 11,8 por cento no número de efeitos e de 74,6 por cento no capital.

Decomposição, por espécies, do movimento total

	Quantidade de efeitos	Capital	Variação relativamente a 1960 %	
			Quantidade	Capital
Letras sobre a própria praça [1]	399 163	15 325 229 173$48	+ 11,6	+ 72,5
Extractos sobre a própria praça	1 577	85 875 734$30	— 9,3	+ 105,7
Letras sobre outras praças	32 602	567 060 906$31	+ 14,7	+ 151,3
Extractos sobre outras praças	97	1 807 885$40	+ 18,3	+ 100,7
Total	433 439	15 979 973 699$49	+ 11,8	+ 74,6

[1] Inclui 5 092 343 240$90 de aceites bancários, ou seja, mais 2 938 393 195$40 do que no ano anterior.

Vida e valor médios das letras e extractos sobre a própria praça

(Excluídos aceites bancários e *warrants* de trigo redescontados)

	Vida (Dias)	Valor	Variação relativamente a 1960 %	
			Vida	Valor
Na Sede	63,7	136 004$21	− 7,7	−
Na Caixa filial	60,5	104 087$79	+ 14,6	+ 33,2
Nas Agências	90,9	9 389$17	− 0,2	+ 7,3
No conjunto	72,1	24 127$90	− 5,6	+ 42,0

Saldo máximo do desconto directo em Lisboa e Porto

(§ 1.° do artigo 30.° dos Estatutos)

	1961	1960
Na Sede	51 211 245$05	51 476 320$95
Na Caixa filial	15 949 728$90	15 973 062$60
Total	67 160 973$95	67 449 383$55

b) Empréstimos e suprimentos

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		940 900 000$00
Movimento em 1961:		
a débito	10 029 687 288$10	
a crédito	9 880 537 288$10	149 150 000$00
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		1 090 050 000$00

c) Promissórias de fomento nacional

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		476 279 241$70
Movimento em 1961:		
a débito	85 831 293$90	
a crédito	105 631 293$90	19 800 000$00
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		456 479 241$70

d) Títulos de crédito

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		539 698 196$00
Movimento em 1961:		
a débito	315 325 389$90	
a crédito	88 239 411$90	227 085 978$00
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		766 784 174$00

e) Depósitos à ordem

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		7 147 795 455$54
Movimento em 1961:		
a débito	118 998 089 484$60	
a crédito	117 039 584 811$80	1 958 504 672$80
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		5 189 290 782$74

f) Tesouro Público - c/c

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		2 312 298 294$90
Movimento em 1961:		
a débito	27 173 334 111$70	
a crédito	26 366 872 949$50	806 461 162$20
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		1 505 837 132$70

g) Junta do Crédito Público

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		79 726 544$70
Movimento em 1961:		
a débito	901 442 395$90	
a crédito	908 268 725$30	6 826 329$40
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		86 552 874$10

2. — Caixa de reformas e pensões a empregados do Banco

Valores constitutivos do fundo desta Caixa:

Obrigações do empréstimo consolidado de 3 %, 1942	4 516
Obrigações do empréstimo consolidado dos Centenários de 4 %, 1940	1 581
Em dinheiro	136 245$72
Número de pensionistas em 30 de Dezembro de 1961	395
Importância das reformas e pensões pagas durante o ano	6 539 325$30

3. — Edifícios, móveis e máquinas

Saldo em 31 de Dezembro de 1960		988 108$08
Movimento em 1961:		
a débito	1 965 418$20	
a crédito	1 672 611$38	292 806$82
Saldo em 30 de Dezembro de 1961		1 280 914$90

4. — Pessoal do Estabelecimento

O falecimento do Senhor Professor Doutor João Emílio Raposo de Magalhães, ocorrido em 23 de Novembro de 1961, foi motivo para todo o Conselho de Administração da mais sentida mágoa. Desde cedo o falecido administrador do Banco se soubera impor, por um equilibrado conjunto de raros dotes de espírito e de carácter, ao respeito e consideração de todos. Depois de um curso dos mais brilhantes da sua geração académica, e uma vez doutorado em medicina, Raposo de Magalhães, havendo prestado relevantes provas de concurso, ascendeu à cátedra da sua Faculdade, na Universidade de Coimbra, em 1911. Tinha então 27 anos de idade. Habilíssimo cirurgião, rápido ganhou fama no centro do País, mas cedo também deixou o mister, em pleno êxito.

Havendo concorrido desde 1929 à Administração do Banco, em eleições sucessivas foi proclamado como seu administrador substituto, até que em 1933, por impedimento temporário de um dos vogais do Conselho, serviu pela primeira vez, e durante três anos, esta Casa na efectividade do seu cargo de administrador.

Em 1946, logo que a oportunidade se apresentou, foi de novo chamado a fazer parte dos nossos corpos gerentes, primeiro como vogal do Conselho Fiscal e depois como administrador, cargo em que finalmente permaneceu desde 1950 até à sua morte. Com o falecimento do Professor Raposo de Magalhães perdeu a Administração um elemento de subida valia que, trazendo para aqui as virtudes que já lhe haviam dado nome, singularmente honrou pelo seu aprumo, excepcional inteligência, bom conselho e prestimoso labor, o lugar que em boa hora foi chamado a servir no Banco Emissor.

Acresce para os que trabalharam com ele a saudade que nos deixou o convívio de um homem, tanto mais apreciado quanto melhor conhecido, e para cujo prestígio nobremente concorria, por sua parte, uma lealdade perfeita e um trato finíssimo.

Respeitosamente nos curvamos perante a sua ilustre memória.

*
* *

De harmonia com o artigo 90.° dos Estatutos, terminam os seus mandatos os membros da actual Mesa da Assembleia Geral, pelo que terá de proceder-se a nova eleição, conforme o n.° 1.° do artigo 99.° dos mesmos Estatutos.

*
* *

O Conselho Fiscal prestou-nos, como sempre, a sua útil e valiosa cooperação – o que registamos com o maior apreço — consignando-lhe aqui os nossos agradecimentos.

*
* *

Todo o pessoal do Banco continuou a demonstrar no desempenho das suas funções a maior competência e tradicional dedicação.

Lisboa, 13 de Março de 1962.

O Conselho de Administração.

Proposta para a distribuição dos lucros líquidos

Em conformidade com as disposições estatutárias propõe-se a seguinte distribuição dos lucros líquidos relativos ao ano de 1961:

Lucros totais			175 583 705$73
A deduzir:			
Encargos		113 863 366$00	
Amortizações em diversas rubricas do activo	2 489 518$40		
Provisão para encargos previstos	30 000 000$00	32 489 518$40	146 352 884$40
Lucros líquidos			29 230 821$33
Nos termos do artigo 37.° dos Estatutos do Banco:			
5 por cento para o fundo geral de reserva			1 461 541$10
			27 769 280$23
5 por cento para o fundo especial de reserva			1 461 541$10
			26 307 739$13
2 por cento para a Caixa de reformas e pensões a empregados do Banco			584 616$50
			25 723 122$63
Dividendo do 1.° semestre de 1961, já distribuído			3 000 000$00
			22 723 122$63
A fim de se distribuir um dividendo de 3 por cento relativo ao 2.° semestre de 1961, resolveu o Conselho Geral do Banco propor aos Srs. Accionistas que seja aplicada a importância de			3 000 000$00
			19 723 122$63
80 por cento do excedente para o Estado			15 778 499$00
			3 944 623$63
Para elevar o dividendo a 7 por cento			1 000 000$00
			2 944 623$63
Metade do remanescente para o Estado			1 472 312$00
			1 472 311$63
Saldo do ano de 1960, depois de cumpridas as resoluções da Assembleia Geral de 29 de Março de 1961			266 340$99
			1 738 652$62
Deste saldo, resolveu o Conselho Geral do Banco propor aos Srs. Accionistas que, para elevar o dividendo a 8 por cento, seja aplicada a importância de			1 000 000$00
Saldo para o ano de 1962			738 652$62

O dividendo proposto continua sujeito à dedução dos impostos sobre a aplicação de capitais e sobre as sucessões e doações e, além destes, à do selo de averbamento para os títulos nominativos e à do imposto complementar para os títulos ao portador, não registados.

O Governador,

Rafael da Silva Neves Duque.

Os Vice-Governadores:

Manuel Jacinto Nunes
Fernando Emygdio da Silva.

Os Administradores:

José Caeiro da Matta
João Baptista de Araújo
António Osório de Castro
Domingos Pedro de Castro Constâncio Pereira Coutinho
António Luiz Gomes
António Alves Salgado Júnior.

Balanço e Documentos

Balanço do Banco de Portugal

ACTIVO

Reservas (artigos 26.º e 27.º dos Estatutos e Decreto N.º 22 496, de 4 de Maio de 1933)		
Ouro em barra e amoedado	8 648 708 955$20	
Disponibilidades em moeda estrangeira	4 840 820 074$80	13 489 529 030$00
Outras garantias (artigo 29.º dos Estatutos)		
Diversas disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira	4 653 706 075$16	
Títulos da dívida pública portuguesa	251 047 680$00	
Dívida do Estado	980 238 489$15	
Promissórias de fomento nacional	456 479 241$70	
Carteira comercial	4 398 745 825$02	
Empréstimos e suprimentos	1 090 050 000$00	
Estado - c/entregas realizadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional em ouro	372 208 425$90	12 202 475 736$93
Outras verbas do activo		
Moeda divisionária	13 740 312$80	
Diversos títulos de crédito	515 736 494$00	
Edifícios, móveis e máquinas	1 280 914$90	
Diversos	1 361 930 935$26	1 892 688 656$96
Valores depositados		4 108 271 615$21
		31 692 965 039$10

em 30 de Dezembro de 1961

PASSIVO

Capital realizado		100 000 000$00
Fundos de reserva		
Geral	27 088 127$50	
Especial	94 388 127$50	121 476 255$00
Notas em circulação		17 108 548 420$00
Outras responsabilidades-escudos à vista		
Depósitos e contas correntes		
Tesouro Público-c/c	1 505 837 132$70	
Junta do Crédito Público	86 552 874$10	
Bancos e banqueiros	5 108 383 089$23	
Outros depósitos	80 907 693$51	
Organismos ou instituições internacionais		
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	206 989 949$70	
Diversos	257 614 913$30	
Cheques a pagar	7 199 583$23	7 253 485 235$77
Responsabilidades em moeda estrangeira		
Saldos no estrangeiro e outras responsabilidades (artigo 28.º dos Estatutos)		9 416 438$60
Ganhos e perdas		29 497 162$32
Outras verbas do passivo		2 962 269 912$20
Credores de valores depositados		4 108 271 615$21
		31 692 965 039$10

O Governador,
Rafael da Silva Neves Duque.

Os Vice-Governadores:
Manuel Jacinto Nunes
Fernando Emygdio da Silva.

Os Administradores:
José Caeiro da Matta
João Baptista de Araújo
António Osório de Castro
Domingos Pedro de Castro Constâncio Pereira Coutinho
António Luiz Gomes
António Alves Salgado Júnior.

GANHOS E PERDAS

Ano de 1961

LUCROS

Juros da dívida do Estado	2 450 932$70	
Juros de letras, extractos de facturas e aceites bancários descontados	72 984 965$60	
Juros e dividendos de papéis de crédito	24 911 269$00	
Prémios de transferências e juros de letras e extractos de facturas tomados	4 266 757$65	
Lucros diversos	70 969 780$78	175 583 705$73

ENCARGOS

Honorários da Administração e proventos do pessoal		69 367 338$60	
Outras despesas de administração		18 569 510$93	
Comissões pagas aos correspondentes no País		308 391$90	
Contribuições e impostos		10 502 247$00	
Custo do fabrico, emissão e amortização de notas e trabalhos tipo-litográficos		15 115 877$57	
		113 863 366$00	
Amortizações por créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa	768 494$90		
Amortizações em edifícios e em móveis	1 208 914$90		
Amortizações em outras verbas do activo	512 108$60		
Provisão para encargos previstos	30 000 000$00	32 489 518$40	146 352 884$40
			29 230 821$33
Saldo do ano de 1960, depois de cumpridas as resoluções da Assembleia Geral de 29 de Março de 1961			266 340$99
			29 497 162$32

O Director dos Serviços de Contabilidade, *Clemente V. M. Bueno y Martins.*

Títulos de crédito — artigo 29.º dos Estatutos

Designação dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação	Importância
Obrigações do empréstimo consolidado dos Centenários de 4 %, 1940 (conversão de títulos da reserva)	120 696	241 392 000$00	2 080$00	251 047 680$00

Diversos títulos de crédito

Designação dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação	Importância
Obrigações do empréstimo consolidado dos Centenários de 4 %, 1940	7 998	15 996 000$00	1 483$00	11 861 034$00
Obrigações do empréstimo consolidado de 3 1/2 %, 1941 . . .	350	350 000$00	782$00	273 700$00
Obrigações do empréstimo consolidado de 3 %, 1942	49 228	49 228 000$00	650$00	31 998 200$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-1.ª série	2 400	2 400 000$00	966$00	2 318 400$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-2.ª série	310	310 000$00	1 000$00	310 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-3.ª série	3 430	3 430 000$00	975$00	3 344 250$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-4.ª série	1 020	1 020 000$00	998$00	1 017 960$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-5.ª série	160	160 000$00	1 000$00	160 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-1950-1.ª série	16 490	16 490 000$00	1 000$00	16 490 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-1951	13 330	13 330 000$00	1 000$00	13 330 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-1952	1 060	1 060 000$00	1 000$00	1 060 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-1959	9 200	9 200 000$00	1 000$00	9 200 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 1/2 %-V Centenário do Infante D. Henrique-1960	350 000	350 000 000$00	1 000$00	350 000 000$00
Obrigações do Tesouro de 3 %-1954	660	660 000$00	1 000$00	660 000$00
Obrigações do Tesouro de 2 1/2 %-1942	2 350	2 350 000$00	912$00	2 143 200$00
Obrigações do Tesouro de 2 1/2 %-1943	2 240	2 240 000$00	919$00	2 058 560$00
Obrigações do Tesouro de 2 1/2 %-1944	11 960	11 960 000$00	900$00	10 764 000$00
Obrigações do Tesouro de 2 1/2 %-1945	29 500	29 500 000$00	914$00	26 963 000$00
Obrigações do Tesouro de 2 1/2 %-1946	3 750	3 750 000$00	895$00	3 356 250$00
Obrigações da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses de 3 1/2 %-1947/77	556	556 000$00	400$00	222 400$00
Obrigações da dívida externa portuguesa, 3.ª série, sem juro .	2 404	£ 15 946. 10. 8	96$00	230 784$00
Acções do Banco de Paris e dos Países-Baixos	15 393	N. F. 769 650	292$00	4 494 756$00
Acções do Banco de Pagamentos Internacionais (com 25 % de desembolso)	4 000	Frs. S. ouro 10 000 000	5 870$00	23 480 000$00
Total				515 736 494$00

Carteira comercial

Saldo no fim do ano de 1961

	Quantidade de efeitos	Capital
Sede	9 233	2 983 569 623$10
Caixa filial	4 772	546 925 539$77
Agências	87 054	868 250 662$15
Total	101 059	4 398 745 825$02

Decomposição, por espécies, do saldo total

	Quantidade de efeitos	Capital
Letras sobre a própria praça	96 302	4 163 569 240$97
Extractos sobre a própria praça	329	21 750 943$95
Letras sobre outras praças	4 409	212 195 653$60
Extractos sobre outras praças	19	1 229 986$50
Total	101 059	4 398 745 825$02

Moeda metálica subsidiária

Situação em 30 de Dezembro de 1961

Moeda		Emitida pela Casa da Moeda			Limite legal de emissão	Diferença entre a importância emitida pela Casa da Moeda e o limite legal de emissão
		Em circulação	Nas caixas do Banco de Portugal	Total		
Prata	20$00	23 631 300$00	368 700$00	24 000 000$00	24 000 000$00 (1)	—$—
	10$00	92 108 280$00	6 891 720$00	99 000 000$00	104 000 000$00 (2)	5 000 000$00
	5$00	101 214 935$00	2 785 065$00	104 000 000$00	109 000 000$00 (3)	5 000 000$00
	2$50	117 808 562$50	2 191 437$50	120 000 000$00	127 500 000$00	7 500 000$00
Total		334 763 077$50	12 236 922$50	347 000 000$00	364 500 000$00	17 500 000$00
Alpaca	1$00	30 467 573$00	522 427$00	30 990 000$00	35 000 000$00	4 010 000$00
	$50	40 980 502$50	429 497$50	41 410 000$00	45 000 000$00	3 590 000$00
Total		71 448 075$50	951 924$50	72 400 000$00	80 000 000$00	7 600 000$00
Bronze	$20	17 128 876$00	331 124$00	17 460 000$00	18 000 000$00	540 000$00
	$10	15 279 658$20	220 341$80	15 500 000$00	16 000 000$00	500 000$00
Total		32 408 534$20	551 465$80	32 960 000$00	34 000 000$00	1 040 000$00
Total geral		438 619 687$20	13 740 312$80	452 360 000$00	478 500 000$00	26 140 000$00

(1) Compõe-se de 20 000 000$00 de moeda comemorativa da Renovação Financeira e 4 000 000$00 de moeda comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

(2) Inclui 2 000 000$00 de moeda comemorativa da Batalha de Ourique e 2 000 000$00 de moeda comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

(3) Inclui 4 000 000$00 de moeda comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Edifícios, móveis e máquinas

Saldos:

Em 1961	1 280 914$90
Em 1960	988 108$08

Desdobramento do saldo em 1961:

Edifícios

Sede	1 000$00		
Prédio urbano nas ruas do Crucifixo e da Conceição	1 000$00		
Prédio urbano na rua D. Pedro V	1 000$00	3 000$00	
Caixa filial		1 000$00	
Agências:			
Angra do Heroísmo	1 000$00		
Aveiro	1 000$00		
Beja	1 000$00		
Braga	1 000$00		
Bragança	1 000$00		
Caldas da Rainha	1 000$00		
Castelo Branco	1 000$00		
Coimbra	1 000$00		
Covilhã	1 000$00		
Estremoz	1 000$00		
Évora	1 000$00		
Faro	1 000$00		
Funchal	1 000$00		
Guarda	2 000$00		
Guimarães	1 000$00		
Horta	1 000$00		
Lamego	49 842$20		
Leiria	1 000$00		
Mirandela	1 000$00		
Moura	1 000$00		
Ponta Delgada	267 199$80		
Portalegre	1 000$00		
Portimão	1 000$00		
Santarém	1 000$00		
Setúbal	1 000$00		
Tomar	1 000$00		
Viana do Castelo	2 000$00		
Vila Real	1 000$00		
Vila Real de Santo António	1 000$00		
Viseu	1 000$00	347 042$00	351 042$00

Máquinas

Sede	1 000$00

Móveis

Sede	755 805$00	
Caixa filial	29 972$90	
Agências	143 095$00	928 872$90
		1 280 914$90

Desdobramento do capital social do Banco de Portugal em 30 de Dezembro de 1961

ACÇÕES NOMINATIVAS		
Averbadas a:		
Senhoras	8 653	
Senhoras (bens dotais)	1 056	
Homens	7 939	
Menores	652	
Interditos	135	
Sucessores indeterminados	111	
Usufrutuários	4 926	
Bancos e casas bancárias	16 740	
Sociedades não bancárias	9 334	
Pequenas empresas	1 160	
Associações comerciais e análogas	80	
Associações de socorros mútuos	3 250	
Instituições de assistência	6 042	
Instituições culturais	20	
Instituições religiosas	1 034	
Fazenda Nacional	268	
Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência	1 207	
Corpos Administrativos	300	62 907
ACÇÕES AO PORTADOR		70 426 1/3
		133 333 1/3

Capital averbado

Accionistas possuidores de:	
1 acção	49
2 acções	30
3 a 5 acções	174
6 a 10 acções	135
11 a 20 acções	113
21 a 30 acções	58
31 a 50 acções	110
51 a 100 acções	79
101 a 500 acções	59
mais de 500 acções	19
	826

Pessoal do Banco em 30 de Dezembro de 1961

Pessoal maior	937
Pessoal privativo dos serviços de notas	119
Pessoal menor	228
Pessoal operário	76
Pessoal do refeitório	10
	1 370

Movimento da conta corrente do Tesouro Público com o Banco de Portugal, como Caixa Geral do Estado, no continente e ilhas adjacentes, em 1961

Distritos	Saldos de 1960		Movimentos em 1961		Saldos no fim de 1961	
	Devedores	Credores	A débito	A crédito	Devedores	Credores
Angra do Heroísmo	–$–	36 334 396$10	196 253 172$00	216 217 831$10	–$–	56 299 055$20
Aveiro	–$–	189 097 096$10	691 717 593$00	667 173 346$20	–$–	164 552 849$30
Beja	2 178 207 333$60	–$–	814 689 325$20	598 213 808$20	2 394 682 850$60	–$–
Braga	345 455 218$20	–$–	534 738 550$00	449 529 592$20	430 664 176$00	–$–
Bragança	787 328 083$60	–$–	436 335 365$90	381 773 918$70	841 889 530$80	–$–
Castelo Branco	–$–	211 079 200$50	319 948 521$30	299 354 248$70	–$–	190 484 927$90
Coimbra	2 297 131 267$60	–$–	801 408 965$10	544 919 445$70	2 553 620 787$00	–$–
Évora	1 951 905 136$80	–$–	630 507 242$30	467 989 833$60	2 114 422 545$50	–$–
Faro	209 700 719$30	–$–	500 582 794$90	438 313 494$70	271 970 019$50	–$–
Funchal	–$–	1 337 638 114$20	416 769 161$60	504 852 636$20	–$–	1 425 721 588$80
Guarda	–$–	287 877 181$00	323 770 322$70	308 608 155$60	–$–	272 715 013$90
Horta	107 910 892$20	–$–	129 590 610$00	116 850 020$60	120 651 481$60	–$–
Leiria	–$–	461 558 621$50	534 769 357$90	547 271 921$20	–$–	474 061 184$80
Lisboa	5 780 126 956$80	–$–	14 661 742 673$60	13 610 288 295$10	6 831 581 335$30	–$–
Ponta Delgada	–$–	22 481 258$20	338 860 482$00	375 514 622$60	–$–	59 135 398$80
Portalegre	822 218 702$40	–$–	589 180 086$40	514 377 857$10	897 020 931$70	–$–
Porto	–$–	13 699 493 262$70	2 532 183 184$30	3 702 334 178$20	–$–	14 869 644 256$60
Santarém	489 983 133$20	–$–	915 621 464$00	809 519 300$20	596 085 297$00	–$–
Setúbal	–$–	2 275 262 985$40	562 068 886$50	770 773 699$40	–$–	2 483 967 798$30
Viana do Castelo	403 316 416$10	–$–	301 509 691$60	234 110 446$10	470 715 661$60	–$–
Vila Real	231 063 879$90	–$–	384 697 689$10	341 003 706$30	274 757 862$70	–$–
Viseu	604 176 081$10	–$–	556 388 972$30	467 882 591$80	692 682 461$60	–$–
	16 208 523 820$80	18 520 822 115$70	27 173 334 111$70	26 366 872 949$50	18 490 744 940$90	19 996 582 073$60
	2 312 298 294$90		806 461 162$20		1 505 837 132$70	

Sinopse das situações semanais — Em milhares de escudos

Datas		Reservas — Ouro em barra e amoedado	Reservas — Disponibilidades em moeda estrangeira	Reservas — Total	Outras garantias (artigo 29.º dos Estatutos) — Diversas disponibilidades em ouro e em moeda estrangeira	Títulos da dívida pública portuguesa	Dívida do Estado	Promissórias de fomento nacional	Carteira comercial	Empréstimos e suprimentos	Estado c/entregas realizadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional — em ouro	Total
1960 — Dezembro	31	8 648 709	5 286 931	13 935 640	6 708 635	260 703	982 695	476 279	2 477 594	940 900	–	11 846 806
1961 — Janeiro	4	8 648 709	4 851 694	13 500 403	7 061 083	253 462	982 695	476 279	2 432 441	337 600	–	11 543 560
	11	8 648 709	4 706 813	13 355 522	7 140 521	242 599	982 695	476 279	2 399 933	193 500	–	11 435 587
	18	8 648 709	4 573 988	13 222 697	7 197 178	247 437	982 695	476 279	2 306 303	133 500	–	11 343 392
	25	8 648 709	4 540 926	13 189 635	7 204 030	251 048	980 238	476 279	2 245 319	153 500	–	11 310 414
Fevereiro	1	8 648 709	4 699 338	13 348 047	7 002 833	251 048	980 238	476 279	2 397 608	321 900	–	11 429 906
	8	8 648 709	4 569 288	13 217 997	7 048 370	243 806	980 238	476 279	2 301 588	296 600	–	11 346 881
	15	8 648 709	4 494 638	13 143 347	7 089 570	245 013	980 238	476 279	2 216 788	274 700	–	11 282 588
	22	8 648 709	4 567 088	13 215 797	6 915 255	243 806	980 238	476 279	2 139 169	326 050	–	11 080 797
Março	1	8 648 709	4 739 300	13 388 009	6 677 625	244 410	980 238	476 279	2 303 049	529 400	–	11 211 001
	8	8 648 709	4 573 988	13 222 697	6 702 784	246 220	980 238	476 279	2 261 670	425 000	–	11 092 191
	15	8 648 709	4 468 763	13 117 472	6 747 800	248 030	980 238	476 279	2 181 286	375 000	–	11 008 633
	22	8 648 709	4 440 875	13 089 584	6 779 408	244 772	980 238	476 279	2 130 849	370 800	–	10 982 346
	29	8 648 709	4 612 801	13 261 510	6 226 198	244 410	980 238	476 279	2 532 666	349 250	372 208	11 181 249
Abril	5	8 648 709	4 523 388	13 172 097	6 217 944	244 772	980 238	476 279	2 361 315	485 950	372 208	11 138 706
	12	8 648 709	4 248 538	12 897 247	6 348 517	238 978	980 238	476 279	2 281 846	230 950	372 208	10 929 016
	19	8 648 709	4 170 453	12 819 162	6 269 042	241 996	980 238	476 279	2 333 901	310 750	372 208	10 984 414
	26	8 648 709	4 378 143	13 026 852	6 013 075	241 392	980 238	476 279	2 513 442	590 550	372 208	11 187 184
Maio	3	8 648 709	4 632 374	13 281 083	5 754 916	241 392	980 238	476 279	2 830 704	756 350	372 208	11 412 087
	10	8 648 709	4 487 163	13 135 872	5 747 356	240 789	980 238	476 279	2 799 687	746 150	372 208	11 362 707
	17	8 648 709	4 382 235	13 030 944	5 728 333	240 185	980 238	476 279	2 891 887	606 400	372 208	11 295 530
	24	8 648 709	4 422 188	13 070 897	5 779 182	240 185	980 238	476 279	3 135 675	381 300	372 208	11 365 067
	31	8 648 709	4 677 222	13 325 931	5 375 996	240 789	980 238	476 279	3 341 882	802 662	372 208	11 590 054
Junho	7	8 648 709	4 382 259	13 030 968	5 504 175	241 392	980 238	476 279	3 319 341	506 462	372 208	11 400 095
	14	8 648 709	4 270 807	12 919 516	5 554 665	241 996	980 238	476 279	3 231 603	481 350	372 208	11 338 339
	21	8 648 709	4 214 537	12 863 246	5 534 783	239 582	980 238	476 279	3 330 958	380 950	372 208	11 314 998
	28	8 648 709	4 281 497	12 930 206	5 362 894	241 392	980 238	476 279	3 478 309	495 750	372 208	11 407 070
Julho	5	8 648 709	4 176 021	12 824 730	5 319 412	241 392	980 238	476 279	3 492 893	516 100	372 208	11 398 522
	12	8 648 709	4 276 823	12 925 532	5 105 079	241 392	980 238	476 279	3 716 604	646 400	372 208	11 538 200
	19	8 648 709	4 141 759	12 790 468	5 102 407	241 392	980 238	476 279	3 687 045	636 600	372 208	11 496 169
	26	8 648 709	4 160 115	12 808 824	5 014 609	241 392	980 238	476 279	3 766 003	696 600	372 208	11 547 329
Agosto	2	8 648 709	4 235 938	12 884 647	4 860 240	241 392	980 238	476 279	4 028 996	652 169	372 208	11 611 522
	9	8 648 709	4 062 764	12 711 473	4 942 897	241 392	980 238	476 279	3 875 684	632 169	372 208	11 520 867
	16	8 648 709	4 079 756	12 728 465	4 883 328	241 392	980 238	476 279	3 888 689	721 970	372 208	11 564 104
	23	8 648 709	3 987 029	12 635 738	4 825 528	241 754	980 238	476 279	3 905 370	702 000	372 208	11 503 377
	30	8 648 709	4 053 829	12 702 538	4 735 399	241 996	980 238	476 279	3 985 620	797 000	372 208	11 588 740
Setembro	6	8 648 709	4 020 591	12 669 300	4 785 246	242 358	980 238	476 279	3 986 187	717 500	372 208	11 560 016
	13	8 648 709	3 996 455	12 645 164	4 771 927	240 789	980 238	476 279	3 998 852	728 100	372 208	11 568 693
	20	8 648 709	3 869 644	12 518 353	4 843 908	238 978	980 238	476 279	3 977 688	608 400	372 208	11 497 699
	27	8 648 709	3 946 119	12 594 828	4 712 270	251 754	980 238	476 279	4 191 555	580 741	372 208	11 518 045
Outubro	4	8 648 709	4 000 870	12 649 579	4 767 951	241 392	980 238	476 279	4 298 542	471 100	372 208	11 607 710
	11	8 648 709	3 954 824	12 603 533	4 818 357	241 392	980 238	476 279	4 126 766	556 100	372 208	11 571 340
	18	8 648 709	3 538 099	12 186 808	4 914 484	241 392	980 238	476 279	4 069 979	426 100	372 208	11 480 680
	25	8 648 709	3 548 086	12 196 795	4 836 807	241 392	980 238	476 279	4 123 003	466 300	372 208	11 496 227
	31	8 648 709	4 065 090	12 713 799	4 638 362	241 633	980 238	476 279	4 224 974	721 877	372 208	11 655 571
Novembro	8	8 648 709	3 879 940	12 528 649	4 819 085	241 392	980 238	476 279	4 040 393	580 677	372 208	11 510 272
	15	8 648 709	3 817 472	12 466 181	4 890 941	241 392	980 238	476 279	3 910 534	596 776	372 208	11 468 358
	22	8 648 709	3 860 942	12 509 651	4 980 231	241 392	980 238	476 279	3 834 709	581 776	372 208	11 466 833
	29	8 648 709	3 958 283	12 606 992	4 888 192	241 392	980 238	476 279	4 078 132	531 750	372 208	11 568 191
Dezembro	6	8 648 709	4 074 098	12 722 807	5 091 527	241 996	980 238	476 279	4 027 257	436 550	372 208	11 629 055
	13	8 648 709	4 057 781	12 706 490	5 208 011	242 720	980 238	476 279	3 885 311	350 450	372 208	11 605 217
	20	8 648 709	4 133 242	12 781 951	5 265 766	241 392	980 238	476 279	3 851 575	470 450	372 208	11 657 908
	27	8 648 709	4 233 867	12 882 576	5 151 987	242 509	980 238	476 279	3 977 763	550 650	372 208	11 751 624
	30	8 648 709	4 840 820	13 489 529	4 653 706	251 048	980 238	456 179	4 398 746	1 090 050	372 208	12 202 175

Datas		Outras verbas do activo — Moeda divisionária	Diversos títulos de crédito	Edifícios, móveis e máquinas	Diversos	Total	Valores depositados	Capital	Fundos de reserva — Geral	Fundos de reserva — Especial	Notas em circulação
1960 — Dezembro	31	16 035	278 995	988	1 745 030	2 041 048	3 690 758	100 000	25 827	93 127	14 781 336
1961 — Janeiro	4	16 193	278 989	988	1 723 518	2 019 687	3 691 458	100 000	25 827	93 127	14 782 475
	11	16 739	278 975	988	1 732 496	2 029 198	3 691 820	100 000	25 827	93 127	14 558 620
	18	17 549	275 970	988	1 727 704	2 022 211	3 687 130	100 000	25 827	93 127	14 342 452
	25	17 971	275 970	988	1 739 373	2 031 302	3 528 652	100 000	25 827	93 127	14 294 836
Fevereiro	1	17 708	275 970	988	1 746 940	2 041 606	3 529 138	100 000	25 827	93 127	14 471 532
	8	18 416	275 970	988	1 753 501	2 048 875	3 528 863	100 000	25 827	93 127	14 428 338
	15	19 158	275 970	988	1 753 073	2 049 189	3 528 926	100 000	25 827	93 127	14 310 792
	22	19 595	525 970	993	1 754 061	2 300 619	3 527 087	100 000	25 827	93 127	14 257 289
Março	1	19 394	525 969	1 004	1 767 954	2 314 321	3 727 369	100 000	25 827	93 127	14 520 366
	8	19 255	525 969	1 004	1 758 231	2 304 459	3 825 489	100 000	25 827	93 127	14 480 052
	15	20 403	525 969	1 004	1 621 087	2 168 463	3 825 747	100 000	25 827	93 127	14 292 082
	22	20 219	525 969	1 004	1 478 655	2 025 847	3 845 867	100 000	25 827	93 127	14 308 119
	29	19 041	525 967	505	1 507 841	2 053 354	3 845 945	100 000	27 088	94 388	14 550 419
Abril	5	18 971	525 967	505	1 484 260	2 029 703	3 870 507	100 000	27 088	94 388	14 596 412
	12	19 000	525 964	86	1 492 848	2 037 898	3 870 133	100 000	27 088	94 388	14 467 000
	19	19 571	520 812	86	1 506 263	2 046 732	3 870 612	100 000	27 088	94 388	14 762 885
	26	19 550	520 812	86	1 449 670	1 990 118	3 871 365	100 000	27 088	94 388	15 222 183
Maio	3	19 326	520 812	86	1 412 378	1 952 602	3 872 799	100 000	27 088	94 388	15 589 750
	10	19 420	520 812	88	1 426 107	1 966 427	3 427 651	100 000	27 088	94 388	15 574 355
	17	19 536	520 763	88	1 357 227	1 897 614	3 227 744	100 000	27 088	94 388	15 441 086
	24	19 744	520 763	88	1 426 509	1 967 104	3 228 022	100 000	27 088	94 388	15 496 576
	31	19 184	520 566	95	1 342 818	1 882 663	3 228 246	100 000	27 088	94 388	15 792 706
Junho	7	18 741	520 517	95	1 319 264	1 858 617	3 228 237	100 000	27 088	94 388	15 818 440
	14	19 253	520 362	95	1 377 643	1 917 353	3 468 052	100 000	27 088	94 388	15 711 684
	21	19 175	518 137	265	1 387 192	1 924 769	3 905 666	100 000	27 088	94 388	15 618 075
	28	19 042	518 137	266	1 277 198	1 814 643	3 905 810	100 000	27 088	94 388	15 811 424
Julho	5	18 653	518 137	267	1 235 403	1 772 460	3 907 835	100 000	27 088	94 388	15 990 371
	12	18 804	518 137	267	1 219 834	1 757 042	3 907 793	100 000	27 088	94 388	15 896 077
	19	19 189	518 137	267	1 197 446	1 735 039	3 668 085	100 000	27 088	94 388	15 827 376
	26	18 953	517 327	269	1 255 034	1 791 583	3 668 466	100 000	27 088	94 388	15 967 542
Agosto	2	18 730	517 327	273	1 181 726	1 718 046	3 715 948	100 000	27 088	94 388	16 204 292
	9	18 801	517 327	287	1 164 233	1 700 648	3 705 189	100 000	27 088	94 388	16 144 496
	16	18 704	517 327	287	1 183 638	1 719 956	3 905 502	100 000	27 088	94 388	16 057 354
	23	18 665	517 327	287	1 328 503	1 864 782	3 906 194	100 000	27 088	94 388	16 032 856
	30	17 937	517 327	292	1 183 098	1 718 654	3 906 413	100 000	27 088	94 388	16 186 454
Setembro	6	17 622	517 327	292	1 164 936	1 700 177	3 906 617	100 000	27 088	94 388	16 286 567
	13	17 860	517 327	300	1 144 682	1 680 169	3 906 007	100 000	27 088	94 388	16 176 354
	20	17 615	517 327	300	1 218 587	1 753 829	3 661 251	100 000	27 088	94 388	16 085 129
	27	17 313	517 327	696	1 217 548	1 752 884	3 661 464	100 000	27 088	94 388	16 246 227
Outubro	4	16 421	517 327	696	1 123 370	1 657 814	3 661 464	100 000	27 088	94 388	16 361 264
	11	16 889	517 327	696	1 128 827	1 663 739	3 658 746	100 000	27 088	94 388	16 249 446
	18	16 649	515 737	696	1 227 792	1 760 874	3 895 820	100 000	27 088	94 388	16 092 925
	25	16 545	515 737	711	1 235 557	1 768 550	3 458 559	100 000	27 088	94 388	16 120 652
	31	16 208	515 737	711	1 145 705	1 678 361	3 448 931	100 000	27 088	94 388	16 343 862
Novembro	8	16 099	515 737	730	1 143 159	1 675 725	3 433 110	100 000	27 088	94 388	16 314 949
	15	16 563	515 737	730	1 154 170	1 687 200	3 195 624	100 000	27 088	94 388	16 192 415
	22	16 809	515 737	730	1 287 356	1 820 632	3 321 142	100 000	27 088	94 388	16 163 601
	29	16 115	515 737	996	1 170 840	1 703 688	3 321 142	100 000	27 088	94 388	16 379 725
Dezembro	6	16 114	515 737	1 011	1 157 573	1 690 435	3 732 629	100 000	27 088	94 388	16 472 099
	13	15 892	515 737	1 011	1 192 506	1 725 146	3 731 661	100 000	27 088	94 388	16 439 035
	20	15 250	515 737	1 019	1 740 872	2 272 878	3 731 018	100 000	27 088	94 388	16 670 949
	27	14 305	515 737	1 072	1 503 856	2 034 970	3 950 099	100 000	27 088	94 388	17 031 064
	30	13 740	515 737	1 281	1 361 931	1 892 689	4 108 272	100 000	27 088	94 388	17 108 549

Datas		Responsabilidades-escudos à vista — Outras responsabilidades-escudos à vista — Tesouro Público — Conta corrente	Junta do Crédito Público	Bancos e banqueiros	Outros depósitos	Organismos ou instituições internacionais — B.I.R.D.	Diversos	Cheques a pagar	Total	Total geral	Responsabilidades em moeda estrangeira	Outras verbas do passivo	Credores de valores depositados	Proporção das reservas para as responsabilidades-escudos à vista %		Datas
1960 — Dezembro	31	2 312 298	79 727	7 039 364	108 432	–	411 174	3 065	9 954 060	24 735 396	5 079	2 864 065	3 690 758	56,31	31	Dezembro — 1960
1961 — Janeiro	4	2 284 586	61 904	6 298 414	120 023		395 729	19 749	9 180 405	23 962 880	9 029	2 872 787	3 691 458	56,30	4	Janeiro — 1961
	11	2 332 184	56 736	6 190 610	107 761	–	435 717	3 547	9 136 545	23 685 165	24 776	2 891 352	3 691 820	56,28	11	
	18	2 554 990	63 157	6 031 327	100 980	–	313 952	35 171	9 119 577	23 462 029	18 603	2 888 704	3 687 130	56,28	18	
	25	2 474 133	138 388	6 007 384	111 588	–	340 182	34 625	9 106 300	23 401 136	17 489	2 896 772	3 528 652	56,28	25	
Fevereiro	1	2 596 210	120 075	6 017 449	101 923	–	350 983	20 357	9 206 997	23 678 450	16 115	2 906 031	3 529 138	56,30	1	Fevereiro
	8	2 454 663	119 806	6 031 298	95 810		366 358	14 353	9 082 288	23 510 626	10 359	2 903 814	3 528 863	56,30	8	
	15	2 416 557	129 538	6 031 738	89 462	–	352 025	1 289	9 023 609	23 334 401	5 515	2 916 254	3 528 926	56,30	15	
	22	2 636 167	150 561	5 902 230	111 732	–	384 053	21 412	9 206 155	23 463 444	10 522	2 904 293	3 527 087	56,28	22	
Março	1	2 734 682	104 293	5 922 972	77 098	–	389 033	16 799	9 244 877	23 765 243	9 827	2 919 307	3 727 369	56,29	1	Março
	8	2 708 897	60 263	5 718 093	93 098	–	406 271	3 614	8 990 236	23 470 288	10 861	2 919 244	3 825 489	56,29	8	
	15	2 768 608	50 122	5 736 690	89 748	–	347 835	16 023	9 009 026	23 301 108	483	2 774 023	3 825 747	56,29	15	
	22	2 629 265	104 285	5 755 898	85 893	–	357 204	2 863	8 935 408	23 243 527	331	2 634 965	3 845 867	56,31	22	
	29	2 609 658	94 452	5 579 902	89 248	207 000	493 474	10 607	9 084 341	23 634 760	3 236	2 637 642	3 845 945	56,10	29	
Abril	5	2 982 914	80 727	5 153 299	87 906	207 000	365 956	12 597	8 890 399	23 486 811	334	2 631 885	3 870 507	56,08	5	Abril
	12	2 885 868	63 017	4 873 980	83 244	207 000	401 224	35 110	8 549 443	23 016 443	273	2 625 970	3 870 133	56,03	12	
	19	2 843 080	40 986	4 514 575	93 425	207 000	444 260	11 578	8 154 904	22 917 789	217	2 710 826	3 870 612	55,93	19	
	26	2 799 901	23 896	4 447 135	97 276	207 000	447 075	49 402	8 071 675	23 293 858	161	2 688 659	3 871 365	55,92	26	
Maio	3	2 875 286	82 031	4 451 191	91 967	207 000	454 637	3 001	8 165 113	23 754 863	1 092	2 668 341	3 872 799	55,90	3	Maio
	10	2 796 048	80 081	4 243 480	80 247	207 000	532 511	3 852	7 942 219	23 516 574	1 362	2 725 594	3 427 651	55,85	10	
	17	2 704 123	83 743	4 372 567	89 339	207 000	442 218	7 841	7 906 831	23 347 917	2 004	2 652 691	3 227 744	55,80	17	
	24	2 556 247	75 983	4 520 218	83 575	207 000	466 965	20 903	7 930 891	23 427 467	2 211	2 751 914	3 228 022	55,78	24	
	31	2 416 341	72 826	4 789 245	81 705	207 000	513 523	3 756	8 113 396	23 906 102	2 305	2 668 765	3 228 246	55,73	31	
Junho	7	2 484 942	57 485	4 255 640	77 032	207 000	493 194	3 276	7 578 569	23 397 009	503	2 670 692	3 228 237	55,69	7	Junho
	14	2 521 934	48 535	4 129 919	69 145	207 000	510 705	14 913	7 502 151	23 213 835	353	2 739 514	3 468 052	55,65	14	
	21	2 348 985	98 087	4 193 526	73 098	207 000	574 430	7 157	7 502 283	23 120 358	737	2 760 452	3 905 666	55,63	21	
	28	2 183 906	92 463	4 292 777	88 094	207 000	563 625	11 725	7 439 590	23 251 014	2 090	2 677 409	3 905 810	55,60	28	
Julho	5	2 105 726	70 880	4 100 837	82 126	207 000	512 821	6 218	7 085 608	23 075 979	3 053	2 695 201	3 907 835	55,56	5	Julho
	12	2 293 235	64 333	4 233 596	81 958	207 000	514 882	14 564	7 409 568	23 305 645	1 889	2 691 764	3 907 793	55,45	12	
	19	2 175 523	45 386	4 294 784	82 126	207 000	428 793	26 103	7 259 714	23 087 090	1 873	2 711 237	3 668 085	55,39	19	
	26	2 153 364	116 508	4 167 032	82 222	207 000	385 956	61 636	7 173 718	23 141 260	1 790	2 783 210	3 668 466	55,34	26	
Agosto	2	2 435 211	100 349	3 799 019	67 397	207 000	465 497	11 975	7 086 448	23 290 740	1 894	2 700 105	3 715 948	55,31	2	Agosto
	9	2 609 161	30 731	3 537 581	58 005	207 000	394 588	14 127	6 851 193	22 995 689	1 961	2 713 862	3 705 189	55,26	9	
	16	2 627 116	11 451	3 630 695	84 780	207 000	415 771	3 944	6 980 757	23 038 111	1 951	2 750 987	3 905 502	55,24	16	
	23	2 386 022	90 133	3 811 663	94 085	207 000	231 666	29 492	6 850 050	22 882 906	1 431	2 898 084	3 906 194	55,21	23	
	30	2 310 379	84 516	3 907 715	91 803	207 000	210 635	9 420	6 821 468	23 007 922	1 506	2 779 028	3 906 413	55,20	30	
Setembro	6	2 085 419	68 773	3 973 912	112 119	207 000	201 621	8 648	6 657 522	22 944 089	1 218	2 762 710	3 906 617	55,21	6	Setembro
	13	2 158 829	54 351	4 009 354	98 108	207 000	192 628	6 323	6 726 593	22 902 947	1 062	2 768 511	3 906 007	55,20	13	
	20	2 018 294	113 520	3 974 679	93 805	207 000	186 169	8 895	6 602 362	22 687 491	1 014	2 859 900	3 661 251	55,17	20	
	27	1 944 808	108 600	4 081 083	99 415	207 000	157 628	39 595	6 528 129	22 834 356	1 014	2 838 911	3 661 464	55,15	27	
Outubro	4	2 096 675	94 045	3 879 157	155 546	207 000	190 040	11 262	6 563 725	22 924 989	1 540	2 767 098	3 661 464	55,17	4	Outubro
	11	2 161 608	92 445	3 844 128	83 640	207 000	175 003	21 190	6 585 014	22 834 460	2 826	2 779 850	3 658 746	55,18	11	
	18	2 196 891	53 399	3 802 452	75 235	207 000	198 340	10 102	6 543 422	22 626 347	2 912	2 877 607	3 895 820	55,17	18	
	25	1 693 565	156 923	4 203 582	70 448	207 000	168 060	28 511	6 528 119	22 648 771	3 053	2 888 272	3 458 559	55,16	25	
	31	1 755 694	153 713	4 252 395	69 913	207 000	217 639	29 261	6 685 615	23 029 477	2 850	2 793 928	3 448 931	55,19	31	
Novembro	8	1 989 560	131 388	3 815 746	67 233	207 000	184 038	17 357	6 382 322	22 697 271	1 471	2 794 728	3 433 110	55,19	8	Novembro
	15	1 934 174	128 393	3 876 775	71 265	207 000	165 319	12 021	6 394 947	22 587 362	1 241	2 811 660	3 195 624	55,18	15	
	22	1 651 363	111 861	4 185 069	86 266	206 999	222 142	7 593	6 471 293	22 634 891	2 575	2 938 171	3 321 142	55,25	22	
	29	1 506 173	200 494	4 269 230	81 147	206 999	170 066	11 904	6 449 013	22 828 738	2 556	2 826 101	3 321 142	55,21	29	
Dezembro	6	1 551 978	149 541	4 336 307	69 965	206 999	206 609	14 172	6 528 571	23 000 610	7 499	2 812 712	3 732 629	55,28	6	Dezembro
	13	1 594 369	132 273	4 297 599	73 446	206 999	198 069	11 709	6 514 521	22 953 556	10 201	2 851 617	3 731 661	55,31	13	
	20	1 279 965	120 613	4 464 412	86 742	206 999	237 365	13 042	6 409 129	23 080 078	19 072	3 386 111	3 731 018	55,28	20	
	27	1 342 940	95 703	4 255 746	84 354	206 999	251 071	17 831	6 254 638	23 285 702	13 747	3 148 245	3 950 099	55,26	27	
	30	1 505 837	86 553	5 108 383	80 908	206 999	257 615	7 199	7 253 485	24 362 034	9 416	2 991 767	4 108 272	55,33	30	

Parecer do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS:

Em 29 de Junho de 1961 foi celebrado com o Estado um contrato prorrogando até 30 de Junho do corrente ano a vigência do contrato de 29 de Junho de 1931, como se refere no Relatório do Conselho de Administração.

*
* *

O Conselho Fiscal associa-se com a maior emoção aos sentimentos expressos pelo Conselho de Administração, no seu Relatório, relativamente aos dolorosos acontecimentos ocorridos no Ultramar Português no decurso do ano findo.

*
* *

Em cumprimento das disposições do n.° 6.° do artigo 74.° dos Estatutos do Banco, o Conselho Fiscal submete à vossa esclarecida apreciação o parecer sobre o relatório, balanço e contas da gerência do ano de 1961, elaborados pelo Conselho de Administração.

*
* *

O balanço das contas é representado por 31 692 965 039$10, os lucros totais por 175 583 705$73, os encargos por 113 863 366$00 e as amortizações e provisão para encargos previstos por 32 489 518$40, do que resulta o lucro líquido de 29 230 821$33, a que se adiciona o saldo de 266 340$99 que passou do exercício do ano anterior, depois de cumpridas as resoluções da Assembleia Geral de 29 de Março de 1961.

*
* *

Da leitura do relatório e do exame do balanço, contas e documentos que o acompanham, continua a revelar-se o meticuloso cuidado da Administração na gerência dos negócios do Banco, credora do nosso mais justo louvor.

*
* *

A proposta para a distribuição dos lucros líquidos foi elaborada sob os mesmos princípios de prudente administração revelados nas anteriores gerências e em conformidade com os Estatutos.

*
* *

Em Novembro de 1961 faleceu o Exmo Senhor Professor Doutor João Emílio Raposo de Magalhães, Administrador deste Banco, o qual prestou, durante os seus mandatos, os mais valiosos serviços.

O Conselho Fiscal, associando-se comovidamente aos sentimentos de pesar expressos pelo Conselho de Administração, testemunha a mais profunda mágoa pelo desaparecimento daquele que, pelas suas qualidades de carácter, pelos serviços prestados ao Banco e pelo encanto do seu convívio, deixa em todos que com ele privaram uma sentida saudade.

*
* *

Terminam os seus mandatos os membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo que terá de proceder-se à sua eleição, nos termos do n.° 1.° do artigo 99.° dos Estatutos.

*
* *

O Conselho Fiscal é, portanto, de parecer:

1.° — que aproveis as contas, o balanço e os actos da Administração relativos ao exercício de 1961;

2.° — que, ao saldo da conta de Ganhos e Perdas, seja dada a aplicação proposta pelo Conselho de Administração e em conformidade com a deliberação do Conselho Geral;

3.° — que deis um voto de louvor ao Conselho de Administração pela sua criteriosa gerência;

4.° — que louveis os funcionários do Banco pela sua dedicada colaboração;

5.° — que, nos termos estatutários, se proceda às necessárias eleições.

Lisboa, 13 de Março de 1962.

O Conselho Fiscal:

Álvaro de Sousa Rego
João Paulo Nazareth de Oliveira
João Maria Pereira Braga.

Índice

Índice

I. — REVISTA ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. — Economia mundial . . . . . Pág. 9

2. — Economia nacional

1. — Introdução . . . . . » 35
2. — Mercado monetário . . . . . » 38
3. — Mercado financeiro . . . . . » 47
4. — Câmbios . . . . . » 56
5. — Comércio externo . . . . . » 68
6. — Preços e salários . . . . . » 76
7. — Produção e transportes
   a) Execução do II Plano de Fomento . . . . . » 82
   b) Agricultura, silvicultura e pesca . . . . . » 85
   c) Indústrias extractivas e transformadoras . . . . . » 93
   d) Energia eléctrica e serviços . . . . . » 98
8. — Finanças públicas . . . . . » 105

II. — SITUAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL

Actividade do Banco

I. — Função emissora . . . . . » 123

II. — Funções bancária e administrativa

1. — Operações
   a) Carteira comercial . . . . . » 125
   b) Empréstimos e suprimentos . . . . . » 126
   c) Promissórias de fomento nacional . . . . . » 126
   d) Títulos de crédito . . . . . » 126
   e) Depósitos à ordem . . . . . » 127
   f) Tesouro Público – c/c . . . . . » 127
   g) Junta do Crédito Público . . . . . » 127
2. — Caixa de reformas e pensões a empregados do Banco . . . . . » 127
3. — Edifícios, móveis e máquinas . . . . . » 127
4. — Pessoal do Estabelecimento . . . . . » 128

Proposta para a distribuição dos lucros líquidos . . . . . » 130

Balanço e Documentos

Balanço . . . . . Pág. 134
Ganhos e perdas . . . . . » 136
Títulos de crédito - artigo 29.º dos Estatutos . . . . . » 137
Diversos títulos de crédito . . . . . » 137
Carteira comercial . . . . . » 138
Moeda metálica subsidiária . . . . . » 139
Edifícios, móveis e máquinas . . . . . » 140
Desdobramento do capital social do Banco de Portugal . . . . . » 141
Capital averbado . . . . . » 141
Pessoal do Banco . . . . . » 141
Movimento da conta corrente do Tesouro Público . . . . . » 142
Sinopse das situações semanais . . . . . » 143

Parecer do Conselho Fiscal . . . . . » 145